

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL – PDI

2016 a 2020

Campo Limpo Paulista - 2016

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

DADOS INSTITUCIONAIS

MANTENEDORA

Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista Ltda.

Rua Guatemala, 167 – Jardim América

CEP 13231-230 – Campo Limpo Paulista – São Paulo

PABX: 011-48129400

Mantenedores

Mantenedores do Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista:

Prof. Dr. Nelson Gentil

Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Oliveira

MANTIDA

Dados Cadastrais

Centro Universitário Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP) - Código da IES: 1273

Instituição de Educação Superior Privada com fins lucrativos.

Reitoria - Prof^a. Me. Patrícia Gentil.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21
1.1 Autoavaliação Institucional	21
1.1.1 Finalidades e Objetivos da Autoavaliação da FACCAMP	23
1.1.2 Objetivos Gerais da Autoavaliação Institucional:	24
1.1.3 Objetivos Específicos da Autoavaliação Institucional	25
1.2 Constituição e Funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA	26
1.3 Metodologias, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no processo de Autoavaliação	28
1.4 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	31
1.4.1 Ações Específicas	31
1.5 Estratégias para a Consolidação do Processo Avaliativo	32
1.5.1 Ações Específicas	32
1.6 Recursos	33
CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	35
2.1 Inserção Regional, Nacional e Internacional da FACCAMP	35
2.1.1 A Cidade de Campo Limpo Paulista	35
2.1.2 Âmbito Nacional:	38
2.1.3 Âmbito Internacional:	41
2.2 Políticas de Internacionalização	41
2.2.1 A Internacionalização da Educação Superior e a busca da Excelência Acadêmica	41
2.3 Política de Disseminação do Conhecimento	46
2.4 Dos critérios de seleção do material acadêmico para publicação	47
2.4.1 Da Graduação	47
2.4.2 Da Pós-Graduação e Pesquisa	48
2.5 Missão	48
2.6 Valores	49
2.7 Objetivos e Metas	49
2.8 Áreas de Atuação Acadêmica	62
2.9 Oferta de Cursos e Programas Presenciais e a Distância	63
2.9.1 Cursos de Graduação	63
2.9.2 Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	68

2.9.3	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	69
2.9.4	Responsabilidade Social na FACCAMP	71
2.9.5	Programa PIIASHA.....	71
2.10	Responsabilidade Social	74
2.10.1	Inclusão social, tecnológica, política e cultural	75
2.10.2	Preservação Socioambiental e dos Direitos Humanos	77
2.10.3	Educação Ambiental nos Programas Educacionais	79
2.10.4	Política Institucional para o cumprimento das Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	83
2.10.5	Ensino de Libras – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005	85
2.10.6	Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	85
CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS		88
3.1	Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI	88
3.2	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas	89
3.3	Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas para os Cursos de Graduação..	92
3.4	Diretrizes para o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos	94
3.5	Diretrizes Metodológicas e acompanhamento dos cursos.....	95
3.6	Políticas de Ensino.....	96
3.6.1	Práticas Pedagógicas Inovadoras para busca da Excelência	101
3.7	Pós-Graduação	102
3.8	POLÍTICAS PESQUISA	104
3.8.1	Política de Apoio ao Docente, Discente para Eventos e Produção	104
3.9	Áreas Temáticas e Linhas Programáticas para Iniciação Científica.	105
3.9.1	Política de Iniciação Científica (PIC)	107
3.9.2	Programa de Iniciação Científica - PIC - Gestão do PIC.....	108
3.9.3	Programa de Bolsas de Iniciação Científica concedidas por Agências de Fomento à Pesquisa	109
3.10	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).....	109
3.10.1	Programa de Iniciação Voluntária.....	110
3.11	Encontro de Estudantes de Iniciação Científica – ENEIC.....	110
3.12	Anais do evento	111
3.13	Da Política de Extensão e Responsabilidade Corporativa	111
3.14	Da Política de Educação a Distância	118
3.15	Política para a Educação Inclusiva	126

3.15.1	Atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	136
3.15.2	Normas institucionais sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência	136
3.15.3	Política de Atendimento Discente	137
3.15.4	Formas de Acesso e Programas	138
3.15.5	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	138
3.15.6	Atendimento ao Aluno	139
3.15.7	Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	140
3.15.8	Ouvidoria	140
3.15.9	Estratégias de Comunicação.....	141
3.16	Acompanhamento dos Egressos.....	141
3.16.1	POLÍTICA DE EGRESSOS	145

CAPÍTULO 4 - POLÍTICA DE GESTÃO, POLÍTICA DE PESSOAL, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA IES E GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA..... 149

4.1	Política de Gestão.....	149
4.1.1	Políticas e Diretrizes Gerais	149
4.1.2	Gestão Acadêmica e Administrativa	150
4.1.3	Gestão de Pessoas	151
4.1.4	Bem-Estar	152
4.2	Política de Pessoal.....	153
4.2.1	Política do Pessoal Docente	154
4.2.2	Política do Pessoal Técnico-Administrativo	159
4.3	Cronograma de Expansão do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico- Administrativo .	161
4.4	Sustentabilidade Financeira.....	163
4.4.1	Aspectos Financeiros e Orçamentários.....	163
4.4.2	Políticas de Sustentabilidade Financeira.....	164
4.4.3	Mecanismos de Definição do Orçamento da Instituição	165
4.4.4	Política de Alocação de Recursos	165
4.4.5	Metas e Ações.....	166
4.4.6	Estratégia da gestão econômico-financeira	167
4.4.7	Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução	168
4.5	Plano de Investimentos	177
4.6	Política de manutenção do acervo acadêmico	178

CAPÍTULO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA 179

5.1	Políticas para Infraestrutura	179
5.1.1	Biblioteca	184
5.1.2	Política de Aquisição e Atualização do Acervo	188
5.1.3	Tecnologias e Redes de Informação	188
5.1.4	Recursos Humanos.....	189
5.1.5	Serviços Oferecidos.....	189
5.1.6	Consulta.....	190
5.1.7	Empréstimo de Publicações	190
5.1.8	Reserva Bibliográfica	190
5.1.9	Orientação Bibliográfica aos Leitores	190
5.1.10	Levantamento Bibliográfico	191
5.1.11	Autoatendimento.....	191
5.1.12	Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.....	191
5.2	Planos de Expansão	191
5.2.1	Expansão das Instalações	191
5.2.2	Expansão dos Recursos Humanos.....	192
5.2.3	Expansão do Acervo	192
5.3	Laboratório de informática, recursos multimídia e recursos tecnológicos.....	193
5.3.1	Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	193
5.3.2	Recursos Audiovisuais e Multimídia	195
5.3.3	Laboratórios Específicos.....	196
5.4	Metas e Ações.....	196
5.5	Infraestrutura Física	197
5.5.1	Infraestrutura - Laboratórios.....	200
5.5.2	Laboratórios a serem implantados no período de 2017 a 2020	222
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma UNIFACCAMP	19
Figura 2 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2015 - 2016.	112

Índice de Quadros

Quadro 1 - Composição da CPA.....	27
Quadro 2 - Relativamente às atribuições	28
Quadro 3 - Metas de Capacitação Pessoal Docente/Tutor	161
Quadro 4 - Metas do Plano de Carreira Docente	161
Quadro 5 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 1/2016 – Por Titulação.....	161
Quadro 6 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 1/2016 – Por Regime de Trabalho.....	162
Quadro 7 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Titulação.....	162
Quadro 8 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Regime de Trabalho	162
Quadro 9 - Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo	162
Quadro 10 - Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo	162
Quadro 11 - Previsão das Receitas de Anuidades e Projeção do Corpo Discente para o Quinquênio 2016/2020	173
Quadro 12 - Receitas Totais Anuais	174
Quadro 13 - Custeio de Recursos Humanos.....	175
Quadro 14 - Custeio e Despesas em Geral	176
Quadro 15 - Quadro Geral de Investimentos	177
Quadro 16 - Instalações Físicas Implantadas em 2014.....	196
Quadro 17 - Instalações Físicas implantadas em 2015.....	196
Quadro 18 - Instalações Físicas a implantar em 2016	197
Quadro 19 - Instalações Físicas a implantar em 2017	197
Quadro 20 - Instalações Físicas a implantar em 2018	197
Quadro 21 - Instalações Físicas Existentes e Implantadas.	197
Quadro 22–Instalações Físicas - Laboratórios a disponibilizar para a oferta dos cursos de Graduação	199

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo da evolução dos cursos de Bacharelado da Instituição de 1999 a 2016.	15
Tabela 2 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2004 a 2014.	16
Tabela 3 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2009 a 2015.	17
Tabela 4 - População das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE, 2014).	37
Tabela 5 - Crescimento do valor adicionado das cidades da região de Campo Limpo Paulista em milhões de reais (SEADE, 2011)	37
Tabela 6 - Crescimento do PIB per capita, em reais, das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE, 2011).	38
Tabela 7 - Metas e ações das Políticas de Gestão Acadêmica.	50
Tabela 8 - Metas e ações das Políticas de Ensino	52
Tabela 9 - Metas e ações das Políticas de Pesquisa	58
Tabela 10 - Metas e Ações das Políticas de Extensão	59
Tabela 11- Metas e Ações das Políticas de Internacionalização e Ações de Visibilidade Nacional	60
Tabela 12 - Credenciamento EaD.	61
Tabela 13 - Gestão de Pessoas.	62
Tabela 14 - Cursos de Graduação - Bacharelados	63
Tabela 15 - Cursos de Graduação - Tecnológicos	66
Tabela 16 - Cursos de Graduação - Licenciaturas	67
Tabela 17 - Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	69
Tabela 18 - Oferta de Cursos de Graduação Bacharelados da FACCAMP	100
Tabela 19 - Oferta de Cursos de Graduação Licenciaturas da FACCAMP	101
Tabela 20 - Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia da FACCAMP	101
Tabela 21 - Linhas de Pesquisa.	106
Tabela 22 - Cronograma de implantação dos cursos de graduação EaD	121
Tabela 23 - Cronograma de implantação dos cursos de <i>lato sensu</i> EaD	123
Tabela 24 - Cronograma de implantação dos cursos de extensão EaD	123
Tabela 25 - Demonstrativo Financeiro 2016	168
Tabela 26 - Demonstrativo Financeiro 2017	169
Tabela 27 - Demonstrativo Financeiro 2018	170

Tabela 28 - Demonstrativo Financeiro 2019	171
Tabela 29 - Demonstrativo Financeiro 2020	172
Tabela 30 - Resumo da Estrutura Física.....	180
Tabela 31 - Distribuição do Espaço Físico da Biblioteca.....	185
Tabela 32 - Distribuição atual do acervo de livros e periódicos da Biblioteca por área de conhecimento (Classificação Decimal Dewey)	187
Tabela 33 - Projeção de expansão da área física da biblioteca de 2016 a 2020	192
Tabela 34 - Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo da biblioteca de 2016 a 2020	192
Tabela 35 - Plano de expansão do acervo da biblioteca (exemplares) de 2016 a 2020.....	192
Tabela 36 - Recursos Visuais	195
Tabela 37 - Projetores fixos em sala.....	195
Tabela 38 - Localização dos Laboratórios Específicos.....	196

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2016 a 2020 da Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP¹.

Foi construído em eixos, a partir do instrumento institucional vigente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, responsável pela operacionalização do processo de avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A Faculdade Campo Limpo Paulista, mantida pelo Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista, CNPJ 02.252.746/0001-18 e credenciada pela Portaria MEC 1494-98, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 1998, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1999.

Instalada em 1999, em uma área de 1500 m², a Instituição iniciou suas atividades, ofertando apenas um Bacharelado em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior e um Bacharelado em Ciência da Computação. Até então, a IES contava com uma equipe de 12 professores, 10 funcionários técnico-administrativos e um total de 94 alunos matriculados.

No período de 1999 a 2015, a IES foi crescendo, paulatinamente, acompanhando as modificações e procurando atender à demanda da região. A **Tabela 1**, **Tabela 2** e **Tabela 3** apresentam os cursos autorizados e reconhecidos:

- Bacharelados: Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Produção, Farmácia, Jornalismo, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Química, Rádio e TV e Sistemas de Informação.
- Licenciaturas: Letras/Espanhol, Letras/Inglês e Música.
- Superiores em Tecnologia: Comércio Exterior, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão Financeira, Gestão de RH, Logística, Manutenção de Aeronaves, Marketing, Processos Gerenciais, Redes de Computadores, Segurança do Trabalho, Sistemas para Internet.

¹ Data base das informações Agosto/2016, dados atualizados estarão disponíveis na visita *in loco*.

A IES, seguindo seu modelo e sua Missão, iniciou mais uma etapa de trabalho, reiterando seu compromisso com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e expandindo sua área de atuação, mediante a oferta de dois Programas de Mestrado: um Mestrado Profissional em Administração—(desde 2009), que tem como área de concentração de suas pesquisas a Dinâmica das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo e Desenvolvimento; e o outro Mestrado em Ciências da Computação - com as linhas de pesquisa em Sistema da Informação e Técnicas e Modelos da Computação, ambas reconhecidos pela CAPES. Além destes, a instituição acena a possibilidade, neste momento, de implantação de um terceiro Mestrado em Educação. Ainda no tocante aos programas de pós-graduação e mestrado, no ano de 2016 foi aprovado o Doutorado em Administração, consolidando, assim, a Missão Institucional da IES.

Já no âmbito da Graduação, ao longo de sua história, a IES vem consolidando sua excelência acadêmica por meio da oferta, em todas as áreas do conhecimento, de cursos de qualidade, como atestam os resultados obtidos nas diversas avaliações do MEC/INEP aos quais a instituição é submetida, destacando-se entre elas, o ENADE e as avaliações *in loco* do MEC.

A IES conta, hoje, com treze prédios; área aproximada de 14.000 m²; 190 professores², sendo 68 especialistas, 66 mestres e 56 doutores (desses, 12 pós-doutores). Com relação ao corpo técnico administrativo, a IES contabiliza, atualmente, 205 funcionários.

Trata-se de uma IES com aproximadamente 6.300 alunos (dados de março de 2015), distribuídos em 35 cursos de graduação.

Visando ao aprimoramento e à continuidade na formação acadêmica e tecnológica da população em seu entorno, oferece à comunidade cursos de *Lato Sensu*, a saber: Comunicação e Redes Sociais, Gestão Pública, MBA em Engenharia Logística, MBA em Gestão de Negócios Empresariais, MBA em Gestão de Pessoas, MBA em Gestão e Liderança Comercial, MBA em Gestão Financeira e Controladoria, MBA em Gestão de Projetos Organizacionais, MBA em Gestão de Engenharia da Qualidade, MBA em *Coaching* e Liderança, MBA em LEAN SIX SIGMA, Arte e Educação, Educação Matemática, Educação Musical, Educação Química, Formação de Docentes - Educação Superior (Capacitação EAD), Gestão Escolar - História do Brasil Contemporâneo, Informática Aplicada na Educação, Língua Brasileira de Sinais, Música Popular, Neurociência e Aprendizagem, Psicopedagogia, Clínica-Escola em Psicopedagogia,

² Data base das informações Agosto/2016, dados atualizados estarão disponíveis na visita *in loco*.

Educação Especial e Inclusiva, Gerência e Desenvolvimento Ágeis de *Software*, Matemática para Negócios, Enfermagem na Saúde da Mulher, Engenharia de Segurança no Trabalho, Engenharia Ambiental e Farmácia Clínica (Prescrição Farmacêutica).

A IES, desde 2009, destaca-se como instituição socialmente responsável por seus projetos de extensão e ação social desenvolvidos no âmbito da graduação e pós-graduação, tendo recebido o Selo de Entidade de Ensino Responsável, fato que vem reiterar seu compromisso com a qualidade da Educação Superior que oferece à comunidade.

Neste momento, tem protocolado no Sistema e-MEC o pedido de Credenciamento para Ensino a Distância (EAD) – Campus Virtual IES, aguardando os trâmites referentes a esse ato autorizado.

Com vistas ao credenciamento em EAD, a IES, desde 2009, insere-se na semipresencialidade, ofertando 20% a distância em seus cursos já reconhecidos, de acordo com a Portaria 4059. Conta com cursos de capacitação para professores conteudistas e tutores oferecidos à capacitação aos docentes, de forma gratuita e à comunidade externa, por meio dos cursos de *Lato Sensu* e de extensão ofertados.

Há ainda a pesquisa como ponto forte de aprimoramento e melhorias à instituição e seus atores, por intermédio do Mestrado em Ciências da Computação, que incrementa pesquisas e dá suporte ao EAD.

Com o intuito de aprimorar cada vez mais seu corpo docente e a qualidade dos serviços ofertados, tem incentivado e dado apoio aos seus docentes para participarem de Programas de Mestrado, Doutorado e de *Lato Sensu*, buscando a qualidade acadêmica que viabilize uma formação de ponta aos discentes que a buscam.

Concorre para isso, a seriedade com que a Mantenedora e Direção entendem o processo educativo e a sua importância para a região e para o Brasil, não medindo esforços para que os cursos ofertados tenham todo suporte de que necessitam para sua plena realização.

Além disso, a equipe gestora, composta por Coordenadores de Cursos; da Comissão Própria de Avaliação – CPA; do Setor de Procuradoria Institucional – PI; de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos – AAPC; de Apoio Didático-Pedagógico – ADP; do Núcleo de Educação a Distância – NEAD do Campus Virtual e do corpo Técnico-Administrativo; que trabalham de modo integrado e de forma competente, contribuindo para uma gestão compartilhada da IES.

Ainda, os documentos internos e de cursos são elaborados com seriedade e acuidade, sempre em consonância com os documentos Institucionais, com a Legislação

em vigência conforme os ditames do MEC/INEP, desse modo, são elaborados e acompanhados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), alinhados aos documentos institucionais que norteiam a gestão acadêmico-administrativa: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Relatório de Avaliação Institucional (SINAES), pela Procuradoria Institucional (PI) e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Tabela 1 - Demonstrativo da evolução dos cursos de Bacharelado da Instituição de 1999 a 2016.

BACHARELADO															
CURSO	1999	2001	2002	2003	2004	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO	A			R			RR						RR		
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	A			R					RR		RR				
CIÊNCIAS CONTÁBEIS						A			R			RR			
DIREITO			A				R								RR
ENFERMAGEM						A			R				RR		
ENGENHARIA CIVIL										A				R	
ENGENHARIA DE MATERIAIS											A				
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO								A						R	
ENGENHARIA ELETRÔNICA									A					R	
ENGENHARIA MECÂNICA											A				
ENGENHARIA TELECOMUNICAÇÕES		A					R				RR				
FARMÁCIA						A			R					RR	
JORNALISMO		A				R							RR		
PSICOLOGIA														A	
PUBLICIDADE E PROPAGANDA		A				R							RR		
QUÍMICA					A		R				RR				
RÁDIO, TV E INTERNET								A			R				
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO								A				R			
TOTAL DE CURSOS	2	5	6	6	7	10	10	13	14	15	17	17	17	18	18

Legenda:

A = AUTORIZAÇÃO

R = RECONHECIMENTO

RR = RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Tabela 2 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2004 a 2014.

TECNOLÓGICO								
CURSO	2004	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
COMÉRCIO EXTERIOR			A					R
GESTÃO AMBIENTAL			A			R		RR
GESTÃO COMERCIAL						A		R
GESTÃO DA QUALIDADE						A		R
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		A		R			RR	
GESTÃO FINANCEIRA			A			R		
LOGÍSTICA		A		R				RR
MANUTENÇÃO DE AERONAVES						A		
MARKETING			A				R	
PROCESSOS GERENCIAIS							A	
PRODUÇÃO CÊNICA - FORMAÇÃO DE ATORES					A			
REDES DE COMPUTADORES			A				R	
SEGURANÇA NO TRABALHO			A				R	
SISTEMAS PARA INTERNET	A		R			RR		
TOTAL DE CURSOS	1	3	9	9	10	13	14	14

Tabela 3 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2009 a 2015.

LICENCIATURAS				
CURSO	2009	2010	2014	2015
LETRAS PORTUGUÊS/ESPANHOL		A		
LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS		A		R
MÚSICA	A		R	
TOTAL DE CURSOS	1	3	3	3

O perfil da IES revela uma instituição que tem compromisso com a qualidade na formação que oferece, por isso, orienta sua ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos.

Durante o período de 2016 a 2020, a FACCAMP, com vistas ao credenciamento para Centro Universitário, promove o desenvolvimento institucional pautado pelas diretrizes, dentre elas destacando-se:

- envolver o corpo docente e o corpo discente nas atividades relativas ao trinômio ensino/pesquisa/extensão;
- buscar a excelência acadêmica de todos os cursos oferecidos;
- oferecer novos cursos em atendimento às necessidades da comunidade e seu entorno;
- consolidar os cursos de graduação;
- consolidar grupos e linhas de pesquisa institucionalizadas;
- desenvolver a pesquisa institucional;
- incentivar a busca de fomento para a pesquisa;
- desenvolver a área do ensino de pós-graduação;
- gerar conhecimentos e serviços que garantam a atuação da FACCAMP na sociedade;
- garantir o serviço de acompanhamento ao alunado;
- analisar, revisar e complementar o processo de avaliação institucional em função da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que implanta o SINAES.

A Instituição passará, nessa vigência do PDI, a dar continuidade ao desenvolvimento de ações coerentes com o perfil alcançado pelo crescimento e evolução institucional.

Além das ações expansionistas que caracterizaram seu início, agora propõe a ampliação da sua atuação em nível nacional e internacional, avançando na construção de sua identidade e na sua transformação em Centro Universitário, capaz de ampliar os limites e facilitar o acesso aos alunos, pesquisadores e à sociedade a um projeto educacional bem sucedido, também pela institucionalização do programa de iniciação científica. Quando for Centro Universitário, após todo o processo de regulação e avaliação, a IES com a publicação da portaria ministerial será denominada UNIFACCAMP.

Segue o organograma da IES, com vista à preparação de transformação de organização acadêmica, para o período 2016 a 2020.

ORGANOGRAMA

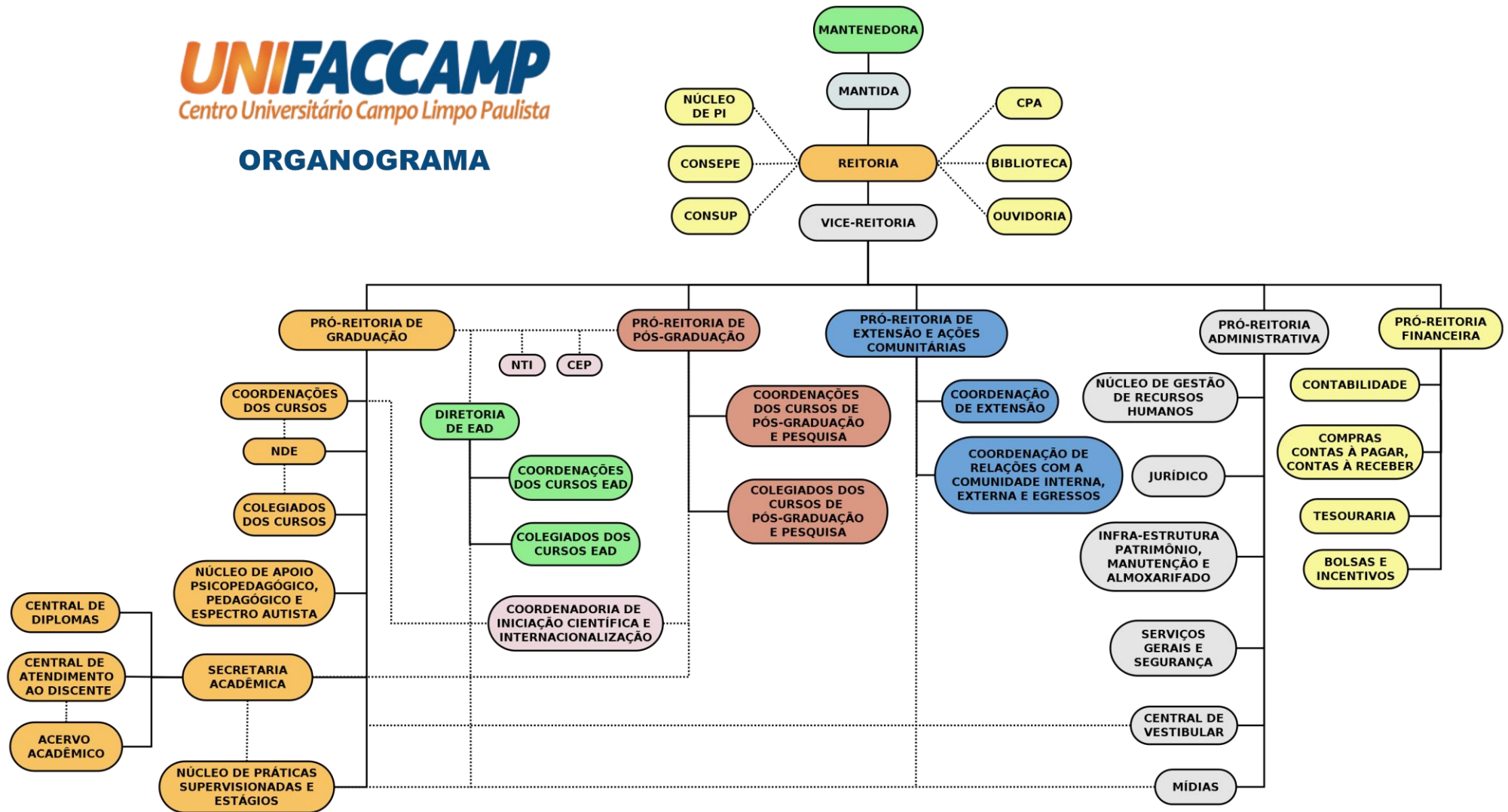


Figura 1 - Organograma UNIFACCAMP

A IES foi organizada institucionalmente, para atender os requisitos necessários para transformação em centro universitário, em reitoria; vice reitoria; cinco pró-reitorias; uma diretoria; coordenações; núcleos; secretaria acadêmica; comissões; além da ouvidoria e da comissão própria de avaliação. Esse organograma foi definido após intenso trabalho de reflexão entre os atores institucionais, levando-se em consideração o dia a dia da IES, o compromisso com a sua missão e a responsabilidade da mantenedora com o crescimento da FACCAMP entre os períodos de 2016 e 2020.

CAPÍTULO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A IES reconhece que o instrumento de avaliação externa é o fio condutor do conceito de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliativa, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: a autoavaliação e a avaliação externa. Passaremos a explicar cada uma delas:

Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem como referência as avaliações dos discentes, das áreas e setores institucionais e os relatórios das autoavaliações.

Avaliação externa – Instrumentos do SINAES, tendo como referência os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ENADE, as Avaliações dos Cursos de Graduação, ACGs, informações oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior e relatórios conclusivos, elaborados pelas Comissões Externas de Avaliação, que contribuem significativamente para subsidiar reflexões e proposições para o fortalecimento de programas e ações institucionais, visando a melhoria do curso.

Diante disso, a articulação e integração da autoavaliação interna e externa contribuem para uma dinâmica institucional que potencie o desenvolvimento de uma cultura avaliativa, a fim de contribuir para a permanente qualidade da instituição.

O presente capítulo aborda as questões pertinentes ao eixo 1 do instrumento de avaliação externa do INEP, que tem como tema o planejamento e avaliação institucional. Nesse capítulo do PDI serão abordados os temas referentes à avaliação institucional interna, a estrutura e funcionamento da comissão própria de avaliação (CPA) bem como todo o processo que direciona a gestão da IES a sua tomada de decisão pela via da autoavaliação.

1.1 Autoavaliação Institucional

“A avaliação interna é um processo contínuo, por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social. Para

tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.” (Roteiro de Auto avaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES).

A FACCAMP, desde sua fundação em 1999, tem consolidado mecanismos avaliativos, mesmo que singelos, para mensurar suas potencialidades e fragilidades.

Neste sentido, a trajetória da autoavaliação foi desenhando um modelo de “fazer avaliação” apropriado ao seu contexto. Um modelo cujos processos, projetos e ações foram surgindo e sendo implantados, pela força do contexto e necessidades dos sujeitos. Assim, propostas definiram aspectos muito pontuais como: focar o ato avaliativo, ou comunicativo, ou participativo, ou de apoio tecnológico.

A partir de 2004, e em atendimento à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, ocorre a constituição da CPA. Nos anos subsequentes e até 2007, a CPA organizou e implantou os questionários de avaliação interna. Identificou que seu processo de autoavaliação mostrava-se em crescente evolução em proposta e realização, mas, carente nos mecanismos de consultas e comunicação com a comunidade institucional.

Em 2008, os requisitos aumentaram a responsabilidade da CPA, que em busca da qualidade procurou descentralizar as ações da Comissão, abrindo novos espaços para reflexões, discussões e, conseqüentemente, legitimação do processo avaliativo. Constituiu-se, então, o GAAVI - Grupo de Apoio à Avaliação Institucional, com os objetivos de auxiliar no processo e na operacionalização das ações e subsidiar os trabalhos técnico-administrativos. Todo o processo foi dedicado à reengenharia da Avaliação Institucional, no qual permaneceram os processos/projetos/ações já existentes.

No período de 2009 a 2011, elaboraram-se avaliações do corpo docente e discente, perfil docente e discente e do corpo técnico-administrativo. Ainda a CPA preparou toda a documentação para receber as comissões de avaliação externa. Foram também elaborados estudos meta-avaliativos do processo de autoavaliação para aprimorar suas ações e ampliar auxílio nas ações de gestão da IES.

No período de 2012 a 2015, alguns critérios estabelecidos para a avaliação institucional foram revistos, tais como: as opções de categoria de avaliação, como ótimo, bom, regular ou fraco e a reorganização das questões a serem avaliadas pelos alunos. Ainda foram estabelecidos os estudos das Notas Técnicas DAES/INEP Nº14/2014 e Nº65/2014 e a nomeação da Profa. Dra. Lisete Maria Luiz Fischer para a coordenação da CPA (Portaria DIR 01_08/2015), seguido de novas diretivas para dar visibilidade à referida comissão.

Em 2016, a consolidação das novas diretivas para dar visibilidade à CPA, foi motivar os alunos a participarem da mesma. Isto resultou na alteração da própria composição da Comissão, com a formação de um grupo de apoio, a subcomissão de alunos (Portaria DIR 02_06/2016); ou seja, mais uma vez, a CPA buscou a descentralização, mas agora, agregando os discentes. A partir do segundo semestre de 2016, o questionário avaliativo deixou de ser físico e passou a ser *on-line*.

Conforme se pode verificar, o processo de autoavaliação institucional vem sendo construído, ao longo desses anos, de forma paciente, segura e integrada ao contexto, no sentido de se tornar, cada vez mais, parte do fazer cotidiano da Instituição, em uma atitude construtiva - formativa.

Atualmente, a autoavaliação institucional está focada na melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição. Visa a contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional, além de promover a inclusão social, a igualdade étnica, o respeito à diversidade de gênero, a preservação ambiental, a valorização dos direitos humanos e, com isso, atingir critérios elevados de desempenho.

Assim, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) atua como um componente fundamental para articular as diferentes interfaces de um mecanismo dinâmico e em constante mudança, contribuindo como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

1.1.1 Finalidades e Objetivos da Autoavaliação da FACCAMP

A finalidade da autoavaliação da IES é conhecer, reconhecer e entender para aperfeiçoar a realidade institucional, tarefa complexa e que envolve todos os atores e estrutura da instituição.

O processo avaliativo está amparado em duas propostas avaliativas que se complementam. A primeira, a abordagem quantitativa, ancorada no paradigma sócio antropológico, que consiste em avaliações pontuais (expressas por questões de múltipla

escolha), em instrumentos avaliativos próprios, os quais contemplam os eixos/dimensões previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Posteriormente, é realizada uma análise qualitativa, por questão, originando a versão preliminar da interpretação dos dados objetivos. A segunda proposta, qualitativa, amparada pelo paradigma crítico-dialético, é subsidiada pelo documento de respostas abertas que são tabuladas fenomenologicamente, e posteriormente computadas, afim de que se registrem fragilidades e potencialidades do curso, da IES e do corpo docente, discutidas pelos alunos em reuniões discentes. Somada a essas duas propostas, agrega-se a Ouvidoria, disponibilizada no site da IES, que permite à comunidade interna e externa um espaço para interlocução, onde as fragilidades, potencialidades, dúvidas, sugestões sobre os cursos, corpo docente e infraestrutura podem ser registrados. Da mesma forma, esses dados são encaminhados à CPA, para análise e cotejamento, para serem contextualizados nas análises finais dos dados quantitativos, num processo dialético e contínuo.

Diante disso, deve-se levar em conta a estreita articulação entre a avaliação interna e externa, a avaliação dos cursos de graduação (ACGs) e a avaliação do desempenho dos estudantes, essa realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Há ênfase no atendimento às avaliações das áreas e setores institucionais, bem como o acompanhamento sobre a utilização dos resultados avaliativos na dinâmica institucional. Todo o material produzido segue a normatização da guarda e manutenção do acervo acadêmico.

Esse processo consolida a CPA como órgão que coordena, executa e analisa resultados dos processos internos de avaliação institucional, sistematiza e presta informações ao INEP/MEC, o que a coloca em condições de apontar ações para replanejamentos, ajustes e adequações no ensino, nas modalidades presencial ou a distância, na pesquisa e na extensão, nas condições de trabalho ou de atendimento às pessoas, na gestão institucional e demais dimensões que caracterizam o fazer da educação superior nacional.

1.1.2 Objetivos Gerais da Autoavaliação Institucional:

- Avaliar a Instituição como uma totalidade integrada, permitindo a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional.

- Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades e problemas e desafiá-los para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados para a sua realização.

1.1.3Objetivos Específicos da Autoavaliação Institucional

- Atender e se ajustar, em seu âmbito de atuação, às concepções, diretrizes e orientações do SINAES, observando-se, em especial, a Lei nº 10.861, de 14/04/2004.
- Atender e se ajustar, em seu âmbito de atuação, as determinações emanadas dos dispositivos legais, que regulamentam os procedimentos da avaliação institucional na Educação Superior Brasileira.
- Atender às determinações, orientações ou solicitações da entidade mantenedora da Instituição.
- Atender e se ajustar-se, em seu âmbito de atuação, às determinações estabelecidas nos documentos orientadores e reguladores da Instituição.
- Proporcionar condições para que a CPA desenvolva um exercício autônomo, ético, responsável e comprometido com o processo autoavaliativo.
- Relacionar ações avaliativas às bases conceituais que orientam os Projetos Pedagógicos dos Cursos na Instituição e às Dimensões do SINAES.
- Conhecer e avaliar as atividades acadêmicas.
- Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional.
- Valorizar a representatividade e a participação como condições para a conquista de um processo avaliativo legitimado pelos que dele participam e se beneficiam.
- Considerar a avaliação não como um processo apenas técnico, mas, também, como uma questão política, por ser espaço de atuação humana.
- Impulsionar os mecanismos de retorno sobre a atuação da instituição à comunidade interna e à sociedade, em consonância com as demandas científicas e sociais da atualidade.
- Incentivar os membros e profissionais da CPA, no sentido de realizar estudos e pesquisas fundamentadas em suas atividades na Comissão.

1.2 Constituição e Funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação, CPA, é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. Diante disso, torna-se crucial o papel da CPA na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A CPA é um órgão com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, tendo por princípio e finalidade contribuir para a melhoria contínua da instituição em todos os seus aspectos.

Desde a sua implantação, em 2004, vem desenvolvendo mecanismos para mensurar e diagnosticar as fragilidades da IES, bem como as suas potencialidades.

Sobre as atribuições da CPA, adotando como referência as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES compete à Comissão:

- Realizar a avaliação institucional de forma participativa, construindo a cultura da avaliação, considerando-a como instrumento cotidiano de reflexão e de indução das melhorias institucionais;
- Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP;
- Planejar e redirecionar as ações, tendo como foco a avaliação institucional;
- Coordenar e acompanhar os processos de avaliação externa da instituição;
- Consolidar a responsabilidade social, científica e cultural, garantindo o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, torna-se missão da CPA:

Levantar, reunir, analisar, sistematizar e divulgar informações várias, atendendo às necessidades da instituição, visando a contribuir para o aprimoramento do processo acadêmico de ensino, pesquisa e extensão e do processo técnico-administrativo, assegurando, por intermédio dos processos avaliativos, a articulação imprescindível das comunidades

interna e externa com os mecanismos regulatórios do Estado.(CONSUP, FACCAMP, 2010).

Compõem a Comissão Própria de Avaliação, CPA, representantes de todos os segmentos, com a seguinte constituição:

- Coordenador e vice coordenador;
- Representantes discentes de cursos da graduação;
- Representantes docentes de cursos da graduação;
- Representantes do corpo técnico - administrativo;
- Representantes da sociedade civil.

A CPA segue as orientações dos SINAES de acordo com a Nota Técnica do INEP nº65/2014.

Quadro 1 - Composição da CPA

FUNÇÃO	NOME
Coordenadora	Profa. Dra. Lisete Fischer
Vice-coordenador	Dr. Márcio Magera Conceição
Representantes discentes de cursos da graduação	Ailton Pereira – Marketing Ana Paula Gatti Vital – Direito César Augusto Tartari – Direito
Representantes docentes de cursos da graduação	Antônio Carlos Camacho Paulo Sérgio Lopes de Araujo Francisco Coelho de Oliveira
Representantes do corpo técnico-administrativo	Elizeu Honorato Assunção Jeniffer Joyce Oliveira Leonarde Michele Alexandre Marino Lopes
Representantes da sociedade civil	Alexandre da Costa Ginez Elizeu Pereira Elizeu Pereira Júnior

Relativamente às atribuições de cada representação dos membros da CPA, apresenta-se no quadro à seguir:

Quadro 2 - Relativamente às atribuições

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Coordenadora	Agendar reuniões Conduzir as reuniões Montar relatórios Analisar a pauta Distribuir tarefas Entrevistar professores, funcionários e alunos
Vice–Coordenador	Agendar reuniões Conduzir as reuniões Montar relatórios Analisar a pauta Entrevistar professores, funcionários e alunos
Representantes docentes	Montagem da pauta Análise do relatório Divulgação dos resultados
Representantes discentes	Divulgar os resultados Conversar com os alunos Reportar solicitações de discentes
Representantes do corpo técnico administrativo	Montar a logística para a aplicação dos questionários avaliativos Montar gráficos e tabelas relativos aos resultados do questionário avaliativo
Representantes da sociedade civil	Reportar temas diferenciados Relatar eventos externos

1.3 Metodologias, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no processo de Autoavaliação

A metodologia do processo avaliativo segue quatro etapas: planejamento, desenvolvimento, consolidação dos resultados e redação do relatório de avaliação da IES.

Na **1ª etapa**, a do planejamento, a comissão debate sua metodologia de trabalho, organiza seu instrumento avaliativo e traça as ações para sensibilizar e ampliar a visibilidade da CPA e garantir:

- a reconfiguração das percepções por parte dos estudantes suas sobre o questionário avaliativo;
- o maior número de discentes a participarem do processo de autoavaliação;
- a valorização do diálogo com os estudantes, corpo docente e técnico-administrativo.

No desenvolvimento, **2ª etapa**, procura-se implementar o instrumento avaliativo, através do questionário (avaliativo), observando os prazos necessários, ao mesmo tempo em que se coletam informações adicionais necessárias para o andamento dos trabalhos, nas demais instâncias da instituição. Por meio desse instrumento, é possível

identificar ações institucionais, estratégias, mecanismos necessários à formulação de políticas de ensino, pesquisa, extensão e fornecer subsídios, além de concentrar informações para auxiliar na tomada de decisões assertivas para situações adversas, bem como para a divulgação de resultados e prestação de contas à sociedade.

Na **3ª etapa**, a da consolidação dos resultados, a Comissão sistematiza, em gráfico, as informações a serem reportadas aos Colegiados de graduação e pós-graduação da instituição, que deverão levar em conta essas informações para:

- refletir sobre as ações pedagógicas;
- romper a atual forma de agir e buscar atitudes criativas, humanitárias e democráticas;
- redefinir critérios e mecanismos de avaliação do PPC;
- divulgar de forma adequada aos estudantes os resultados do questionário avaliativo.

E por fim a **4ª etapa**, envolve a redação do relatório de avaliação da IES, que é realizado de modo compartilhado e dialético, através do qual todos os setores enviem relatos de suas áreas. Depois das reuniões dos setores (CPA, Direção, Colegiados, Coordenações, Discentes, Administrativo, Conselhos) são gerados relatórios, enviados às partes para discussão, ponderação, análise e estabelecimento de fragilidades, potencialidades e sugestões de melhorias.

A redação passa por uma primeira versão, realizada pela coordenação, que é então, revisada por membros da Comissão e Direção. Estando o material adequado, o relatório final será submetido, por meio do Sistema e-Mec, em versões parciais e subsequentemente, em versão integral. Ainda todas as versões são disponibilizadas no portal acadêmico aos membros da comunidade acadêmica e à sociedade, bem como aos avaliadores externos, também em forma impressa.

Todas as etapas do planejamento até o relatório de avaliação buscam uma condução democrática, neutra e que expresse o resultado de uma construção coletiva que possibilite à IES a tomar suas decisões em relação à gestão institucional.

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional são as estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º e serão analisadas no processo de autoavaliação da instituição, por meio de uma metodologia participativa, buscando trazer, para o âmbito das discussões, as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, o que se dará de maneira global.

Instrumentos diferenciados e métodos combinados são utilizados, conforme necessidade e situações específicas de acordo com o ciclo avaliativo dos SINAES. Podem ser citados: reuniões, questionários avaliativos, entrevistas, plenárias para discussão, análise de documentos oficiais como o PDI, PPC (Projeto Pedagógico dos Cursos), relatórios de setores, atas de reuniões discente e docente e o Portal Acadêmico que disponibiliza as disciplinas ministradas, planos de ensino, dados do corpo docente, dos cursos e dos discentes. Ainda compõem os instrumentos, os relatórios conclusivos elaborados pelas Comissões Externas de Avaliação e os resultados do ENADE.

Quanto ao questionário avaliativo, este é composto por três tipos: o de alunos, o de professores e o técnico-administrativo.

O primeiro é aplicado duas vezes ao ano, uma vez em cada semestre. É constituído por 42 questões, sendo avaliadas em 5 classificações: ótimo, bom, regular, fraco e não posso avaliar. Das 42 questões, 13 são diretamente voltadas para a visão do aluno sobre o corpo docente; as demais, 32 questões, relacionam-se com instalações sanitárias, laboratórios de informática, demais laboratórios de curso, *website*, salas de aula, segurança, limpeza, audiovisual, secretaria, biblioteca, ouvidoria, coordenação de curso, CPA, avaliações de desempenho acadêmico, estágio, monitoria, missão institucional, bem como dados pessoais relativos a gênero e renda familiar.

Os outros dois questionários avaliativos de professor e técnico-administrativo são aplicados uma vez por ano.

Concernente ao questionário de professores, tem-se 17 questões a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito e insatisfeito. Quanto aos conteúdos das questões, estas se relacionam com infraestrutura, condições de trabalho, imagem do curso e desenvolvimento profissional.

Já no tocante ao questionário dos funcionários, o mesmo é composto por 11 questões a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito, e insatisfeito. Quanto aos conteúdos relacionam-se com: salário, comunicação e relacionamento interpessoal.

Desta forma, os questionários avaliativos são disponibilizados *online*, apresentando um período expandido de 30 a 40 dias, tornando-se meios essenciais para promover e melhorar o envolvimento da e entre comunidade acadêmica, discentes, docentes e técnico-administrativo.

Importante ressaltar que o procedimento operacional para a realização do processo avaliativo envolve as seguintes atividades:

- Reuniões dos membros da CPA para estruturação/re-estruturação do processo avaliativo: as reuniões da CPA ocorrem em sala própria desta, sendo conduzidas pela coordenação. Podem ser, tanto reuniões com a participação de todos os membros da comissão, bem como por apenas representações específicas;
- Reuniões dos setores (CPA, Direção, Colegiados, Coordenações, Discentes, Administrativo, Conselhos), das quais são gerados relatórios que são enviados às partes para discussão, ponderação, análise e estabelecimento de fragilidades, potencialidades e sugestões de melhorias.
- Registro das reuniões em atas;
- Aplicação do questionário Avaliativo e apuração dos resultados;
- Análise e interpretação dos resultados;
- Apresentação dos resultados.
- Relatórios parciais;
- Relatório final.

1.4 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Os resultados das avaliações devem ser utilizados para a transformação contínua e realimentação de todos os segmentos institucionais.

A utilização dos resultados das avaliações deve se caracterizar por:

- Servir para o aprimoramento das ações/reflexões da comunidade, bem como das políticas institucionais;
- Realizar um processo de sensibilização para garantir a aceitação e participação da comunidade acadêmica no processo;
- Estimular os interessados a participarem da Comissão Própria de Avaliação, tomando decisões coletivas e participativas a respeito dos seus diferentes aspectos, instrumentos e dimensões.

1.4.1 Ações Específicas

- Sensibilização dos diferentes níveis envolvidos nessa tarefa: premiação dos melhores alunos do ENADE com bolsas de pós-graduação;

- Retorno dos resultados do processo avaliativo aos envolvidos da comunidade interna: (a) publicação, no mural dos prédios, dos gráficos dos resultados gerais;(b) publicação, no site, dos gráficos de cada curso; (c) envio, por e-mail aos representantes, dos gráficos específicos dos cursos e (d) devolutiva, em aula, por professores e coordenadores.
- Estímulo para participação na CPA: visita às salas de aula pelos representantes discentes, expondo suas ações e motivando os colegas.

Além do exposto, quando a IES se tornar Centro Universitário, novas ações em relação à avaliação interna serão criadas para atender às necessidades acadêmico - administrativas, previstas para esta nova organização acadêmica.

No âmbito dos cursos de graduação, a IES realiza a autoavaliação por meio do Programa de Atividades e Avaliações do Discente - Estudos Dirigidos e Práticas (PAAD/EDPs), no anexo. Esse programa propõe-se a avaliar, tanto os conteúdos ministrados, quanto a avaliação discente na FACCAMP.

O PAAD/EDP institucionalizado pela Portaria FACCAMP DIR No. 01_02/2014, intenta superar a frequente atitude passiva do discente diante das aulas, das ações de cidadania e de responsabilidade socioambiental, constituindo-se como resposta à necessidade de se estabelecer um espaço, no qual o aluno coloque-se de maneira ativa em relação às disciplinas ministradas a partir da reflexão, da prática, do exercício, dos estudos dirigidos, da expressão e da avaliação crítica dos conteúdos estudados. As atividades/ações realizadas no PAAD/EDP, conforme a portaria supracitada, implicam em 25% da nota dos alunos em todas as disciplinas de todos os cursos de graduação, sendo, assim, parte constituinte da avaliação do discente para a formação do mesmo, de modo contínuo, transversal e multidisciplinar.

1.5 Estratégias para a Consolidação do Processo Avaliativo

As estratégias para a consolidação do processo avaliativo envolvem procedimentos que sensibilizem, conscientizem e motivem a comunidade acadêmica.

1.5.1 Ações Específicas

- Apresentação dos resultados, junto à comunidade acadêmica, com realização de ciclo de palestras, seminários, fóruns e debates (presenciais ou via digital) para a socialização dos resultados;
- Socialização em mural dos resultados obtidos;

- Reuniões com representantes de sala, ao menos uma vez por semestre;
- Constituição de subcomissão de discentes e docentes;
- Elaboração de panfletos de divulgação e vídeo;
- Criação de adesivos destacando “AQUI TEM CPA”, “A CPA PASSOU POR AQUI”;
- Confecção de camisetas com o logo da CPA;
- Disponibilização dos relatórios parciais e final no portal acadêmico.

1.6 Recursos

A CPA dispõe de sala própria, equipada com computador, impressora, mesas e armários para as reuniões.

Para se obter a análise quantitativa, aplica-se o questionário avaliativo *on line*. O *software* implantado permite a análise e a interpretação dos resultados. Conta ainda, com a equipe de apoio formada por professores e técnicos para sanar qualquer problema com o sistema.

Com relação ao questionário avaliativo, conta-se com o questionário dos discentes, dos docentes e do corpo técnico-administrativo, todos estes aplicados duas vezes ao ano, uma vez a cada semestre.

A começar do primeiro, o questionário avaliativo dos discentes, é constituído por 42 questões, sendo avaliadas segundo 5 classificações: ótimo, bom, regular, fraco e não posso avaliar. Das 42 questões, 13 são diretamente voltadas para a visão do aluno sobre o corpo docente; as demais (32 questões) relacionam-se com instalações sanitárias, laboratórios de informática, demais laboratórios de curso, *website*, salas de aula, segurança, limpeza, audiovisual, secretaria, biblioteca, ouvidoria, coordenação de curso, CPA, avaliações de desempenho acadêmico, estágio, monitoria, missão institucional, bem como dados pessoais relativos a gênero e renda familiar.

Já o segundo, o questionário dos docentes, é composto por 17 questões a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito e insatisfeito. Quanto aos conteúdos das questões relacionam-se com infraestrutura, condições de trabalho, imagem do curso e desenvolvimento profissional.

Finalmente, o questionário do corpo técnico-administrativo é formado por 11 questões, a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito e insatisfeito. Quanto aos conteúdos relacionam-se com salário, comunicação e relacionamento interpessoal.

Também no que tange à aplicação do questionário avaliativo, necessita-se de sala apropriada, com computadores em quantidade suficiente para atender em horários pré-estabelecidos e tempo suficiente para a coleta dos dados *on line*. Estima-se que de 30 a 40 dias,tenha-se concluído a coleta dos mesmos. E, ainda estima-se que, por volta de 10 dias, tenha-se finalizado a sistematização e divulgação dos resultados.

Na semana que precede a avaliação interna, optou-se por capacitar o corpo docente para a aplicação do questionário avaliativo *on line*.

CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O presente capítulo contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Este constitui o eixo central do PDI. Nele se encontra a missão, os valores e toda a trajetória da FACCAMP, relacionando também a responsabilidade social como princípio norteador de toda a prática educativa.

2.1 Inserção Regional, Nacional e Internacional da FACCAMP

2.1.1 A Cidade de Campo Limpo Paulista

A cidade de Campo Limpo surgiu com a construção do leito da Estrada de Ferro São Paulo *Raiway* (atual Santos-Jundiaí), para o transporte de café dos fazendeiros da zona Bragantina. Em 1880, o sítio integrava o bairro de Ivo Turucaia, que, de acordo com o livro histórico de Manoel Tavares da Silva, possuía um posto de telégrafo, de propriedade de João Antônio da Silva e de sua mulher, ambos pioneiros de Campo Limpo.

O povoamento teve início na Rua Joaquim Pereira Pinto, onde foram construídas casas de sapé para os próprios funcionários da Estrada. Inicialmente, o distrito foi criado com a denominação de Campo Limpo, pela Lei Estadual nº 2.456, de 30-12-1953, integrante do município de Jundiaí. Em divisão territorial datada de 1955, o distrito de Campo Limpo figurava como parte do município de Jundiaí. Assim, permaneceu em divisão territorial datada de 1960.

Mediante a realização de plebiscito, a localidade foi elevada à categoria de município com a denominação de Campo Limpo, pela Lei Estadual nº 8.092, de 28-02-1964, desmembrado do município de Jundiaí. O município foi instalado em 21-03-1965.

Pelo Decreto nº 22, de 23-08-1969, o município de Campo Limpo passou a denominar-se Campo Limpo Paulista. Pela Lei Estadual nº 4.954, de 27-12-1985, é criado, também, o distrito de Botujuru e anexado ao município de Campo Limpo Paulista.

A partir do exposto e apresentado o município que acolhe sua sede, passamos a apresentar a Instituição.

A Instituição consiste em uma organização de educação superior privada, com sede em Campo Limpo Paulista, cidade (anteriormente apresentada) que ocupa uma área de 84 Km², a uma altitude média de 740 m. Campo Limpo Paulista possui divisa com os municípios de Jundiaí, Várzea Paulista, Jarinu, Atibaia, Francisco Morato, e Franco da

Rocha e está a menos de 60 km das cidades de São Paulo e também de Campinas. Hoje, o município é servido por duas importantes rodovias paulistas, a Anhanguera e a Dom Pedro, além de uma importante ferrovia administrada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com interligação ao metrô paulistano.

Segundo dados do IBGE (2015), Campo Limpo Paulista conta com uma população estimada em 80.847 habitantes, taxa geométrica de crescimento anual entre 2000 e 2010 de 1,54% ao ano, contra 1,09% registrado por todo o estado (SEADE, 2010). Há registrados 16 estabelecimentos de saúde (IBGE, 2009), 28 escolas de educação pré-escolar, 31 escolas de educação fundamental, 13 escolas de educação média e 1 instituição de Educação Superior (2012). A quantidade de alunos matriculados na educação fundamental e média é de, respectivamente, 11.132 e 3.772 alunos (IBGE, 2015). O rendimento médio entre o total de empregos da cidade é de R\$ 2.422,71, sendo superior a média da Região de Jundiaí, que é de R\$ 2.158,88 e a média Estadual é de R\$ 2.329,86 (SEADE, 2012). O PIB da cidade advém, predominantemente, do setor de serviços e das atividades industriais. Campo Limpo Paulista encontra-se no grupo 2 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), isto é, está entre os municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais (SEADE, 2011).

É mister afirmar que a região em que se encontra a Faculdade Campo Limpo Paulista possui um elevado potencial de crescimento populacional e econômico. Os índices apresentados de crescimento populacional (IBGE, 2010) e econômico (SEADE, 2012) da região, expressos nas tabelas I, II e III, sugerem que na região, faz-se necessário fornecer à comunidade um nível cada vez maior de recursos educacionais, haja vista o número de empresas, bancos, estabelecimentos comerciais instalados, além das necessidades da crescente população por melhor qualidade de vida e também o grande potencial para instalação de indústrias e empresas de diversos setores.

Os benefícios dos cursos existentes a serem propostos, incidem e incidirão em diversas áreas de interesse da comunidade local. Afora a vocação básica de formação profissional, não podem ser desprezadas outras repercussões para a comunidade local e vizinha, dos cursos atuais e futuros oferecidos pela Faculdade Campo Limpo Paulista. Como já referido, haverá reflexos, com certeza, positivos, em toda a vida local, incluindo o meio social, econômico e cultural.

Segundo o INEP (2015), a região conta com 11 Instituições de Educação Superior, 9 delas em Jundiaí, 1 em Campo Limpo Paulista e 1 em Francisco Morato.

Tabela 4 - População das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE, 2014).

CIDADES	2011 (habitantes)	2012 (habitantes)	2013 (habitantes)	2014 (habitantes)
Cajamar	65.336	66.711	68.115	69.549
Campo Limpo Paulista	74.886	75.803	76.729	77.669
Francisco Morato	156.194	158.123	160.078	162.055
Franco da Rocha	133.486	135.617	137.782	139.981
Jarinu	24.385	25.004	25.640	26.292
Jundiaí	373.881	378.098	382.363	386.677
Várzea Paulista	108.400	109.858	111.336	112.833
TOTAL DA REGIÃO	936.568	949.214	962.043	975.056

Tabela 5 - Crescimento do valor adicionado das cidades da região de Campo Limpo Paulista em milhões de reais (SEADE, 2011)

CIDADES	2008 (milhões de reais)	2009 (milhões de reais)	2010 (milhões de reais)	2011 (milhões de reais)
Cajamar	3.071,49	3.434,07	4.522,48	4.754,12
Campo Limpo Paulista	690,81	749,62	865,44	968,26
Francisco Morato	705,80	814,85	910,94	1.048,54
Franco da Rocha	1.517,66	1.423,23	1.766,77	1.748,03
Jarinú	293,25	350,61	373,34	478,44
Jundiaí	12.821,23	14.258,39	17.186,85	18.167,97
Várzea Paulista	1.156,47	1.261,79	1.419,09	1.533,41
TOTAL DA REGIÃO	20.256,71	22.292,56	27.044,91	28.698,77

Tabela 6 - Crescimento do PIB per capita, em reais, das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE, 2011).

CIDADES	2008 (reais)	2009 (reais)	2010 (reais)	2011 (reais)
Cajamar	61.395,12	65.976,26	86.018,15	89.628,40
Campo Limpo Paulista	10.852,75	11.479,73	13.196,67	14.611,50
Francisco Morato	4.993,85	5.672,55	6.289,82	7.125,61
Franco da Rocha	13.288,60	12.131,06	14.929,07	14.504,13
Jarinu	15.015,58	17.277,58	17.948,53	22.536,07
Jundiá	42.111,00	45.461,05	54.437,65	58.325,48
Várzea Paulista	12.731,08	13.480,72	15.088,56	16.100,94
MÉDIA DA REGIÃO	22.912,57	24.496,99	29.701,21	31.833,16

Esse entorno regional foi substancialmente incrementado com a criação de novos cursos e com a oferta de diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, a pós-graduação e a educação a distância, em fase de implementação.

A inserção nacional dá-se, principalmente, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* presenciais, com projetos de oferta de cursos de graduação à distância, para, inicialmente, regiões de seu entorno e cidades próximas.

A Instituição estabelece **INTERCÂMBIOS** por meio de convênios em âmbito Nacional e Internacional em graduação, bacharelado, licenciatura, tecnólogo e pós-graduação.

2.1.2 Âmbito Nacional:

- **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E PEQUENAS EMPRESAS** - Anegepe (www.anegepe.org.br), fundada em 2010, com o propósito de reunir professores e alunos para desenvolverem pesquisas aplicadas na área de empreendedorismo e pequenas empresas.

- **PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA** (Unesp - Campus Marília). Os professores Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP), Dr. José Osvaldo De Sordi (FACCAMP), Dr. Manuel Meireles (FACCAMP) desenvolvem pesquisas conjuntas no campo de transferência de

informações entre os atores de *business clusters*. As ações conjuntas começaram em 2009, com o aceite de financiamento do projeto Qualidade da Informação em Arranjos Produtivos Locais: Atributos e Aspectos para Análise da Contextualização aos Interesses do Público Local pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esta pesquisa derivou diversas outras pesquisas e orientações nas duas instituições, além de publicações.

- **DIVISÃO DE CULTURA EMPREENDEDORA DO SEBRAE SÃO PAULO:**

A Instituição desenvolve projetos de pesquisa em parceria com o Sebrae-SP (www.sebraesp.com.br), por intermédio da área de Cultura Empreendedora, cujo interesse da IES recai sobre o projeto a respeito da mortalidade de empresas nascentes, na qual pesquisadores da Instituição exploraram a base de dados coletada pelo Sebrae-SP, sobre indicadores de mortalidade e sobrevivência de empresas nascentes no Estado de São Paulo e cujos resultados são publicados na Rausp.

- **A EDITORA GLOBO (REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS):** A Instituição está em conversações iniciais para explorar uma possível parceria com a Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios (www.revistapegn.globo.com), pertencente ao grupo Globo de Comunicações. A Revista tem muito interesse em realizar estudos sobre o universo das PMEs. O contato com docentes do programa da Instituição visa o entendimento de pontos de interesse em comum, que gerem, tanto produção científica de alta qualidade para a Academia, como informações importantes para a comunidade de pequenos empresários que fazem parte do grupo de leitores da Revista, que é uma das maiores e mais lidas pelo mesmo público-alvo de interesse das Linhas de Pesquisa da Instituição.

- **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP - CAMPUS GUARATINGUETÁ):** O professor Dr. José Luiz Contador desenvolve atividades junto ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da UNESP/Campus de Guaratinguetá, como membro da Linha de Pesquisa em Estratégias Competitivas de Empresas, pertencente ao Grupo de Otimização e Logística – GOL (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8507295452917523>), liderado pelo pesquisador Dr. Antônio Fernando Branco Costa e sediado no Departamento de Produção desta

unidade universitária. Participa em pesquisa sobre estratégia em parceria com o Prof. Dr. Jorge Muniz Júnior (UNESP) e o aluno Luís César F. M. Barbosa (doutorado), a quem ofereceu orientação para desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, ocorrida em 2015.

- **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDUSCON-SP):** os docentes pesquisadores do programa possuem uma coluna mensal na revista da entidade, denominada Notícias da Construção, que circula em papel e em meio digital (<http://www.sindusconsp.com.br>). Além do canal de publicação, há a colaboração do sindicato em termos de auxiliar aos pesquisadores do programa a terem acesso aos seus afiliados para coleta de dados.

- **PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO DA FEA/USP:** A Profa. Eliane Maria Pires Giavina Bianchi desenvolve intercâmbio com a FEA/USP (Prof. Lindolfo Galvão de Albuquerque e Profa. Maria Carolina Aguiar Rodrigues) para o desenvolvimento de pesquisas na área de gestão estratégica de pessoas. A parceria já gerou um livro de gestão estratégica de pessoas, publicado em 2009 e, atualmente, está focada na produção de um outro livro, na mesma temática, sobre casos de ensino e, sobre o qual, o grupo está conduzindo um projeto de pesquisa sobre Gestão Estratégica de Pessoas e Comprometimento com apoio do CNPq (bolsa do projeto universal).

- **COOPERAÇÃO COM A DIVISÃO DE GESTÃO DE EMPRESAS DO CTI / CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:** o programa mantém um projeto em cooperação com o CTI denominado “Modelagem e simulação de comportamento organizacional: sistemas de apoio à tomada de decisão gerencial”. Este projeto tem como objetivo geral “estudar e modelar interações entre variáveis humanas e organizacionais que permitam simular diferentes aspectos do comportamento organizacional, gerando subsídios ao desenvolvimento de sistemas para apoio à tomada de decisão, com potencial para integrar ganhos financeiros e benefícios sociais”. No âmbito da cooperação com a Instituição, o propósito é desenvolver modelos que sejam aplicáveis à MPE, atualmente, já estão sendo desenvolvidos estudos de campo em duas empresas. O CTI está alocando quatro bolsistas CNPq neste projeto.

Pretende, agora, em vigência desse PDI, ofertar cursos em âmbito nacional em Educação a Distância – EAD, consolidando-se, primeiro, como polo e sede e estabelecendo mais outros 3 polos, a saber: Francisco Morato, Paulínia e Porto Feliz. Para isso, aguarda, no momento da construção desse PDI, visita de autorização de credenciamento de EAD³ junto ao MEC. Pretende oferecer cursos de graduação, *lato sensu*, extensão, especialização, bem como cursos de curta duração.

Na Pós-Graduação *stricto sensu*, a Instituição conta com um programa de Doutorado em Administração da Micro e Pequenas Empresas e dois Programas de Mestrado, sendo um deles Mestrado Profissional em Administração, desde 2009, que tem como área de concentração de suas pesquisas a Dinâmica das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo e Desenvolvimento; e o outro Mestrado em Ciências da Computação, com as linhas de pesquisa em Sistema da Informação e Técnicas e Modelos da Computação, ambos reconhecidos pela CAPES. A IES tem intenção de investir em um terceiro Mestrado em Educação, consolidando, assim, sua Missão Institucional.

2.1.3 Âmbito Internacional:

A IES estabeleceu parcerias internacionais em Pós-Graduação com a *Florida Christian University* (FCU) nas áreas de Administração e com a Universidade de *Havana* na área da Educação. Essas parcerias serão detalhadas no próximo item que trata sobre a internacionalização. Nesse contexto, a Instituição tem, nos últimos anos, ampliado sua inserção, atuando nacional e internacionalmente.

2.2 Políticas de Internacionalização

2.2.1A Internacionalização da Educação Superior e a busca da Excelência Acadêmica

As atuais exigências de maior integração dos mercados financeiros e comerciais mundiais têm sido acompanhadas pela internacionalização da educação terciária, suscitando, por parte de especialistas, o surgimento de novos espaços para a educação

³ Pedido de Credenciamento EaD, Processo e-MEC, no. 20140610, da IES e dos três polos.

superior no mundo. A inserção internacional da educação superior deve-se a fatores, de acordo com Vincent Lancri (2009)⁴, tais como:

- I- a decisão dos governos nacionais de promoverem os intercâmbios acadêmicos;
- II- a maior mobilidade de mão de obra qualificada em razão do aprofundamento da globalização econômica;
- III- a busca de novos mercados por parte de muitas instituições universitárias dos países desenvolvidos, visando a reforçar sua reputação e constituir fontes alternativas de receitas;
- IV- estratégias governamentais direcionadas a ampliar quantitativamente e qualitativamente o capital humano de seus respectivos países, face às exigências de um mercado global cada vez mais competitivo e fortemente amparado em técnicas intensivas em conhecimento .

Como característica dessa internacionalização da educação superior atual, ainda, segundo o autor, é a sua assimetria, uma vez que apresenta diferenças consideráveis em sua evolução por regiões e por países.

No Brasil, há o programa Ciência sem Fronteiras, do qual a Instituição participa, que é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e CAPES –, e Secretarias de Educação Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil, ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

⁴ VINCENT-LANCRIN, S. Cross-border higher education: trends and perspectives. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Higher education to 2030 (volume 2: globalization). Paris: Centre for Educational Research and Innovation, 2009, p. 63 a 88.

Em 2016, completa-se a primeira fase do CsF. Foram enviados 73.353 universitários (79% de todos os participantes), cursando graduação para um ano acadêmico (modalidade "graduação sanduíche") para 2.912 universidades de 54 países entre estas, para 182 das 200 melhores universidades do mundo no *Shanghai Ranking: Academic Ranking of World Universities*, expondo-os a um "choque de internacionalização". Destes, mais de 40% realizaram estágios de verão em laboratórios universitários, governamentais e industriais, expandindo ainda mais suas vivências em ambientes inovadores. O Brasil aumentou a mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores de uma média anterior ao CsF em torno de 5 mil por ano para mais de 40 mil em 2015, auge do CsF.

O programa Ciência sem Fronteiras atinge sua meta com a concessão global de 101.446 bolsas em quatro anos, sendo 78% deste total na modalidade de graduação. As principais áreas contempladas são as engenharias, biológicas, ciências biomédicas e da saúde. Os Estados Unidos da América contou com 32,7 mil bolsistas, seguido do Reino Unido com 11,4 mil; Canadá, 8 mil; França com 7,7 mil; e Austrália com 7,5 mil.

A grande maioria é oriunda de famílias com renda de até 6 salários mínimos. Do total de alunos, 26,4% se autodeclararam pardos ou pretos, valor próximo aos 23% da média do sistema universitário brasileiro. Este grau de inclusão social não foi antecipado na implementação do programa e é uma marca de sucesso. A maioria destes jovens, selecionados por critérios de mérito, teve oportunidade única de passar um ano numa universidade de ponta, tornar-se fluente numa outra língua e adquirir visão e vivência internacionais, que certamente lhes abrirão caminhos profissionais e pessoais que dificilmente conseguiriam sem apoio de um programa como o CsF.

Nesse processo de intercâmbio estudantil, as estratégias para a retenção de talentos, tendo em vista questões econômicas e tecnológicas, desencadearam disputa por profissionais altamente qualificados, particularmente, entre as economias industrializadas.

O investimento direto estrangeiro das instituições na abertura de *campi* avançados também se tornou mais significativo na última década. O ponto importante a destacar é que o avanço da internacionalização da educação superior ocorrido na última década, por intermédio de políticas governamentais e ações mais sistemáticas por parte de muitas instituições universitárias, intensificou práticas tradicionais, como o intercâmbio estudantil, ao mesmo tempo em que formas transformadas de extroversão passaram a ser aplicadas e ganharam maior relevância, especificamente, a mobilidade de cursos, programas e universidades.

Este cenário lança enormes desafios às instituições e às nações como o Brasil, que passam a ser pressionadas a encontrar meios alternativos para também elevar a qualidade de seus sistemas universitários com a finalidade de sustentar níveis suficientes de competitividade e, assim, resguardarem para si uma posição soberana no plano econômico e político global. É este contexto complexo, permeado de grandes indefinições, que, contraditoriamente, engendra possibilidades de mudanças estruturais para a educação superior brasileira e para a Instituição.

Na IES, a internacionalização desenvolve-se com parcerias internacionais como **Florida Chrystian University**, desde 2012, em capacitação discente e docente em programas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado nas áreas de Administração Tecnológica, e com a **Universidade de Havana – Cuba**, também desde 2012, na área de Educação, com professores convidados para ministrarem aulas no curso de *lato sensu* em Formação Docente para a Educação Superior, nos cursos de Letras e Pedagogia e em palestras na graduação, semestralmente.

Também pela parceria internacional com o **Instituto Empreender Endeavor**. Estudos na área de Educação Empreendedora e Ecossistema Empreendedor estão sendo realizados com o apoio do Instituto Empreender *Endeavor* (www.endeavor.org.br). O Instituto é uma organização internacional que tem como missão disseminar a cultura empreendedora nos países onde está instalada. O projeto sobre educação empreendedora no Brasil, desenvolvido em parceria com a Instituição, está bastante avançado, com um artigo publicado nos anais da Enanpad e um capítulo de livro publicado (Edmilson Lima; MELHADO, J.; ROCHA, R. . Brasil: em busca de uma educação superior em empreendedorismo de qualidade. In: Fernando Antonio Prado Gimenez, Emerson Carneiro Camargo, Alexandre Donizete Lopes de Moares e Franciele Klosowski. (Org.). Educação para o Empreendedorismo. 1ed.Curitiba: Agência de Inovação UFPR, 2014, v. 1, p. 128-149).

Outras ações desenvolvidas na IES são:

- Intercâmbio de alunos de Angola, parte integrante do Fórum Internacional de Gestão e Educação – Brasil e Angola;
- Participação na ODAEE - *Organización de las Américas para La Excelencia Educativa*, desde 2011;
- Participação de discentes, docentes de graduação e de pós-graduação em congressos internacionais.

São outras ações futuras que intenta a Instituição, voltadas para a busca da excelência acadêmica, na vigência deste PDI:.

- V- incentivar programas de intercâmbio internacional;
- VI- consolidar parceria com a *Universidad de La Paz* – Bolívia;
- VII- implementar, incentivar o ensino de língua inglesa à comunidade acadêmica, como forma de inserção internacional;
- VIII- buscar a participação em redes de cooperação em pesquisa e a mobilidade internacional discente e docente, que possam incrementar a inserção da comunidade universitária no desenvolvimento social, econômico, político e cultural do mundo atual;
- IX- salvaguardar amplo acesso às informações e às oportunidades, a não discriminação e o reconhecimento de estudos de graduação, pós-graduação, estágios no exterior e/ou cooperações técnicas e científicas, uma vez que se entende a internacionalização como um processo benéfico a todos os setores de forma transversal, com impacto no ensino, na pesquisa e na extensão, por meio de parcerias, convênios e bolsas. As bolsas serão ofertadas em parte pela IES e será incentivada a busca de fomento em agências de pesquisa como CAPES, CNPq, FAPESP e outras.
- X- implementar a participação em redes investigativas interinstitucionais e promover intercâmbios de ciência e tecnologia, haja vista que a internacionalização é indispensável não só para a verticalização do ensino, mas também para expandir a nucleação dos docentes e pesquisadores em projetos bilaterais
- XI- implantar programas internacionais que proporcionem acesso aos docentes, alunos de graduação e de pós-graduação, às oportunidades de estudo e pesquisa em diferentes países, por iniciativa própria e por intermédio de programas como: UNIBRAL-CAPES, Ciência em Fronteiras (CSF), Programa de Licenciaturas Internacionais - CAPES (PLI), entre outros.
- XII- compreende-se que a inclusão na Instituição de estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação, tende a fortalecer o desenvolvimento global dos cursos e da comunidade universitária da Instituição.

2.3 Política de Disseminação do Conhecimento

Desde 2004, a Instituição vem desenvolvendo sua política de publicação e editoração, por meio da Editora FACCAMP. Inúmeras obras foram publicadas com vistas à socialização do conhecimento, para as comunidades interna e externa. Os periódicos recebem registros do ISSN, e os livros são registrados no ISBN. A Editora FACCAMP atende as demandas de publicações de docentes da Instituição de forma prática, moderna e objetiva. São publicadas obras impressas, que são disponibilizadas no site da Instituição.

A IES conta com a Revista da Micro e Pequena Empresa, ISSN: 1982-2537, Qualis B3 e indexada DIALNET e a Revista de Tecnologia Aplicada.

A WEAFFACCAMP – *Workshop* Multidisciplinar sobre Ensino e Aprendizagem - é a revista para publicação e divulgação do trabalho de docentes e discentes, no que diz respeito ao ensino e aprendizagem. Participam do *Workshop* os docentes internos, externos e discentes.

Desenvolve, agora, a Revista de Educação do Instituto Superior de Ensino Campo Limpo Paulista – REDUC e a Revista de Engenharia, Inovação e Tecnologia, REITEC.

A Instituição também edita a Revista eletrônica sob responsabilidade da Pós-Graduação *stricto sensu* com link de acesso no site. Há projetos de publicação de outras revistas eletrônicas, que incluem a produção científica de professores/tutores e alunos da graduação.

A política de publicação e editoração da Instituição preconiza:

- gerenciamento dos recursos já disponíveis em consonância com as Pró-Reitorias Administrativa e Financeira;
- captação de novos recursos em consonância com o Ensino e Extensão;
- estruturação de conselho de publicação e editoração;
- ampliação e consolidação da dinâmica de produção da Editora FACCAMP;
- qualificação da publicação de periódicos impressos e eletrônicos;
- consolidação do repositório de produção científica;
- incentivo ao diálogo dos grupos de pesquisa com outras instituições;
- promoção de eventos científicos de relevância nacional e internacional;
- divulgação da produção científica com meios e linguagens adequados ao entendimento da comunidade;
- garantia à comunidade do retorno dos resultados das pesquisas, das quais ela participa;

- captação de recursos para o atendimento da demanda por publicações;
- obtenção de parcerias, visando à interação de autores de outras instituições congêneres nacionais e internacionais;
- ampliação e consolidação de conselhos editoriais;
- ampliação, manutenção de recursos físicos e tecnológicos da Editora FACCAMP;
- ampliação e manutenção de recursos físicos, tecnológicos e humanos para divulgação e publicação de produções acadêmicas em mídia eletrônica;
- incentivo à busca de indexação de periódicos e revistas com publicações docentes/tutores;
- captação de recursos para a internacionalização das publicações;
- ampliação e interação da Editora FACCAMP com as Pró-Reitorias e conselhos editoriais;
- atualização e capacitação constantes dos recursos humanos da Editora FACCAMP;
- ampliação das infraestruturas de informação;
- ampliação e busca de novos meios físicos e eletrônicos para divulgação de informações nos espaços de convívio e circulação;
- implementação dos serviços de intranet;
- ampliação contínua do acesso à Internet;
- promover a publicação de conteúdos para EAD em meio impresso, virtual e eletrônico.

A política de publicação e editoração da Instituição elegem seus critérios para seleção/publicação tanto para graduação quanto para pós-graduação.

2.4 Dos critérios de seleção do material acadêmico para publicação

2.4.1 Da Graduação

A política de publicação, bem como os temas a serem trabalhados nos TCCs e ICs, encontram consonância com as demandas locais e regionais. O corpo docente, os NDEs, as equipes de pesquisa da Instituição, coordenados pela área responsável pelas publicações, compõem o cronograma com a participação dos discentes, focando sempre a estrutura curricular e as diretrizes legais nacionais do MEC. Após a seleção dos temas e segmentos a serem trabalhados na pesquisa e publicação, os professores/coordenadores

dos projetos descrevem juntamente com os discentes a metodologia do processo e como ele será efetuado. Os melhores trabalhos selecionados por meio de uma classificação por banca de avaliadores, serão publicados pelas Revistas da Instituição, bem como terão a sua publicação no site.

2.4.2 Da Pós-Graduação e Pesquisa

2.4.2.1 Do *Lato Sensu*

Os discentes dos cursos de *lato sensu* serão incentivados à produção e publicação de trabalhos acadêmicos, constituintes de conclusão de disciplinas ou de cursos, a critério das Coordenações e NDEs dos cursos de especialização, que, após serem avaliados pelo professor responsável da disciplina e em conjunto com o coordenador do curso, serão selecionados e encaminhados para possíveis publicações em revistas indexadas das respectivas áreas do conhecimento e na Editora FACCAMP.

Essa iniciativa visa a despertar no discente o gosto pela pesquisa, produção, publicação e divulgação de suas ideias e estudos, bem como fomentar a produção acadêmica de todos os envolvidos no processo de formação continuada.

2.4.2.2 Do *Stricto Sensu*

As pesquisas desenvolvidas pelos discentes da pós-graduação *stricto sensu* em disciplinas, poderão gerar artigos a serem submetidos a conselhos editoriais de revistas indexadas das respectivas áreas do conhecimento. Para tanto, a critério dos Programas, poderão produzir artigos sozinhos ou em conjunto com seus orientadores a serem submetidos à publicação.

A participação em congressos, seminários, simpósios nacionais e ou internacionais deverão ser acompanhados de produção de artigo para publicação.

2.5 Missão

Para esse novo período e fruto desse processo de desenvolvimento, houve-se a necessidade de repensar a Missão Institucional.

A nova Missão Institucional é resultado da evolução e do desenvolvimento da Instituição e foi definida em um processo que contou com o envolvimento de dirigentes, professores, funcionários e representantes da comunidade externa, cujas reflexões culminaram na formulação da Missão com vistas a se tornar um Centro Universitário:

Promoção e busca constante da qualidade, no ensino, na pesquisa e na extensão para a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade, facultando o diálogo regional, nacional e internacional, a promoção dos direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero.

2.6 Valores

As finalidades expressam o conjunto de valores presentes na IES e espelham sua filosofia e devem reger as diretrizes e metas institucionais.

Reiterando-se a construção coletiva desses princípios, quanto à visão de futuro, as finalidades fundamentam-se em:

- cumprimento dos valores éticos, que presidem a IES (responsabilidade, respeito, compromisso, participação);
- formação e qualificação do ser humano, com ênfase em suas potencialidades, nas diferentes áreas do conhecimento;
- desenvolvimento intelectual, social, filosófico e tecnológico, solidificando as linhas de pesquisa, ampliando a investigação científica e as publicações acadêmicas da IES;
- desenvolvimento socioeconômico por meio da realização de atividades de ensino, científicas, tecnológicas, artísticas e culturais;
- desenvolvimento sustentável, contribuindo para a elevação da qualidade de vida do homem;
- busca permanente da qualidade acadêmica e da sustentabilidade financeira e administrativa, com objetivos voltados para a sociedade e para a melhora da vida do homem.

Esse PDI é concebido em uma nova roupagem e fruto da construção de uma permanente discussão coletiva, que integra as metas e ações propostas, explicitadas no próximo item.

2.7 Objetivos e Metas

A partir da implantação do novo modelo de gestão, em 2015, foi proposto para a comunidade acadêmica, com a aprovação da Instituição Mantenedora, um conjunto de objetivos que visam ao desenvolvimento institucional:

Tabela 7 - Metas e ações das Políticas de Gestão Acadêmica.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Buscar credenciamento da faculdade em Centro Universitário</p>	<p>Preparar a IES para o processo de credenciamento para transformação em Centro Universitário.</p>	<p>Aprimorar, reiterar equipes de trabalho para levantamento, tabulação e compilação de dados que subsidiem a escrita e elaboração de documentos, relatórios, mapeamento das ações da IES, com vista ao credenciamento para Centro Universitário.</p> <p>Reiterar, acompanhar, analisar e reestruturar (quando necessário) cronogramas de acompanhamento das ações previstas, a serem executadas para o Credenciamento do Centro Universitário.</p> <p>Dar continuidade às reuniões de acompanhamento e checagem das ações desenvolvidas pelos setores, atores, gestores, docentes e técnicos para implantação do Centro Universitário.</p> <p>Intensificar rotinas de reuniões de equipes para <i>feedback</i> das ações, necessidades, potencialidades e fragilidades a serem observadas, visando a implantação do Centro Universitário.</p> <p>Reiterar rotina de listagem e checagem dos documentos elaborados, revistos e ou implantados, bem como checagem de outros procedimentos referentes aos instrumentos de avaliação para o Credenciamento em Centro Universitário.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2017</p>
<p>Disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura.</p>	<p>Disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura, por meio presencial e a distância, levando em conta as necessidades e possibilidades da comunidade e assegurando a sustentabilidade da Instituição.</p>	<p>Promover ações, cursos, palestras, pesquisas e divulgação de conhecimento que facilitem o acesso ao conhecimento e à cultura.</p> <p>Criar cursos, projetos de extensão, ações acadêmicas, semanas culturais, mostras, exposições, peças teatrais, musicais, incentivar ações criativas culturais.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>

Credenciamento EaD	Preparara a IES e Setores responsáveis para o EaD	Dar continuidade aos procedimentos para Credenciamento em EaD.	1,2,3,4,5	2016 - 2017
Sustentabilidade	Dar continuidade à revisão, renovação do projeto institucional e de suas respectivas estratégias de sustentabilidade no ensino, na pesquisa e na extensão.	Utilizar dados da CPA e do Financeiro para subsidiar a implantação das ações, projetos, previstos no PDI, de modo sustentável.	1,2,3,4,5	2016-2010
Acessibilidade Promover acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, habilidades/ superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequentam a instituição e se beneficiam de alguma forma de seus serviços.	Ampliar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos Requisitos legais. Ampliar as possibilidades de acesso aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, expressando claramente no edital de seleção discente, quais os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular.	Ampliação das ações do Programa de acessibilidade e inclusão – PAI, Proera, e Agita de uma política de inclusão com atendimento à Lei de acessibilidade, propiciando a todos os envolvidos no processo acesso ao ensino de qualidade. Ampliar a atuação social por meio de projetos de extensão.	1,2,3,4,5	2016-2020
Infraestrutura	Modernizar a infraestrutura e ampliar os espaços físicos e a gestão. Desenvolver estratégias de organização e gestão acadêmica e administrativa, tendo em vista a racionalização dos processos e dos recursos disponíveis e a efetividade das ações em todas as instâncias. Trabalhar a acessibilidade na IES em toda a sua estrutura física.	Otimizar espaços. Ampliar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos Requisitos legais.	1,2,3,4,5	2016-2020

Egressos	Garantir o serviço de acompanhamento ao aluno;	Intensificar, modernizar acompanhamento da trajetória dos alunos na carreira profissional e acadêmica, por meio do site, pesquisas da CPA, enquetes, telemarketing, retorno das empresas em que os egressos atuam. Pesquisa e eventos divulgados no Lattes.	1,2,3,4,5	2016-2020
	Projeto de acompanhamento do egresso. A IES tem acompanhado a vida profissional dos egressos não só para sua permanente integração à comunidade acadêmica, mas também como uma dimensão do processo de autoavaliação. O que se observa, comumente, é o retorno de muitos egressos para continuidade dos estudos em nível de pós-graduação; alguns passam a prestar serviços à própria Instituição como colaboradores e professores, o que se constitui numa ação com repercussão social, pela valorização do egresso.			

Tabela 8 - Metas e ações das Políticas de Ensino

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
A política da IES para a Graduação.	Integrar ensino, iniciação científica e extensão.	A política da IES para a graduação fundamenta-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, tendo como objetivo uma formação de qualidade acadêmica e profissional que permita ao egresso destacar-se no competitivo mundo do trabalho, bem como para a conscientização da importância da formação continuada.	1,2,3,4,5	2016-2020

<p>Buscar a qualidade acadêmica de todos os cursos oferecidos pela IES</p>	<p>Aprimorar, revisar os procedimentos de elaboração de PPCs com tabela de impacto da abertura de novos cursos nas margens legais.</p>	<p>Orientar a elaboração de PPCs, bem como sua revisão, adequação, respeitando o núcleo comum de disciplinas e as orientações do Conselho Superior – CONSUP, da Área de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos – AAPC, em conjunto com a área de PI – Pesquisador Institucional, Coordenação de Curso e NDE.</p> <p>Criar roteiro de elaboração de PPC, em conformidade, com os instrumentos avaliativos de curso.</p> <p>Motivar mudança de postura didático-pedagógica do corpo docente e discente em face às reformulações, adequações e novidades implantadas.</p> <p>Modernizar os laboratórios de apoio ao ensino.</p> <p>Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico.</p> <p>Intensificar e motivar o envolvimento de alunos em projetos de iniciação científica e de extensão.</p> <p>Ofertar bolsas de estudo na graduação, <i>lato e stricto sensu</i>, como forma de retenção do aluno.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>
	<p>Orientar um planejamento de implantação de cursos novos. Verificar os requisitos necessários, como infraestrutura e recursos humanos, em conformidade com demandas regionais, nacionais e com o PDI.</p>	<p>Modernizar os laboratórios de apoio ao ensino.</p> <p>Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016 -2020</p>
	<p>Orientar estudos das necessidades socioeconômicas locais, regionais e Nacionais.</p>	<p>Orientar estudos das necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais que subsidiem a escrita dos PPCs e embasem ações acadêmicas, de extensão e pesquisa, garantindo a qualidade, promovendo excelência, preservando e garantindo os direitos humanos de acesso à formação e formação continuada.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>

	Aprimorar os critérios de acompanhamento da implantação do projeto político pedagógico.	<p>Projeto Pedagógico Institucional (PPI) - integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior.</p> <p>Os Projetos Pedagógicos de Cursos - (PPCs), seguem a concepção de currículo adotada pela IES, pautada pelo Projeto Pedagógico Institucional da IES. Desse modo, o currículo é entendido como elemento formador de identidades individuais e sociais, o que pressupõe a adoção de referenciais sócioantropológicos, psicológicos, epistemológicos, pedagógicos, éticos, humanos em consonância com o perfil humano e profissional do egresso.</p>	1,2,3,4,5	2016-2020
	Intensificar rotinas de reformulação e atualização curricular dos cursos já existentes.	Incentivar a produção docente e discente, bem como sua publicação e divulgação no WEA, em meio físico pela Editora FACCAMP e em meio eletrônico, na página da IES.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
	Intensificar rotina de envolvimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE).	Intensificar rotina de envolvimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), no desenvolvimento, aperfeiçoamento e adequação do PPC às Leis, Missão, metas, objetivos da IES e das necessidades inerentes aos cursos e mercado de trabalho.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
	Fortalecer atuação das coordenações de curso e dos NDEs.	Promover ações de capacitação de coordenadores e professores, bem como incentivar atuação em congressos, seminários, cursos de aprimoramento <i>lato e stricto sensu</i> e publicação, por meio do PCD – Programa de Capacitação Docente Eventos e Cursos e da Editora FACCAMP e WEA.	1,2,3,4,5	2016-2020
	Aperfeiçoar a busca de subsídios nas avaliações institucionais.	Utilizar, divulgar, fazer orientar ações de cursos, pesquisa e extensão com base nos resultados da CPA na gestão dos cursos. Utilizar dados da CPA para a gestão acadêmica.	1,2,3,4,5	2016-2020
Consolidar os cursos de graduação	Divulgar, promover e criar eventos para divulgação dos cursos.	Trabalhar a comunicação em mídias digitais, impressas locais e nacionais.	1,2,3,4	2016-2020
Patamares de qualidade	Elevação dos patamares de qualidade dos cursos em todos os níveis de ensino, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, processos de autoavaliação de cursos e da Instituição juntamente com o processo de gestão.	Elaborar semestralmente, simulados do Enade com questões no formato do Enade, aplicados a todos os cursos, independentemente se o curso fará o Enade naquele ano.	1,2,3,4	2016-2020

<p>Desenvolver atividades de responsabilidade social e educação ambiental conforme previsto em lei</p>	<p>Trabalhar a sustentabilidade ambiental</p>	<p>Otimizar espaços.</p> <p>Ampliar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos Requisitos legais.</p> <p>Aprimorar as ações de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.</p> <p>Desenvolver campanhas de economia de papel, reciclagem, economia de energia elétrica, etc.</p> <p>Dar continuidade à política de centralização do uso de impressoras, economizando tinta, energia, tonner, dessa forma, garantindo a sustentabilidade e responsabilidade ambiental e poluindo menos.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>
<p>Inclusão digital</p>	<p>Modernizar e integrar as tecnologias de informação, tendo em vista, a qualidade das ações acadêmicas.</p> <p>Incentivar a criação da semana de tecnologia.</p> <p>Possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura em ambientes informatizados, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão digital.</p>	<p>Ampliar o uso dos laboratórios.</p> <p>Incentivar e capacitar docentes para o uso das TICs, por meio de cursos de extensão, capacitações, palestras, etc.</p> <p>Realização de seminários, congressos, semanas para discutir as tecnologias da educação.</p> <p>Trabalhar os direitos humanos e a educação em direitos humanos, garantindo por essas ações a cidadania.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>
	<p>Qualificar as propostas de ensino com vistas a melhorar o acesso e aprendizagem discente, utilizando ambientes virtuais.</p> <p>Trabalhar a questão ambiental.</p>	<p>Incentivar o uso de laboratórios para criação virtual de capacitação, de extensão em ambientes virtuais para uso das TICs e para capacitação dos jovens e cidadãos para o uso dos ambientes virtuais e suas tecnologias.</p> <p>Ofertar cursos presenciais e a distância (quando já credenciada) nos quais o aluno possa criar projetos e site, programas e tudo o que se refere ao mundo virtual.</p>		
	<p>Instalar laboratórios virtuais.</p>	<p>Instalação de laboratórios virtuais.</p> <p>Ampliar para a comunidade, as possibilidades de acesso, aos ambientes virtuais, qualificando-os e ampliando o número de equipamentos disponíveis.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>
	<p>Ampliar as possibilidades de formação docente para uso pedagógico de ambientes informatizados.</p>	<p>Ampliar o portal do aluno, incentivar mais o uso das TICs e o ambiente virtual para informações acadêmicas.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>

Estratégias de Comunicação e Visibilidade	Ampliar as estratégias e melhorar a efetividade de formas de relação e comunicação com a comunidade, com vistas a maior visibilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão.	Ampliar a divulgação das ações, assegurar corrente participação da comunidade nos processos de ensino e adstringindo a relação comunidade - IES.	1,2,3,4,5	2016-2020
	Ampliar as estratégias e melhorar a efetividade de formas de relação e comunicação com a comunidade, com vistas a maior visibilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão presenciais e a distância.	Manter comunicação em mídias sociais, página da IES, <i>outdoors,indoorsinternet</i> , divulgando ações da IES. Criar parcerias nacionais e internacionais que garantam visibilidade e possibilitem a troca de informação.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
Discentes	Fortalecer o relacionamento com os estudantes, atendendo às suas necessidades de acesso ao conhecimento e à cultura com excelência acadêmica e administrativa e com compromisso político.	Essa prática é pautada na formação ética e cidadã do aluno, possibilitando a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sócio-político-econômica da sociedade.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
Garantir inclusão social, psicológica, curricular, de gênero, cultural, etnia e direitos humanos	Desenvolver, palestras, atendimento, ações, seminários, cursos, visitas técnicas, estudos e pesquisa que possam levar a comunidade interna e externa à conscientização sobre as temáticas de acessibilidade.	Garantir o serviço de acompanhamento ao alunado, por meio da Central do aluno. Ofertar: cursos de nivelamento; apoio psicopedagógico e apoio bolsa. Promover ações que garantam acessibilidade atitudinal e pedagógica, o direito à diversidade de gênero e étnica, por meio de estudos, cursos, palestras e visitas técnicas. Promover ações de conscientização em relação ao combate à violência contra a mulher (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006). Facultar atendimento e suporte aos alunos com deficiências auditivas e visuais, com intérprete de Libras. Garantir acessibilidade no site, lupas, provas com fonte maiores, individuais e assistidas por tutores, teclado em Braille, calculadora com voz, entre outros.	1,2,3,4,5	2016-2020
Cidadania e Direitos Humanos	Fomentar, no espaço acadêmico, as discussões acerca dos desafios contemporâneos para o exercício dos direitos humanos e da cidadania, explorando os efeitos de barbárie que persistem na vida cotidiana.	Promover atividades e eventos para a discussão de temas relacionados aos direitos humanos. Incrementar as ações de extensão no intuito de promover discussões com a comunidade acerca de assuntos da atualidade, no que diz respeito aos exercícios dos direitos humanos e da cidadania.	1,2,3,4,5	2016-2020

<p>Promover ações que permitam compreender, preservar e divulgar as diferentes culturas e relações étnico-raciais. Respeitar a diversidade, a pluralidade de raça, gênero e sexo, fortalecendo os laços de solidariedade, igualdade, inclusão e respeito à diversidade de gênero e sexo. Desenvolver ações para atendimento do Espectro Autista</p>	<p>Incentivar projetos de extensão, de responsabilidade social em atendimento às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Ampliar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos requisitos legais</p>	<p>Ampliar ações na semana de curso, em atendimento às essas questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Ampliar e divulgar ações, trabalhos, pesquisas realizadas no PIIASHA e PAAD/EDP que atendam às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Incentivar projetos de extensão em atendimento às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Fomentar pesquisa, palestras e seminários, envolvendo os temas étnico-racial, direitos humanos, diversidade de gênero, espectro autista e diversidade de gênero.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>
--	--	--	------------------	------------------

Tabela 9 - Metas e ações das Políticas de Pesquisa

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Ampliar ações de pesquisa <i>lato e stricto sensu</i>.</p>	<p>Aprimorar a busca de parcerias, convênios com entidades de classe, indústria, empresas, escolas, órgãos públicos.</p> <p>Elevação dos patamares de qualidade dos cursos.</p> <p>Garantir a captação e retenção dos alunos, como forma de manter a sustentabilidade.</p>	<p>Intensificar ações de divulgação dos cursos, por meio de seus índices nas avaliações <i>in loco</i>, da CPA e do ENADE. Intensificar, modernizar e criar campanhas de divulgação dos cursos, como palestras, seminários, visitas técnicas e divulgação em mídias.</p> <p>Elevação dos patamares de qualidade dos cursos em todos os níveis de ensino, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, processos de autoavaliação de cursos e da Instituição, juntamente com o processo de gestão.</p> <p>Ampliar número de docentes mestres e doutores, bem como em regime de trabalho parcial e integral, garantindo um corpo docente engajado e comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão.</p> <p>Incentivar o uso das TICs nos cursos de graduação, pós e de extensão por meio de seminários e cursos de extensão.</p> <p>Capacitar e dar formação continuada a professores no uso das TICs em projetos, no Portal do aluno e do discente.</p> <p>Elaborar, semestralmente, simulados do Enade com questões no formato do Enade, aplicados a todos os cursos, independentemente, se o curso fará o Enade naquele ano.</p> <p>Intensificar ações de contato e interação com egressos.</p> <p>Acompanhamento das ações dos egressos.</p> <p>Pesquisa no mercado de trabalho para averiguar condições de trabalho dos egressos e sua inserção na área de formação.</p> <p>Incentivo aos egressos de formação continuada.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>

Ampliar a implantação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu	Implantação de 01 projeto de curso de Doutorado, de acordo com as normas da CAPES. Desenvolver a área do ensino de pós-graduação.	Implantar e divulgar o Programa de doutoramento da IES. Divulgar, promover e criar eventos para divulgação dos cursos nas empresas da região.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
Incentivar a busca de fomento para a pesquisa	Consolidação de grupos de pesquisa.	Consolidar linhas e grupos de pesquisa. Consolidar grupos e linha de pesquisa institucionalizados, bem como intensificar a criação de novos grupos de pesquisa.	1,2,3,4,5	2016-2020
Incentivar pesquisa sobre temas relativos a afrodescendência e indígena e educação brasileira	Incentivar pesquisa <i>lato e stricto sensu</i> .	Incentivar pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.	1,2,3,4,5	2016-2020

Tabela 10 - Metas e Ações das Políticas de Extensão

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
Ampliar a oferta de cursos e de ações de extensão	Ampliar oferta de cursos de extensão em atendimento às demandas da comunidade. Ampliar projetos e ações de extensões desenvolvidas na IES.	Ampliar aplicação de projetos de extensão e ações comunitárias a todo o entorno da IES, bem como ampliar para atuação em âmbito nacional, de ações de extensão e ações comunitárias.	1,2,3,4,5	2016-2020

Tabela 11- Metas e Ações das Políticas de Internacionalização e Ações de Visibilidade Nacional

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Gerar conhecimentos e serviços que garantam a atuação da IES na sociedade nacional e internacional</p>	<p>Implantar a política de intercâmbios nacionais e internacionais com vistas, à consolidação e expansão de programas de ensino, pesquisa e extensão, presenciais e a distância (quando credenciada).</p> <p>Intensificar a participação de representantes das comunidades interna e externa em reuniões da CPA.</p> <p>Consolidar-se como referência institucional na formação de educação superior para a Área da Saúde, Engenharias, Ciências Sociais e Licenciaturas.</p> <p>Ampliar a oferta de programas e projetos de extensão.</p> <p>Promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional.</p> <p>Efetivação da política institucional de egressos.</p>	<p>Incentivar a divulgação, a promoção e a criação de eventos, em parceria com as comunidades interna e externa.</p> <p>Aprimorar a divulgação de ações, projetos, parcerias e dados avaliativos por meio de site da IES.</p> <p>Buscar a qualidade dos cursos em exames de referência nos órgãos e classe ENADE.</p> <p>Ampliar instalações físicas e de pessoal qualificado para garantia da qualidade.</p> <p>Fomentar a parceria com universidades internacionais, por meio de ações, cursos presenciais e a distância.</p> <p>Promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional, nos âmbitos público e privado, possibilitando a articulação entre a Instituição e a sociedade, por meio de ações presenciais e a distância.</p> <p>Efetivação da política institucional de egressos que subsidia: a formação continuada e o aperfeiçoamento das ações educacionais, o monitoramento, o aconselhamento e orientação relativamente, à inserção de egressos e estudantes nos espaços profissionais de trabalho.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2016-2020</p>

Tabela 12 - Credenciamento EaD.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
Finalizar o Credenciamento em EaD	<p>Priorizar ações para o Credenciamento em EaD.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos a distância.</p> <p>Implantar curso de graduação, pós-graduação e extensão em EaD.</p> <p>Garantir a captação e retenção dos alunos, como forma de manter a sustentabilidade.</p>	<p>Capacitar docentes e tutores para EaD.</p> <p>Constituir equipes de trabalho para implantação dos cursos EaD.</p> <p>Criar conteúdo EaD, com docentes e tutores.</p> <p>Gerenciar e coordenar equipe de TIC para execução de trabalhos para o EaD.</p> <p>Coordenar distribuição de material EaD.</p>	1,2,3,4,5	2016-2020
Implantar ensino a distância	<p>Ofertar cursos a distância.</p> <p>Implementar e acompanhar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas metodológicas no ensino, na pesquisa e na extensão presencial e em EAD.</p>	<p>Implementar e desenvolver técnicas, ferramentas e metodologias de ensino para a educação a distância.</p>	1,2,3,4,5	2016-2018
Adequar a oferta de cursos presenciais e a distância (após credenciamento EaD).	<p>Adequar a oferta de cursos presenciais, em atendimento ao PDI e orientações do Conselho Superior.</p> <p>Preparar material para oferta de curso EaD (após credenciamento).</p> <p>Atender a referência ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.</p>	<p>Realizar pesquisas com a comunidade, por meio de telemarketing, CPA, mídias digitais (<i>Facebook, whatsapp, twitter</i>) sobre demandas de cursos presenciais e a distâncias, de acordo com o PDI e garantindo a sustentabilidade.</p> <p>Estabelecer a abertura de cursos, em conformidade, com a demanda regional e nacional, em atendimento à Missão da IES ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, recursos humanos e a verticalização do ensino, desde a graduação até a pós-graduação, garantindo inclusão e os direitos humanos.</p>	1,2,3,4,5,	2017-2020

Capacitar pessoal	Efetivação das políticas para a modalidade de ensino "Educação a Distância", com investimentos na infraestrutura tecnológica e capacitação docente.	Capacitar profissionais para atuarem no ensino a distância como conteudistas, tutores e outras áreas concernentes ao ensino a distância.	1,2,3,4,5	2016-2020
		Desenvolver material dos cursos a serem ofertados.		
		Capacitar professores, tutores e gestores dos polos.		
		Preparar equipes de revisão de conteúdos.		
		Desenvolver arte, <i>lay-out</i> e publicar material do EaD.		
Investir em recursos tecnológicos para garantir a qualidade no ensino.				

Tabela 13 - Gestão de Pessoas.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
Propor ações voltadas ao investimento na educação básica na perspectiva da inclusão, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de docentes.	Fortalecer as áreas de formação de docentes, promovendo uma maior inserção na comunidade. Ampliar a atuação da IES na Educação Continuada do corpo docente, professores/ tutores e conteudistas.	Ampliar a formação de professores, garantindo à comunidade a inserção de profissionais no âmbito educacional.	1,2,3,4,5	2016 - 2020
		Ofertar cursos de capacitação docente no ensino de graduação presencial, a distância e pós-graduação.		
		Ofertar cursos de capacitação para professores/tutores e conteudistas.		
		Capacitar profissionais para atuarem no ensino a distância como conteudistas, tutores e outras áreas concernentes ao ensino a distância.		
		Desenvolver material dos cursos a serem ofertados.		
		Capacitar professores, tutores e gestores dos polos.		

2.8 Áreas de Atuação Acadêmica

A FACCAMP, para concretizar suas finalidades, valores e missão, atua nas atividades acadêmicas de ensino de Graduação e de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, de Extensão, Educação a Distância e de prestação de serviços, firmando-se como Instituição

capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento da sociedade em sua região e no país, tendo em vista, sua transformação em Centro Universitário.

2.9 Oferta de Cursos e Programas Presenciais e a Distância

2.9.1 Cursos de Graduação

A Instituição, neste momento de reformulação do PDI, conta com os seguintes cursos de graduação em funcionamento:

Tabela 14 - Cursos de Graduação - Bacharelados

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Administração	M/N	08	Autorização: MEC nº 1494 de 29/12/1998, publicada no D.O.U de 30/12/1998 Reconhecimento: MEC nº 728 de 22/04/2003, publicada no D.O.U de 09/07/2003	4
Ciência da Computação	N	08	Autorização: MEC nº 811, de 14/05/1999, publicado no D.O.U de 18/05/1999 Reconhecimento: MEC nº 3141 de 31/10/2003, publicado no D.O.U de 04/11/2003 Renovação de Reconhecimento: Portaria SESu 1633, de 07/10/2010, publicada no D.O.U de 08/10/2010 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286/12, publicada no D.O.U. de 27/12/2012	3
Ciências Contábeis	N	08	Autorização: MEC nº 360 de 31/01/2006, publicado no D.O.U de 01/02/2006 Reconhecimento: SERES nº 371 de 30/08/2011, publicada no D.O.U de 31/08/2011	3
Ciências Econômicas	N	08	Autorização: SERES nº 279/12, publicada no D.O.U. de 19/12/2012	3 ⁵
Direito	M/N	10	Autorização: MEC nº 620 de 06/03/2002, publicado no D.O.U de 07/03/2002	4

⁵ Mediante o IGC da IES, por não constar CC e CPC

			Reconhecimento: SESu nº 701 de 03/08/2007, publicado no D.O.U de 06/08/2007	
Enfermagem	N	08	Autorização: SESu nº 690 de 27/09/2006, publicado no D.O.U de 28/09/2006 Reconhecimento: SERES nº 36 de 19/04//2012, publicado no D.O.U de 20/04/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 820 de 30/12/2014, publicado no D.O.U de 02/01/2015	3
Engenharia Civil	M/N	10	Autorização: SESu nº 154/2011, publicado no D.O.U de 17/01/2011 Reconhecimento: SERES nº 1032/2015, publicado no D.O.U de 24/12/2015	4
Engenharia de Materiais	N	10	Autorização: SERES nº 137/2012, publicado no DOU de 30/07/2012	4
Engenharia de Produção	M/N	10	Autorização: SESu nº 958 de 25/11/2008, publicado no D.O.U de 26/11/2008 Reconhecimento: SERES nº 419/2015, publicado no D.O.U de 29/10/2015	4
Engenharia Eletrônica	M/N	10	Autorização: SESu nº 1399 de 18/09/2009, publicado no D.O.U de 21/09/2009 Reconhecimento: SERES nº 820/2015, publicado no D.O.U de 29/10/2015	3
⁶Engenharia de Telecomunicações	M/N	10	Autorização: MEC nº 2825 de 13/12/2001, publicado no D.O.U de 17/12/2001 Reconhecimento: SESu nº 164/2007 publicada no D.O.U de 21/02/2007	3
Engenharia Mecânica	N	10	Autorização: SERES Nº 280 de 19/12/2012, publicado no D.O.U de 28/12/2012	4
Farmácia	N	08	Autorização: MEC nº 359 de 31/01/2006, publicado no D.O.U de 01/02/2006 Reconhecimento: SERES nº 136 de 27/07/2012, publicado no D.O.U de 30/07/2012	3
Jornalismo	N	08	Autorização: MEC nº 535 de 22/03/2001, publicado no D.O.U de 23/03/2001 Reconhecimento:	3

⁶Solicitação de fechamento do curso constando no cadastro E-mec como curso extinto

			MEC nº 2657 de 27/07/2005, publicado no D.O.U de 28/07/2005	
Psicologia	N	10	Autorização: SERES nº 200, de 2 de Junho de 2016	4
Publicidade e Propaganda	N	08	Autorização: MEC nº 535 de 22/03/2001, publicado no D.O.U de 23/03/2001 Reconhecimento: MEC nº 2657 de 27/07/2005, publicado no D.O.U de 28/07/2005	3
Química	N	08	Autorização: MEC nº 3172 de 05/10/2004, publicado no D.O.U de 06/10/2004 Reconhecimento: SESu nº 1726 de 18/10/2010, publicado no D.O.U de 20/10/2010 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286 de 21/12/2012, publicado no D.O.U de 27/12/2012	4
Rádio, TV e Internet	N	08	Autorização: SESu nº 1113 de 18/12/2008, publicado em 22/12/2008 Reconhecimento: SERES nº 544 de 12/09/2014 DOU em 16/09/2014	3
Sistemas de Informação	N	08	Autorização: SESu nº 794 de 12/11/2008, publicado no D.O.U de 14/12/2008 Reconhecimento: SERES nº 434/14, publicada no D.O.U. de 01/08/2014	4

Tabela 15 -Cursos de Graduação - Tecnológicos

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Comércio Exterior	N	04	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicada no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 494 de 29/06/2015, publicada no D.O.U. de 30/06/2015	4
Gestão Ambiental	N	04	Autorização: SERES nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 319 de 28/12/2012, publicado no D.O.U de 31/12/2012	4
Gestão Comercial	N	04	Autorização: SERES nº 34 de 19/04/2012 publicado no D.O.U de 20/04/2012 Reconhecimento: SERES nº 494/2015, publicada no D.O.U. de 30/06/2015	4
Gestão da Qualidade	N	04	Autorização: SERES nº 121 de 05/07/2012 publicado no D.O.U de 06/07/2012 Reconhecimento: SERES nº1037/2015, publicada no D.O.U. de 24/12/2015	5
Gestão de Recursos Humanos	N	04	Autorização: SETEC nº 476 de 09/10/2008, publicado no D.O.U de 10/10/2008 Reconhecimento: SERES nº 22 de 12/03/2012, publicado no D.O.U de 16/03/2012 Renovação do Reconhecimento: Portaria SESu 703, de 18/12/2013, publicada no D.O.U de 19/12/2013	4
Gestão Financeira	N	04	Autorização: SERES nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 588/2014, publicada no D.O.U. de 23/10/2014	3
Logística	M/N	04	Autorização: SETEC nº 414 de 04/09/2008, publicado no D.O.U de 05/09/2008 Reconhecimento: SERES nº 21 de 12/03/2012, publicado no D.O.U de 16/03/2012	4
Manutenção de Aeronaves	N	06	Autorização: SERES nº 181/13, publicada no D.O.U. de 09/05/2013	4

Marketing	N	04	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 427 de 28/07/2014, publicado no D.O.U de 31/07/2014	3
Processos Gerenciais	N	04	Autorização: SERES nº 114/13, publicada no D.O.U. de 07/03/2013	3
Redes de Computadores	N	05	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 618/2014, publicada no D.O.U. de 31/10/2014	4
Segurança no Trabalho	N	06	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 432/2014, publicada no D.O.U. de 31/07/2014	4
Sistemas para Internet	N	05	Autorização: MEC nº 1330 de 18/05/2004, publicado no D.O.U de 20/05/2004 Reconhecimento: SETEC nº 124 de 11/01/2007, publicado no D.O.U de 15/01/2007 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 110 de 25/06/2012, publicado no D.O.U de 28/06/2012	4

Tabela 16 - Cursos de Graduação - Licenciaturas

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Letras Português/Inglês	N	06	Autorização: SESu nº 470 de 04/05/2010, publicado no D.O.U de 05/05/2010 Reconhecimento: SERES nº 494/2015, publicada no D.O.U. de 30/06/2015	4
Letras Português/Espanhol	N	06	Autorização: SESu nº 471 de 04/05/2010, publicado no D.O.U de 05/05/2010	4
Música	N	06	Autorização: SESu nº 956 de 15/07/2009, publicado no D.O.U de 16/07/2009 Reconhecimento: SERES nº 432 de 29/07/2014, publicado no D.O.U de 31/07/2014	5

2.9.2 Pós-Graduação *Lato Sensu*

A Instituição empreende significativos esforços para o desenvolvimento da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Os cursos, ministrados por professores de reconhecida atuação profissional, são voltados para o aprofundamento da formação do graduado que pretende se destacar no competitivo mundo do trabalho.

Com o objetivo de ampliar a busca contínua pela qualidade acadêmica nos cursos de Pós-Graduação *LatoSensu*, as seguintes estratégias são implementadas e, também, sugeridas em ações futuras, são elas:

- I- Criar processos de avaliação contínua, aprimorando instrumentos e indicadores de análise da qualidade e demanda;
- II- Incentivar a criação de novos cursos presenciais e a distância;
- III- Avaliar continuamente os cursos de Educação a Distância;
- IV- Aumentar a visibilidade e a inserção nacional e internacional dos cursos *lato sensu*;
- V- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos de graduação e pós-graduação;
- VI- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos *stricto sensu* e *lato sensu*;
- VII- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos *lato sensu* e a sociedade;
- VIII- Ampliar a oferta de bolsas aos estudantes.
- IX- Promover a aproximação do servidor docente recém-doutor, recém-mestre ou recém-concursado com os grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação.
- X- Promover o acompanhamento permanente dos egressos.

A Instituição tem ofertado, nesses anos de atuação, cursos de *Lato Sensu*, totalizando mais de 500 alunos matriculados por ano, conforme aponta quadro a seguir:

Tabela 17 - Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

CURSOS	VIGÊNCIA
Arte e Educação	2007 a 2016
Comunicação e Redes Sociais	2012 a 2016
Educação Matemática	2014 a 2016
Educação Musical	2012 a 2016
Engenharia Ambiental	2013 a 2016
Farmácia Clínica (Prescrição Farmacêutica)	2013 a 2016
Formação de Docente – Educação Superior	2012 a 2016
Gestão da Escola Inclusiva	2012 a 2016
Gestão Pública Municipal	2014 a 2016
Língua Brasileira de Sinais	2015 a 2016
MBA em Engenharia Logística	2011 a 2016
MBA em Gestão de Negócios Empresariais	2004 a 2016
MBA em Gestão de Pessoas	2011 a 2016
MBA em Gestão de Projetos Organizacionais	2013 a 2016
MBA em Gestão e Liderança Comercial	2012 a 2016
MBA em Gestão Financeira e Controladoria	2012 a 2016
Música Popular	2015 a 2016
Neurociência e Transtornos de Aprendizagem	2012 a 2016
Psicopedagogia	2010 a 2016

Também foram ofertados os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Clínica Escola em Psicopedagogia, Praxis Enfermagem, Estética, MBA em *Lean Six Sigma*, Informática Aplicada na Educação e Enfermagem na Saúde da Mulher.

2.9.3 Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Conforme supracitado, com o objetivo de buscar qualidade nos cursos e atenta à sua missão, a Instituição desenvolve programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Mediante sua missão e como resultado do trabalho institucional de pesquisa, no período de 2004 a 2008, a Instituição implantou dois cursos de mestrado reconhecidos pela CAPES.

Mais recentemente, em 2016 foi aprovado pela CAPES-MEC o Doutorado em Administração das Micro e Pequenas Empresas e, agora, abre proposta de Mestrado em Educação.

2.9.3.1 Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ofertados

Tendo em vista sua missão, a Instituição tem o objetivo de buscar continuamente, a qualidade nos cursos de **Pós-Graduação *Stricto Sensu***, motivo pelo qual as seguintes estratégias são implementadas e, também, sugeridas em ações futuras:

- I- qualificar continuamente os cursos oferecidos;
- II- criar processos de avaliação interna adequados aos parâmetros da avaliação externa;
- III- aproximar os diversos programas de pós-graduação, visando à integração acadêmica e realização de atividades interdisciplinares;
- IV- aumentar a visibilidade científico-acadêmica e a inserção nacional e internacional;
- V- intensificar ações que visem à integração entre os cursos de graduação e pós-graduação;
- VI- promover a integração entre os cursos de pós-graduação e as demandas da sociedade;
- VII- desenvolver condições favoráveis à participação de professores visitantes e bolsistas de pós-doutorado, junto aos programas de pós-graduação;
- VIII- ampliar a oferta de bolsas aos estudantes;
- IX- intensificar e promover ações de internacionalização dos cursos;
- X- intensificar a parceria internacional de professores visitantes;
- XI- promover ações de intercâmbio nacional e internacional estudantil e docente;
- XII- desenvolver condições favoráveis à qualificação dos docentes orientadores por meio de estágios de pós-doutorado em território nacional e internacional;
- XIII- promover a integração de docente recém-doutor com os grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação;
- XIV- promover o acompanhamento permanente dos egressos.

São os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* ofertados:

Mestrado em Ciência da Computação- Reconhecido pela Portaria: MEC nº 1331 de 09 de novembro de 2012 - *Conceito 3*.

Mestrado Profissional em Administração das Micro e Pequenas Empresas - Reconhecido pela Portaria: MEC nº 1077 de 31 de agosto de 2012 DOU de 03 de setembro de 2012 - *Conceito 4*.

Para além destes e com a transformação em Centro Universitário, pretende-se oferecer *Stricto Sensu*, também, na área de Educação.

2.9.4 Responsabilidade Social na FACCAMP

Atenta à sua missão e trajetória, a instituição desenvolve ações de responsabilidade social por meio de programas institucionais nas diversas áreas que são apresentadas no programa PIIASHA, a seguir:

2.9.5 Programa PIIASHA

A Instituição conta com o Programa PIIASHA - **PROGRAMA INSTITUCIONAL INTERDISCIPLINAR EM ATENDIMENTO A QUESTÕES SOCIAIS, HUMANAS E AMBIENTAIS – PIIASHA**, institucionalizado pela Resolução /CONSUP/FACCAMP no. 6_02/2016 de 03/02/2016.

Conforme a Declaração de Guatemala (2001),

[...] o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável.

A citação da Declaração de Guatemala resume o escopo deste Programa Institucional, que objetiva dar direcionamentos para o desenvolvimento de ações que abarquem o Ensino, Pesquisa e Extensão, imbricando as metas, objetivos e missão da Instituição, em todas as suas instâncias, com os Requisitos Legais e Normativos referentes às **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da

Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004; **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; **Políticas de Educação Ambiental** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002); Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015, de 12 de junho de 2015, contendo as orientações aos avaliadores institucionais do BASIS, relativamente aos requisitos legais e normativos elencados no instrumento de avaliação institucional externa.); **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012; **Disciplina de Libras** (Dec. Nº 5.626/2005); **Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003; **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania; **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação** e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

2.9.5.1 Justificativa e objetivos do PIASHA

Os Requisitos legais e normativos são parte integrante dos instrumentos de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e dos Cursos de Graduação, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, cuja responsabilidade de regulação e acompanhamento recai sobre a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). O SINAES fundamenta-se na necessidade de: promover a melhoria da qualidade

da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Já, de acordo com a Portaria Normativa 40 (2010), a avaliação da educação superior ocorre por meio da avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes (ENADE). Desse modo, cabe às instituições zelar, promover ações, e, constantemente, acompanhar as alterações implantadas pelos órgãos reguladores para que esses requisitos sejam atendidos.

Dentro das ações acadêmico administrativas que recaem sobre as IES, sob a ótica da responsabilidade social, de acordo com a sua missão, esse programa também atende aos requisitos legais e normativos, previstos no instrumento de avaliação do INEP. Esse programa se estende tanto à comunidade interna quanto à externa da IES.

Mas ainda tem-se a questão de como e quando aprender atitudes éticas, de responsabilidade e convivência social, as chamadas competências procedimentais. Encontra em Dewey (1952, p. 192) que “[...] a experiência é uma ação activo-passiva; não é primeiramente cognitiva. Mas a medida do valor da experiência reside na percepção das relações ou continuidades a que nos conduz”.

Para colocar em prática essas ações de cidadania plena é que a IES institucionaliza o **PROGRAMA INSTITUCIONAL INTERDISCIPLINAR EM ATENDIMENTO A QUESTÕES SOCIAIS, HUMANAS E AMBIENTAIS – PIIASHA**.

Este programa tem como finalidade formalizar, institucionalmente, todas as ações realizadas na Instituição, no trinômio ensino, pesquisa e extensão, por intermédio dos cursos de graduação presencial e a distância, de pós-graduação *lato e stricto sensu*, de extensão em atendimento aos requisitos legais, reiterando a ideologia de responsabilidade social que a Instituição preconiza, bem como a sua Missão.

Assim pensado, o PIIASHA estrutura-se em forma de Projeto Integrado ou Guarda-Chuva, que se articula e/ou se desdobra em outros (sub)projetos que são desenvolvidos em parceria: (1) com profissionais de outras instituições e/ou centros de pesquisa ou; (2) com estudantes em formação nos cursos de graduação, *lato e stricto sensu*; (3) com empresas, entidades; (4) em práticas e estudos dirigidos orientados por professores nas disciplinas; (5) em projetos de extensão e de responsabilidade social atrelados aos cursos; (6) em projetos de pesquisa de Iniciação Científica e de Monitoria; (7) em articulação com os conteúdos teórico-metodológicos dos cursos e com os requisitos legais e normativos.

O projeto, suas especificações, subprojetos, diretrizes, ações encontram-se detalhadas no corpo do Programa PIIASHA.

2.10 Responsabilidade Social

A Instituição, cumprindo seu papel social de acordo com sua missão como uma Instituição de Educação Superior, além de oferecer uma educação de qualidade em diversos cursos de graduação e pós-graduação, oferece também, por meio de vários programas sociais, uma oportunidade ao educando de participar de ações que buscam reduzir os problemas gerados pela exclusão social. Esses programas têm como objetivo desenvolver ações nas áreas tecnológica, da saúde, da educação, do direito, entre outras e atendem as comunidades situadas no seu entorno, buscando, futuramente, ampliar essa oferta para outras cidades e estados. A Instituição conta com o selo de Instituição responsável.

Nesse sentido, vários programas são desenvolvidos, como, por exemplo, o Núcleo de Assistência Jurídica (EAJUR), Apoio Psicopedagógico, o Mutirão de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), a Liga Acadêmica de Educação em Saúde, Aulas especiais de Direito, Cronograma das aulas de Química - aos sábados, Espanhol 2015-1, Folhamatic e Estudos Integradores, Lógica e Gramática – parcerias para ler e escrever melhor, Matemática - pré-aula 2015-1, Matemática Básica - aos sábados, Projeto Coral, Acupuntura, Projeto contra o Tabaco, Café Filosófico, Caminhada Verde, Sala Verde, Projeto Despertar, Ações de Responsabilidade Socioambiental dos Cursos Tecnológicos. dentre outros, atrelados ao PIIASHA.

Além disso, a Instituição estabelece parcerias com foco nos projetos de Responsabilidade Social, a seguir:

- Ecotronics - Reciclo Eletrônico;
- Formaggio – Coleta de Pilhas, baterias, celulares e cartões magnéticos;
- Kayros – Coleta de Medicamentos.

Outra ação reveladora da responsabilidade social da Instituição, concretiza-se na oferta de bolsas de estudo por mérito acadêmico a candidatos de todos os cursos. Além disso, oferece cursos de licenciatura com mensalidades módicas, pensando na formação de professores qualificados e em atender a demanda da rede pública e privada neste setor educacional.

Visando a garantir acesso e permanência de estudantes que não podem arcar com os custos educacionais, a Instituição aderiu ao Programa FIES, do Governo Federal e PROUNI. Nos âmbitos estadual e municipal, esta Instituição participa de programas que buscam inserir o aluno no mundo do trabalho e contribuir, mediante seu conhecimento, para a melhoria das condições sociais e educacionais da população. Neste sentido, destaca-se a participação da IES nos Programas Escola da Família (Secretaria de Estado da Educação).

A Instituição conta com aproximadamente 1.625 bolsas, para os cursos de graduação, sendo distribuídas entre: 487 (quatrocentas e oitenta e sete) bolsas Escola da Família, 753 (setecentas e cinquenta e três) bolsas FIES, 343 (trezentas e quarenta e três) bolsas PROUNI e 42 (quarenta e duas) bolsas em parceria com a Prefeitura de Campo Limpo Paulista.

Conta também com política de concessão de benefícios a funcionários, seus cônjuges e filhos, bem como de professores com processo de progressão na carreira.

Além das bolsas ofertadas de forma parcial, pela própria IES, oferece também os programas de Monitoria e de Iniciação Científica.

A Instituição, como forma de reconhecimento de ter aprimorado a sua atuação e garantindo formação à comunidade em que se insere, pelos seus índices, foi contemplada a oferecer mais de 500 bolsas de formação técnica em parceria com o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) nos cursos técnicos em Estética, Química, Informática, Enfermagem e Farmácia.

Atualmente também oferece cursos técnicos à comunidade, garantindo acesso a todos à educação.

Desta forma, a atuação acadêmica da Instituição demonstra a preocupação constante com o desenvolvimento de seu compromisso social por meio da capacitação qualificada de seus discentes para o pleno exercício da cidadania, considerado como valor e habilidade que deve fazer parte de sua formação pessoal e profissional, contribuindo para a prática profissional, sob os moldes do aperfeiçoamento e da ética.

2.10.1 Inclusão social, tecnológica, política e cultural

A educação é um dos direitos humanos primordiais, uma prática dentro do contexto social, econômico, político e cultural, ou seja, não é uma atividade neutra e, se realizada de modo subserviente por um modelo hegemônico, caracterizado pela primazia absoluta da competitividade e lucratividade, reproduz e reforça a exclusão social.

Contudo, quando resiste e subverte a escala de valores predominante, a prática pedagógica é um fator de mudança, lenta e gradual, mas extremamente eficiente. É, pois, no interior da prática educacional que ocorre o embate entre o modelo da exclusão social e a utopia da inclusão de todos, para que sejam assegurados os direitos humanos fundamentais da pessoa humana, em todos os níveis.

A inclusão torna-se viável somente quando, por meio da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem, além de emprego e renda, o acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde. Isso acontece de modo institucionalizado por intermédio do PIIASHA.

Esta tarefa exige engajamento contínuo do poder público e das instituições particulares que, por meio de políticas proativas, buscam formas para enfrentar as condições estruturais adversas que estão levando as pessoas à exclusão social, vedando aos menos favorecidos o acesso ao mercado de trabalho, à moradia decente e aos serviços coletivos como educação, saúde e lazer, enfim, privando-os dos direitos humanos essenciais e básicos. Nesse sentido, criar condições para que haja uma inclusão digital tecnológica nas diversas áreas de atuação da IES, é uma das metas da Instituição, por meio de seus programas de extensão e dos cursos ofertados.

A atuação em projetos sociais leva os discentes, cidadãos conscientes, além de trabalhar sua autoestima, a ajudarem na evolução social do país, e se preparem para a atuação profissional, enriquecendo seu currículo com a participação em projetos sociais. A sociedade beneficia-se com tais projetos, pois a IES faculta a formação de cidadãos socialmente responsáveis. Assim, a Instituição acredita que seu papel de formadora transpõe o da excelência em técnicas (já reconhecidas como essenciais para o crescimento do país) e inicia projetos baseados na premissa de que a sociedade é um organismo vivo, do qual todos nós fazemos parte, e, portanto, vivemos as consequências de tudo o que ocorre de positivo e negativo.

Como ações sociais e culturais a IES conta com atividades atreladas ao curso de Música, que desenvolve eventos internos e externos, concertos, abertura de semana de cursos e eventos acadêmicos; além de contar com o Núcleo XIII de Artes Dramáticas, composto por alunos de diferentes cursos oferecidos pela Instituição, cujo objetivo é proporcionar espetáculos culturais à comunidade externa e interna.

Em termos concretos, a Instituição tem como política o que segue:

- Colocar à disposição dos projetos de inclusão social selecionados, suas instalações e equipamentos para que seja possível desenvolver trabalhos de qualidade na comunidade, desenvolvendo educacionalmente e culturalmente a população da área de abrangência.
- Fortalecer a construção de uma sociedade que reconheça o direito dos excluídos a terem direitos, tratando-os com especial atenção, fazendo valer os princípios universais de direitos humanos, em toda sua plenitude, quer sejam no âmbito civil, político ou social.
- Qualificar internamente agentes, a fim de transmitir e fortalecer neles uma cultura democrática, participativa e solidária e capacitar lideranças para implementar políticas inovadoras quanto à melhoria das condições de vida de toda a população e à democratização dos processos de trabalho e de gestão.
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.
- Desenvolver as capacidades da comunidade acadêmica, no sentido de melhorar: 1) a eficácia da sua intervenção face à exclusão social e à pobreza, e 2) promoção de abordagens inovadoras, além de utilizar o esporte como uma ferramenta poderosa de inclusão e transformação social.

Todas as ações de responsabilidade social previstas no PDI respeitam a missão da Instituição, prevendo espaço de estímulo, a preservação da memória cultural, patrimônio cultural e produção artística, estimuladas pelas inúmeras atividades desenvolvidas na IES.

2.10.2 Preservação Socioambiental e dos Direitos Humanos

A IES reconhece a importância de sua contribuição para a melhoria das condições sociais da população, razão pela qual almeja desenvolver o ensino e a extensão voltados para a diversidade e consciência humana, buscando o desenvolvimento da democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às demandas de diversos segmentos da sociedade, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à preservação socioambiental e aos direitos humanos.

As questões de Educação em Direitos Humanos estão pautadas no que dispõe a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Essa resolução foi fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, depois de considerado o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e

Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014); o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as Diretrizes Nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem a assegurar o direito à educação a todos(as).

Conforme apontado acima, essas ações estão previstas e implantadas em todas as áreas da Instituição por meio do PIIASHA. Deste modo, Educação em Direitos Humanos tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios da dignidade humana: igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Dentre os projetos institucionais da Instituição consideramos a Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articulando-se às seguintes dimensões:

- apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

No planejamento e desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos temos como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos, como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. Este objetivo deverá orientar as ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.

Cabe salientar que, na construção do PDI da Instituição para o período de 2016 a 2020, foram elaborados objetivos, além de suas respectivas metas, considerando os princípios da sustentabilidade, do acesso ao conhecimento, à cultura à comunidade, aos direitos humanos, responsabilidade social e ambiental.

No que diz respeito aos projetos pedagógicos, salienta-se que a temática referente aos Direitos Humanos, é abordada de forma transversal desde a concepção filosófica dos cursos de graduação ofertados, por meio do PIIASHA.

Tanto os projetos, quanto os subprojetos articulam ações metodológicas em consonância com a metodologia institucional Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática, com a missão, metas e objetivos da Instituição.

2.10.3 Educação Ambiental nos Programas Educacionais

As ações referentes à Educação ambiental estão pautadas na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N° 9.795/1999 e Decreto N° 4.281/2002) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP N° 2/2012).

A Instituição, a partir do PIIASHA, institucionaliza ações e projetos sociais e culturais visando a construir uma imagem pública positiva de organização, ao atuar em parceria com organizações não governamentais, instituições da sociedade civil e com o Estado. Assim, estabelece como compromissos inovar e contribuir para o desenvolvimento sustentável, de maneira a buscar a superação das desigualdades existentes e formação unilateral do cidadão.

É assim, portanto, que a Instituição procura constantemente implementar projetos sociais, diante dos desafios que a região em que a Instituição se insere apresenta, uma vez que é um grande desafio assumir na prática uma gestão que pense globalmente e aja localmente. Portanto, esse processo se materializará por meio de programas de extensão que visem a abranger as linhas de atuação: educação, assistência social, cultura, saúde, geração de trabalho e renda, esporte e lazer, bem como atuará no apoio à comunidade e às organizações sociais na região em que atua.

Na Instituição, são princípios básicos da educação ambiental na formação de seus acadêmicos e são desenvolvidas como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei N° 9.795 de 1999:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Com isso, a Instituição pretende se estruturar como um espaço de estímulo à preservação ambiental a partir de uma proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-se referência de sustentabilidade socioambiental, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a Constituição Federal e a Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

O Projeto de Educação Ambiental da FACCAMP tem como objetivos:

- sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;
- estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
- orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;
- orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Nos Projetos Pedagógicos da Instituição, a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando a potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

A Educação Ambiental nas políticas educacionais da Instituição é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente às suas dimensões política e pedagógica. Para tanto, adotamos uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sócio-cultural, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, a crítica, ingênua e naturalista, ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. Essas ações são desenvolvidas nas disciplinas dos cursos, integradas ao PIIASHA e aos EDPs, em eventos, semanas acadêmicas, palestras e projetos de extensão dos diversos cursos.

Construímos os projetos das futuras licenciaturas da Instituição, entendendo que a dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

As Políticas de Educação Ambiental da Instituição comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos têm como princípios:

- totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária;
- os objetivos da Educação Ambiental nas Políticas de Ensino da Graduação na Instituição são concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade de ensino:

- desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;
- garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- estimular a mobilização social e política, bem como o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental; permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- estimular a cooperação entre as diversas regiões do país, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;
- fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;
- fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;
- promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;
- promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do país que utilizam e preservam a biodiversidade.

A Educação Ambiental na Instituição, com base nos referenciais apresentados, contemplou em seus Projetos Institucionais e Pedagógicos os seguintes compromissos:

- abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

- aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;
- estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

A Instituição, no decorrer de sua existência, implanta ações e projetos sociais e culturais, visando a construir uma imagem pública positiva de organização, ao atuar em parceria com organizações não governamentais, instituições da sociedade civil e com o Estado. Esta tem por compromissos inovar e contribuir para o desenvolvimento sustentável, de maneira a buscar a superação das desigualdades existentes e formação do cidadão.

É assim, portanto, que a Instituição procura, constantemente, implementar projetos sociais, diante dos desafios que a região em que a Instituição se insere apresenta, uma vez que é um grande desafio assumir na prática uma gestão que, conforme supracitamos, pense globalmente e aja localmente.

Esse processo materializa-se por meio de programas de extensão que visam a abranger às seguintes linhas de atuação: educação, assistência social, cultura, saúde, geração de trabalho e renda, esporte e lazer. Dará apoio à comunidade e às organizações sociais na região em que atua.

2.10.4 Política Institucional para o cumprimento das Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A política institucional foi definida a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As instituições de educação superior devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos, tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de

ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

Essas ações são desenvolvidas nas disciplinas dos cursos, integradas ao PIIASHA e aos EDPs, em eventos, semanas acadêmicas, projetos de extensão dos diversos cursos e em palestras.

Visando à promoção da igualdade étnico-racial no acesso aos bens culturais e à educação superior, a IES deseja desenvolver ações que contribuam para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir de ações específicas voltadas ao fortalecimento de escolas indígenas, quilombolas e da rede pública de ensino.

A IES tem como premissa adotar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Para tanto, em seu Regimento Interno estão previstas ações orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

Não obstante, observa-se que nas matrizes curriculares dos cursos de graduação existem disciplinas que abordam questões relacionadas a cultura afro-brasileira, africana e indígena, de forma transversal, em toda formação do discente. Ressalta-se que nas disciplinas estão relacionadas bibliografias que abordam essa temática, tanto em relação à questão histórica, quanto aos aspectos étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras categorias de discriminação.

Na semana pedagógica realizada no início do semestre letivo, estão implementadas discussões acerca do tema, bem como têm sido abordadas as formas de encaminhamento e de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando criar situações educativas em que as vítimas recebam apoio requerido para superar o sofrimento e o agressor também possa receber orientação para que compreenda a dimensão do que pratica e para que ambos possam ter acesso à educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos. Também estão implementadas a realização de oficinas, a produção de material de uso pedagógico e a constituição de bancos de dados (em hipermídia) voltados para a preservação da memória de acervos antropológicos e das trajetórias de estudantes negros e indígenas na instituição.

Ressalta-se ainda que a IES incentiva ações voltadas à pesquisa e extensão comunitária sobre processos educativos, orientados por valores, visões de mundo,

conhecimentos afro-brasileiros e indígena, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira, previstas em sua Política de Iniciação Científica e Política de Extensão.

Ademais, a CPA entende que a verificação dos conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, da comunidade acadêmica interna e externa, torna-se um instrumento fundamental para formação crítica e respeito aos direitos humanos. Ressalta-se que no Regimento Institucional estão previstas ações de combate ao racismo e às discriminações e de reconhecimento, valorização e respeito às histórias e culturas afro-brasileira e africana, assim como procedimentos para sua consecução.

2.10.5 Ensino de Libras – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005

Nos últimos anos, a sociedade vem mudando a sua forma de atender pessoas com necessidades especiais. O Decreto nº 5.626/2005 constitui-se no documento mais significativo até o momento, no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.436/02 foi regulamentada.

No entanto, entre as muitas contribuições do decreto, principalmente em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos cursos de bacharelado.

A Disciplina de Libras é de fundamental importância para a inclusão social, pois possibilita o acesso à educação para todos, independente do acadêmico ser com algum tipo de deficiência ou não.

Além da oferta da disciplina, muitos projetos são desenvolvidos na Instituição por meio de ações e projetos atrelados ao PIIASHA.

2.10.6 Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

De acordo com a Lei 12.764/12 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, “podemos conceituar o transtorno do espectro autista como uma síndrome clínica caracterizada por uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não-verbal usada para interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados

por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns”. Segundo esta lei, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Na Instituição, a temática está regulamentada e inserida em projetos, ações descritas no PIIASHA.

As pessoas com TEA (transtorno do espectro autista) têm seus direitos, previstos na Constituição Federal em vigor, bem como alguns direitos contidos em leis específicas.

Ademais, podemos citar algumas leis específicas para pessoas com algum tipo de deficiência, como por exemplo:

- Lei 7.853/89 (dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, garantindo o tratamento adequado em estabelecimentos de saúde públicos e privados específicos para a sua patologia).
- Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).
- Lei 8.899/94 (concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual).
- Lei 10.048/00 (dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência).
- Lei 10.098/00 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida).
- Lei 12.764/12 (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).

Não obstante, cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 3º da Lei 12.764/12, são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I. a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II. a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III. o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- o atendimento multiprofissional à nutrição adequada e à terapia nutricional;
- os medicamentos;
- informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV. o acesso:

- à educação e ao ensino profissionalizante;
- à moradia, inclusive à residência protegida;
- ao mercado de trabalho;

- à previdência social e à assistência social.

Além dessas leis citadas acima, o Brasil ratificou algumas normas internacionais, como por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Essa lei segue os pressupostos delineados no recente Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), que reforça o direito social inalienável dos cidadãos a uma educação de qualidade, na perspectiva emancipadora, nas diferentes dimensões e espaços da vida. Trata-se da democratização da educação por meio da garantia do acesso, permanência e sucesso na sua dimensão pedagógica e institucional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES.

Além desses, dois outros dispositivos não relacionados diretamente à inclusão educacional destacam-se àqueles vinculados aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior, que não podem ser esquecidos: a Lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES; o Decreto 5773/06; e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva, é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Tendo em vista essa problemática, a Instituição conta com Profissional Psicopedagoga com capacitação para essa finalidade.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo 3, estão inseridos o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), as Políticas Acadêmicas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, a Comunicação com a Sociedade e as Políticas de Atendimento aos Discentes. Nesse capítulo, são colocadas todas as políticas acadêmicas que norteiam o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo, construído por todos os atores institucionais, tendo em vista sua transformação em Centro Universitário.

3.1 Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Segundo o Art. 16 do Decreto Federal nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior.

Desta forma, o PPI é um documento de orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estatutárias e do plano de desenvolvimento institucional da IES, estabelecendo as políticas para sua prática educacional.

Para a FACCAMP, as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de solidariedade, ética e cidadania.

Entendendo a função social do PPI, este documento se consolida como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico às ações acadêmico administrativas, que norteia o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos.

Mediante o exposto, o projeto pedagógico institucional da IES abrange desde a inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, organização didático-pedagógica, políticas de ensino, iniciação científica e extensão, até a comunicação com a sociedade e as políticas de atendimento aos discentes.

3.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em curso na contemporaneidade atingem todos os setores da sociedade, com forte impacto no mundo do trabalho. Isto resulta em um processo de reestruturação produtiva que se materializa por intermédio da introdução de modernos recursos tecnológicos, da racionalização organizacional e de novos modelos de gestão.

Essas transformações determinam, também, novas exigências para a inserção no mercado de trabalho. As possibilidades de emprego são determinadas por princípios cada vez mais distantes dos que vigoraram até alguns anos atrás, e que se baseavam apenas em conhecimento técnico e habilidades específicas para o desempenho de determinadas atividades relacionadas com as atribuições da profissão ou do cargo; lida-se, hoje, com transformações aceleradas no campo tecnológico e científico e com um mercado dinâmico e competitivo, no qual profissões e postos de trabalho são criados e extintos em curto espaço de tempo. Por isso, o perfil do trabalhador que as empresas buscam é o do profissional com as competências necessárias para assumir responsabilidades frente a situações complexas, capaz de antecipar problemas e propor soluções, além de desenvolver um processo sistemático de refletividade no trabalho.

Esse processo de mudança na sociedade tem introduzido nas instituições de educação superior a necessidade de repensar a formação dos futuros profissionais. Não é mais possível a permanência da tradicional distância entre os saberes escolares e as atividades sociais, ou seja, a existência de um lugar e um tempo específicos para ensinar e aprender, desconectados do campo de atuação para o qual o estudante está sendo formado.

A articulação estreita dos processos formativos com os contextos sociais de trabalho, eliminando-se o vazio social em que se situa a formação escolar, é a tendência que vem se afirmando, colocando para as Instituições de Educação Superior (IES) a necessidade de desenvolver uma gestão eficiente da ação de formação e o contexto que explica e justifica essa articulação.

Dessa forma, uma IES deve proporcionar, através de seu currículo e formação pedagógica, a vivência de experiências que estejam em consonância com as características do profissional que pretende formar, preparando-o, também, para que ele tenha formação profissional, caracterizada pela empregabilidade nas organizações; bem

como formação humana que possibilite atuação profissional de forma consciente, ética e cidadã contributiva com o desenvolvimento social e regional integrado.

Partindo dessa premissa, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) assume a responsabilidade de ser o norteador das políticas institucionais que asseguram a formação profissional e humana do estudante.

Compreende-se o PPI como sendo um exercício de reflexão sobre a educação superior em nível *lato* e *stricto*; é um elemento central em permanente construção, resultado do processo contínuo de discussão da comunidade acadêmica, debate entre elementos objetivos e subjetivos que possam atender às demandas sociais, assim como a *“produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o estudante e o professor e a prática pedagógica”* (VEIGA, 2004).

Entendido dessa forma, o PPI não estabelece regras fixas para os projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição. Mas, busca conduzir seus líderes educacionais acerca: dos princípios epistemológicos de construção do conhecimento; da concepção de formação acadêmica do estudante; do estímulo ao desenvolvimento de competências profissionais e humanas; e da necessidade de articulação do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

A abordagem pedagógica da IES reconhece a necessidade de promoção contínua e progressiva da autonomia do estudante, e elege, portanto, a abordagem humanística, o sócio cognitivismo e o trabalho colaborativo para a construção do conhecimento como pressupostos educativos que subsidiam e definem o processo de ensino/aprendizagem. Princípios que definem sua Metodologia Institucional: *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática.*

Segundo Anastasiou e Alves (2007, p. 20) entende-se que o processo de ensino demanda envolvimento dos sujeitos de aprendizagem em sua totalidade, uma vez que o ensino trata-se de uma situação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição, e nada se pode afirmar acerca da apreensão do conteúdo pelo estudante.

Coaduna-se com Zabala (2008), que o tipo de conteúdo a ser trabalhado pode ser categorizado em quatro dimensões:

- conteúdos factuais, que envolvem o conhecimento de fatos, situações, fenômenos concretos entre outros, cuja aprendizagem é verificada pela reprodução literal;
- conteúdos procedimentais, os quais demandam organização de ações incluindo técnicas, destreza, habilidades que se tornam conscientes pelo exercício da reflexão sobre a própria atividade;
- conteúdos atitudinais, que podem ser agrupados em valores (princípios e L D s éticas), atitudes (forma como o sujeito conduz empiricamente seus valores) e normas (regras e padrões que devem ser seguidos), os quais são verificados pela interiorização e exercício dos mesmos;
- conteúdos conceituais são os princípios caracterizados pela aprendizagem de um conjunto de fatos, símbolos abstratos que demanda do sujeito aprendente muito mais do que reprodução, porquanto não se encerra em si mesmo e demanda o aprofundamento e para que o conhecimento torne-se significativo.

Autores como Abreu e Masetto (1990), Pimenta (2002), Anastasiou e Alves (2007) e Zabalza (2004), dentre outros estudiosos e pesquisadores do educação superior, alertam para a necessidade da passagem de uma docência baseada no ensino para a docência baseada na aprendizagem, em que os docentes devem ter uma "dupla competência: a competência científica, como conhecedores fidedignos do âmbito científico ensinado, e a competência pedagógica, como pessoas comprometidas com a formação e com aprendizagem dos estudantes" (ZABALZA, 91L91D, p. 169).

A partir do exposto, a FACCAMP, contando com a experiência teórico-técnico-pedagógica de seus atores educacionais, optou como princípio epistemológico de suas diretrizes pedagógicas institucionais, pela conciliação de princípios filosóficos, teóricos e metodológicos contemporâneos pautados, principalmente, na *Teoria da Aprendizagem Significativa*, que tem seu foco na problematização do processo de ensino-aprendizagem e que considera a experiência de vida de cada estudante como ponto de partida para a aprendizagem (AUSUBEL, 2000; MOREIRA, 2006; PELIZZARI 91 L. 91 L., 2002), institucionalizada pelo princípio metodológico: *interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*.

Assim, a aprendizagem é pautada nos princípios do cognitivismo de Ausubel (1980, p. 5), que privilegia a aprendizagem significativa, representada graficamente abaixo, assimilada pela recepção e/ou descoberta de soluções dos problemas, facultado pela interdisciplinaridade e pela imbricação de teoria e prática.

Pretende-se, portanto, que o egresso da IES não tenha apenas as respostas ou resultados das situações apresentadas em sala de aula, mas, sobretudo, que saiba lidar com cenários diversos e tenha criatividade para construir procedimentos e participar dos processos decisórios de modo analítico e crítico.

3.3 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas para os Cursos de Graduação

Os projetos pedagógicos dos cursos da Instituição devem ser desenvolvidos de forma coletiva e deverão conter definições claras acerca dos objetivos do curso, do perfil dos egressos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos princípios metodológicos que embasam a proposta e sua implementação, diretrizes para avaliação, conteúdos e componentes curriculares que compõem a sua estrutura curricular, sempre com base na Legislação e nas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) dos cursos.

A elaboração dos PPCs são orientados pelo Núcleo de Pesquisador Institucional (PI), que, juntamente com as Coordenações, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Setor de Pesquisa Institucional (PI), em um planejamento, estudo, análise e escrita compartilhados elaboram os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs.

O Núcleo de PI disponibiliza os PPCs de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, a fim de que cada coordenador com seu NDE e Colegiado possam elaborar as partes pertinentes do PPC: matriz, perfil, objetivos, etc.

A elaboração dos projetos considera as leis e diretrizes vigentes, bem como o momento socioeconômico e social, envolvendo a comunidade acadêmica de forma participativa, uma vez que esta participa de seu desenvolvimento de forma coletiva e democraticamente consolidada, refletindo, ainda que imperfeitamente, o norte das aspirações da Instituição, mas não representando camisa de força, que limita o desenvolvimento do “projeto vivo” do curso. Nesse sentido, pontua Resende (2001, p. 92):

Um Projeto Político-Pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma IES de melhor qualidade, mas, certamente, permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente às dificuldades identificadas.

Dessa maneira, os projetos visam ao esclarecimento dos caminhos que a Instituição e seus integrantes estão percorrendo para alcançar a formação de egressos dos cursos ofertados na IES.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos – (PPCs) - seguem a concepção de currículo adotada pela IES, pautada pelo Projeto Pedagógico Institucional da IES. Desse modo, o currículo é entendido como elemento formador de identidades individuais e sociais, o que pressupõe a adoção de referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos, éticos, humanos em consonância com o perfil humano e profissional do egresso, o que é corroborado por Moreira e Silva (1995), quando afirmam que:

[...] o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Assim, a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos seguem as indicações e postulações constantes no PDI e no PPI da IES, buscando estudar e atender às necessidades dos cursos ofertados para a região de em que se insere.

O processo para a estruturação e/ou reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso inicia-se com base na legislação educacional, legislação sobre o curso, na pesquisa junto a órgão de classe e sobre as tendências para o mercado de trabalho, além de dados da Avaliação Institucional. A comissão, então, elabora seu Projeto após discuti-lo junto à comunidade acadêmica.

Para atender às necessidades de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, as propostas apresentadas são discutidas pelas Coordenações de Cursos, com os professores destes, bem como com seus Núcleos Docentes Estruturantes e analisadas, conjuntamente, com a AAPC e PI, e também pela CPA. Encaminhada a seguir para a Diretoria, sendo aprovada pelos órgãos colegiados da Faculdade.

As informações estão organizadas em três dimensões básicas, que agregam os dados do curso em três níveis: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. Na primeira, ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, apresentam-se a Concepção do Curso, o Perfil Profissional do Egresso, os Objetivos do Curso, os Objetivos de Aprendizagem, a Matriz Curricular e sua justificativa, as Ementas e Bibliografias Básica e Complementar, as Estratégias Metodológicas, a Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem, o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Curso e as Atividades Complementares. Na segunda, CORPO DOCENTE, apresentam-se o Perfil Docente e o Quadro do Núcleo Docente Estruturante do curso. Na terceira e última parte, a INFRAESTRUTURA, apresentam-se o Espaço Físico, a Biblioteca, os Laboratórios e as Salas Especiais.

O documento contém, ainda, AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO e as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, que visam a complementar os conteúdos apresentados. Com isso, apresentam-se os Projetos Pedagógicos de Curso da IES.

3.4 Diretrizes para o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Os PPC's contemplam, em sua organização, as ementas das disciplinas, a partir das quais são definidos os objetivos e conteúdos, que são registrados nos planos de ensino. Os conteúdos e os procedimentos metodológicos para seu desenvolvimento são instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos do curso e do perfil do profissional desejado. Os planos de ensino são acessíveis via *web*, os diários estão inseridos no sistema acadêmico na página do professor, também via *web*, para registro das atividades acadêmicas das disciplinas, permitem o acompanhamento pelos gestores e, em especial, pelas coordenações de cursos, às quais cabem a análise e validação deste documento. Os planos de ensino estão informatizados, acessíveis via *web*, o que possibilita, ainda, sua visualização pelos alunos para conhecimento, acompanhamento e discussão com os professores responsáveis pelas disciplinas.

Ainda, disponíveis na página do professor e do aluno, além do plano de ensino, as abas de turmas, plano de aula, atividades, fóruns, enquetes, histórico, notas e faltas, em que o aluno e professor podem ter acesso a toda a documentação referente ao curso, à disciplina e à vida acadêmica do aluno.

Nesse processo de informatização, insere-se, também, a possibilidade de trabalhar com as Tecnologias de Informação em Comunicação (TICs) na formação compartilhada dos alunos, em que as atividades são postadas em ambiente virtual, podendo ser entregues pessoalmente ou depositadas no sistema *online* para correção e devolutiva do professor.

Outra ferramenta muito importante para uma formação continuada e compartilhada de saberes e conhecimentos é o fórum, em que temas das disciplinas ou correlatos de ampliação dos conceitos podem ser instigados pelo professor e discutidos entre todos. Nessa ferramenta, também, há a possibilidade de os alunos discutirem suas dúvidas, compartilharem seus saberes, trocarem experiências e sanarem dúvidas com os colegas, contribuindo para a formação coletiva e contínua de todos.

Em consonância com o pressuposto de que a Educação Superior deve estar, cada vez mais, sintonizada com a realidade dinâmica que a envolve, inclusive como condição para que potencialize seu papel de agente transformador dessa realidade, é indispensável que os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas que integram a matriz curricular do curso sejam, permanentemente, objeto de discussão e atualização.

De acordo com práticas de formação, às atividades complementares e ao estágio curricular, a prática do desenvolvimento da autonomia intelectual, da construção do conhecimento, da formação “não do profissional preparado, mas do profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável” (Parecer CES/CNE nº 146/2002) é desenvolvida em todos os cursos de graduação, em estreita consonância com os PPCs. Assim, todos os cursos foram reestruturados, como resultado de amplas discussões com a comunidade acadêmica, e de acordo com as orientações de suas diretrizes curriculares.

Cabe destacar que a busca de formação de qualidade que se pretende estabelecer exige, além do ensino, atenção especial à pesquisa e à extensão, dado o significado das mesmas na formação reflexiva de profissionais - sujeitos, que sejam capazes de analisar e intervir em seu contexto de forma responsável e de estar atentos às necessidades de se construir uma sociedade mais justa e democrática.

3.5 Diretrizes Metodológicas e acompanhamento dos cursos

Os princípios metodológicos que regem as atividades são fundamentados na interdisciplinaridade. Por meio da Metodologia “*Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*” busca-se no processo de ensino e aprendizagem, um diálogo entre a teoria e a prática, focalizando a ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos, em seu desenvolvimento de habilidades e

em sua formação de valores e atitudes, processos nos quais os conteúdos necessitam ser trabalhados de modo a constituírem os fundamentos para que os estudantes desenvolvam as competências necessárias ao exercício profissional e à sua participação crítica na sociedade atual, possibilitando também, que ocorra a aprendizagem significativa e relevante. Dessa forma, a aprendizagem estará voltada para o desenvolvimento integral do aluno, que será compreendida em sua totalidade.

Se o processo de aprendizagem tem de possibilitar participação ativa e crítica do aluno, a sala de aula será um espaço de rica interação (professor/ aluno; aluno/aluno; aluno/conhecimento) e de criação e transformação de significados. Disso decorre a necessidade de a prática docente estar direcionada para a orientação de atividades que promovam construção compartilhada de conhecimento. A relação que se estabelece entre professores e alunos, é pois, de parceria e corresponsabilidade, na qual ambos trabalham pelo mesmo objetivo: a aprendizagem.

O ponto de partida para a aprendizagem deve ser o conjunto de significados (formas de interpretação) que emerge da classe: aqueles que os alunos trazem de sua experiência cotidiana e paralela à escola, bem como os que são oriundos de sua vivência escolar, o que, tradicionalmente, é denominado de conhecimento prévio. Esse conjunto de significados adequadamente problematizado serve de ancoradouro para a construção de novos saberes, tornando-os significativos. Em outras palavras, a experiência/vivência no mundo social e cultural é a base para a criação e transformação de significados sobre a vida natural, individual e social, o que significa que a comunicação na aula deve começar pelo respeito aos esquemas de pensamento, sentimento e ação de cada aluno/cada grupo e pela sua mobilização. Proceder dessa forma, concorre para a aprendizagem significativa, o que viabiliza um desempenho satisfatório diante das demandas específicas do ambiente acadêmico.

Nessa perspectiva, a IES oferece aos alunos, sempre que possível, a possibilidade de aplicar em clínicas, núcleos de prática e laboratórios, o que aprendem em sala de aula, sempre supervisionados por docentes vinculados às áreas profissionais escolhidas.

3.6 Políticas de Ensino

A política de ensino da FACCAMP para a graduação e pós-graduação fundamenta-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, tendo como objetivo uma formação de qualidade acadêmica e profissional que permita ao egresso destacar-se no

competitivo mundo do trabalho, bem como para a conscientização da importância da formação continuada.

Essa prática é pautada na formação ética e cidadã do aluno, possibilitando a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

Esta política tem como princípios básicos:

- formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar;
- formação política, social e econômica de forma a permitir a análise e posicionamento do corpo social da IES frente às diversas condições da conjuntura;
- valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sócio – econômico - cultural da região onde a IES está inserida;
- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

Da Graduação da IESO ensino da graduação assente na integração entre teoria e prática profissional, nas condições mais favoráveis dos currículos, considerando as necessidades da região de abrangência às Diretrizes Curriculares Nacionais, na titulação e qualificação dos docentes, segundo os padrões e critérios de qualidade, na adequação de sua infraestrutura, compreendendo biblioteca, laboratórios e recursos de informática, igualmente definidos pelos padrões e critérios de qualidade, nos demais campos de estudos e iniciação científica, como uma política constante de aprendizagem e pela inclusão da tecnologia no processo de formação educacional, sendo necessária a adoção das seguintes políticas educacionais:

- aperfeiçoamento à cooperação e intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições de educação superior nacionais e internacionais;
- aprimoramento constante do sistema de comunicação interna e externa;
- atualização continuamente do projeto de marketing institucional;

- sempre que for necessário, rever, a estrutura organizacional, normas e rotinas da IES;
- racionalização do uso dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- unificação dos procedimentos administrativos e ampliar o uso de recursos tecnológicos que visem a acelerar o processo gerencial na IES. Contudo, é considerada, na definição dessas políticas, a busca de qualidade na capacitação técnica, visando a atender a demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, principalmente, devido à inclusão dos avanços tecnológicos na educação superior.

Desta maneira, a FACCAMP está organizada para disponibilizar a formação do discente junto aos mais distintos cenários de práticas, justificando seu papel de interlocução de ensino/ serviço e ensino/sociedade. Tal operacionalização será realizada pelo **Núcleo de Práticas Supervisionadas e Estágios** que é responsável em cuidar dos trâmites administrativos e das propostas pedagógicas do processo dos estágios curriculares obrigatórios e atividades práticas supervisionadas. Tem intuito de elaborar e orientar os procedimentos necessários à realização de estágios, atendendo às exigências da Lei nº 11.788, de setembro de 2008, dar suporte aos docentes das disciplinas de estágios e aos estudantes, ao longo do semestre, inovar os processos dos estágios, a fim de facilitar o trabalho dos docentes, informar aos estudantes sobre a documentação obrigatória na realização de estágios, bem como alertar estudantes e docentes sobre suas responsabilidades antes, durante e ao final de cada estágio.

Ainda em relação ao discente, a IES incentiva-o a buscar aprimoramento do seu conhecimento em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) de seus Cursos e estudos integradores na Graduação, instaurando como componente curricular o desenvolvimento de Atividades Complementares (ACs).

As atividades complementares podem ser caracterizadas pelo conjunto de atividades realizadas pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e ou a distância, que proporcionam um enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário à constituição das competências e habilidades requeridas para sua formação. Se observarmos as matrizes curriculares dos cursos ofertados pela IES, constataremos que temos as seguintes temáticas sendo trabalhadas de forma transdisciplinar e transversal: Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação em Direitos Humanos e Educação Inclusiva.

Outro importante elemento constitutivo da política de ensino da IES no contexto da avaliação institucional é a avaliação integral do discente. A avaliação da aprendizagem deve ser contínua e abranger meios diversificados e adequados às peculiaridades dos discentes e das demais dimensões acadêmicas, de forma a subsidiar a instituição quanto à adoção de percursos formativos mais adequados, bem como a escolha de estratégias distintas e personalizadas para a condução do estudante ao desenvolvimento de graus mais complexos de competências cognitivas e atitudinais. Para tanto, a avaliação da aprendizagem deve ocorrer em diversos momentos durante o processo de ensino-aprendizagem e utilizando-se de instrumentos e técnicas avaliativas diversificadas, de modo que, tanto o professor como o aluno, tenham a possibilidade de saber a efetividade do processo de aprendizagem.

Sendo assim, caracterizam-se como Políticas de Ensino na FACCAMP:

- comprometimento com a qualidade acadêmica;
- disponibilização de infraestrutura moderna;
- ensino por professores qualificados, titulados e atualizados;
- formação e preparação para o mundo do trabalho;
- formação em pesquisa e atividades de intervenção social;
- formação para educação continuada;
- responsabilidade social;
- seriedade e transparência em acordo com os regulamentos internos;
- eficiência no atendimento ao discente;
- comprometimento e sintonia com a legislação da Educação Superior.

Em relação ao processo de expansão quanto a oferta de novos para a vigência do PDI apresentamos os seguintes cursos:

Tabela 18 - Oferta de Cursos de Graduação Bacharelados da FACCAMP

CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADOS	2016	2017	2018	2019	2020
Administração	X				
Arquitetura				X	
Biomedicina		X			
Ciências Biológicas		X			
Ciências Contábeis	X				
Ciências da Computação	X				
Ciências Econômicas	X				
Direito	X				
Enfermagem	X				
Engenharia Civil	X				
Engenharia da Produção	X				
Engenharia de Controle e Automação		X			
Engenharia de Materiais	X				
Engenharia Eletrônica	X				
Engenharia Mecânica	X				
Farmácia	X				
Fisioterapia		X			
Jornalismo	X				
Letras Português (Espanhol)	X				
Letras Português (Inglês)	X				
Música	X				
Nutrição				X	
Pedagogia	X				
Psicologia	X				
Publicidade e Propaganda	X				
Química	X				
Rádio, Tv e Internet	X				
Sistemas de Informação	X				

Tabela 19 - Oferta de Cursos de Graduação Licenciaturas da FACCAMP

CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURAS	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Artística			X		
Letras Português (Espanhol)	X				
Letras Português (Inglês)	X				
Música	X				

Tabela 20 - Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia da FACCAMP

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	2016	2017	2018	2019	2020
Comércio Exterior	X				
Design Gráfico			X		
Gastronomia				X	
Gestão Ambiental	X				
Gestão Comercial	X				
Gestão da Qualidade	X				
Gestão de Recursos Humanos	X				
Gestão Financeira	X				
Jogos Digitais			X		
Logística	X				
Manutenção de Aeronaves	X				
Marketing	X				
Processos Gerenciais	X				
Redes de Computadores	X				
Segurança no Trabalho	X				
Sistemas para Internet	X				

3.6.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras para busca da Excelência

A adoção da metodologia institucional *“Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática”* incentiva o docente a buscar novas experiências pedagógicas para implementação da aprendizagem significativa. Este desafio, apoiado por uma infraestrutura moderna e constantemente atualizada, permite a execução de projetos inovadores, conduzidos não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse e virtual, desenvolvidas na página do aluno, no ambiente acadêmico, por meio de fóruns e atividades *on-line*.

Considerando-se a metodologia institucional e os princípios metodológicos que a norteiam, a FACCAMP proporciona infraestrutura, acervo atualizado, equipamentos

tecnológicos, entre outros, para que o docente possa inserir, em seu fazer, novas experiências pedagógicas, conduzidas não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse. O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras encontra -se:

- nas propostas de realização dos Estágios Curriculares, com a construção de projetos que mobilizem conhecimentos e competências adquiridos e que possibilitem a inserção do aluno na realidade do mundo do trabalho e da comunidade;
- na proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver), que, igualmente, implica a mobilização de conhecimentos e competências, na discussão de questões problematizadoras/significativas, na resolução de situações-problema, na revisão bibliográfica, entre outros;
- nas propostas das práticas laboratoriais, apoiadas em conhecimentos teóricos adquiridos.
- no uso de novas tecnologias educacionais (recursos midiáticos, digitais, virtuais e audiovisuais), como meio facilitador da aprendizagem.
- na utilização de estudos de caso, visitas técnicas, participação em programas de extensão e de iniciação científica, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

As concepções e regulamentos das práticas pedagógicas estão registrados no projeto pedagógico de cada curso. Compete à Coordenação, ao NDE e ao Colegiado de Curso identificarem e propor práticas inovadoras, observando-se as especificidades do curso, socializá-las e divulgar os resultados obtidos em função de sua aplicação, inclusive, como forma de capacitação docente.

Como resultado dessas ações inovadoras, a Instituição conta com Selo de Qualidade dos Cursos Estrelados pelo Guia do Estudante nos cursos da FACCAMP.

Ainda, o Selo de Responsabilidade Social, fruto das ações desenvolvidas pela Instituição nos diversos cursos.

3.7 Pós-Graduação

A Instituição reconhecendo o importante papel social que a educação continuada realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na missão institucional, assim, propõe uma política de pós-

graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

Esta política de pós-graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na iniciação científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos, em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para a própria IES na área dos cursos que oferece.

O estabelecimento da política de pós-graduação parte de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da pós-graduação na região. A partir desta análise, define o planejamento de metas e ações, o cronograma e orçamento que forneçam as condições para implantação dos programas de Pós-Graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional e internacional na formação de recursos humanos qualificados;
- consolidar a concepção de programa de pós-graduação integrado à graduação.

A IES possui dois programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em andamento, o Mestrado em Administração que teve avaliação plena no último triênio, 2013-2015, que resultou no conceito 4 e o Mestrado em Ciência da Computação, que foi recomendado com conceito 3.

Para subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação instituiu-se a Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa e a Coordenação de Iniciação Científica. Essas coordenações têm por finalidade contribuir para o processo de aprendizagem do corpo acadêmico, em um contexto amplo de conhecimentos aplicáveis à realidade sociocultural, de forma que o processo de investigação científica seja incorporado a essa realidade, mediante os princípios de ética e cidadania.

São atribuições dessas coordenações conjuntamente: elaborar e divulgar editais de fomento à comunidade acadêmica; oportunizar a integração entre a graduação e a pós-graduação *lato e stricto sensu*; articular a iniciação científica com as linhas de pesquisa constantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; incentivar e oportunizar a publicação e a divulgação da produção científica e incentivar e fomentar cooperações interdisciplinares, interinstitucionais, nacionais e internacionais.

3.8 POLÍTICAS PESQUISA

A política de pesquisa a luz da missão institucional permite introduzir acadêmicos e docentes dos cursos de graduação e pós graduação a pesquisa científica, colocando-os em contato com grupos/linhas de pesquisa desenvolvidas na FACCAMP.

A política de pesquisa encontra-se articulada com as políticas de ensino, pesquisa extensão e disseminação do conhecimento através do apoio ao docente e discente e produção de eventos. Essa política estimula ao acadêmico desde a sala de aula, o aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como, o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Em síntese, a iniciação científica prevista na política de pesquisa pode ser definida como instrumento de formação que auxilia a formação de uma nova mentalidade no acadêmico.

A FACCAMP por meio da iniciação científica estimula o conhecimento por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos que oferece, bem como através da realização de evento científico que ocorre anualmente, onde são apresentados trabalhos relevantes elaborados pela comunidade acadêmica.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas pelas disciplinas dos cursos abordam diversos temas de formação específica da área, além de contemplar incentivos para o desenvolvimento de pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. As pesquisas que englobem a Educação das Relações Étnico-Raciais e estudos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são incentivados permanentemente na IES, assim como temas voltados para à participação na preservação do equilíbrio do meio ambiente.

Todas as pesquisas desenvolvidas dentro da Política de Iniciação Científica são supervisionadas pela coordenaria de Iniciação científica, na qual tem papel de acompanhar o desenvolvimento e avaliar seu produto final .

3.8.1 Política de Apoio ao Docente, Discente para Eventos e Produção

Com a finalidade de atender os discentes em suas necessidades de participação em eventos científicos, como congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, assim como a produção discente científica, tecnológica, cultural, técnica e

artística, a IES conta com o programa de apoio discente, que oferece incentivo e auxílio à participação em eventos. O programa oferece auxílio financeiro aos discentes em duas modalidades:

- I. Eventos;
- II. Produção discente.

Os programas Eventos e Produção discente objetivam, respectivamente, apoiar a participação em eventos nacionais/internacionais e o auxílio ao discente para a produção científica, tecnológica, cultural, técnica e artística.

As solicitações para participação nesses programas devem ser enviadas à direção da IES, pelo orientador do aluno.

O auxílio poderá envolver o pagamento da taxa de inscrição e/ou hospedagem e/ou deslocamento, conforme regulamento do Programa de Apoio Discente para Eventos e produção Discente.

Os seguintes critérios aplicam-se à análise de pedidos para participação no programa Eventos:

- I. a quantidade de recursos disponíveis;
- II. a importância do evento para formação do discente em sua área;
- III. o parecer do coordenador do curso em que o aluno estuda;
- IV. o desempenho do aluno nas disciplinas já cursadas;
- V. ausência de reprovadas nas disciplinas cursadas;

As solicitações referenciadas para participação no programa Eventos deverão ser efetuadas em formulário próprio, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias).

Os seguintes critérios se aplicam à análise de auxílio à participação no programa Produção discente:

- I. quantidade de recursos disponíveis;
- II. contribuição da atividade na formação discente;
- III. parecer do coordenador do curso em que o discente cursa;
- IV. o desempenho do aluno nas disciplinas já cursadas;
- V. ausência de reprovadas nas disciplinas cursadas.

3.9 Áreas Temáticas e Linhas Programáticas para Iniciação Científica.

A IES trabalhará com os grupos de pesquisa desenvolvidos na graduação e no mestrado: Mecânica dos Fluidos e Ciências Térmicas; Gestão das Estratégias de Negócio; Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo; Linguagem, Cultura e Desenvolvimento; Dinâmica das Micro e Pequenas Empresas; Ciências da Computação; Atenção Primária à Saúde; e definiu como Linhas Programáticas para os projetos de pesquisas, conforme a Tabela 18 – Linhas de Pesquisas.

Tabela 21 - Linhas de Pesquisa

Número	Denominação da linha de pesquisa
1.	Dinâmica dos Fluidos Computacional.
2.	Eficiência Energética.
3.	Hidrologia.
4.	Mecânica dos Fluidos Aplicada.
5.	Reologia.
6.	Empreendedorismos: com foco em Médias, Pequenas e Micro Empresas e Mulheres Empreendedoras e Intraempreendedoras.
7.	Logística e a Gestão da Qualidade: destina-se ao estudo da Gestão de Estoques e Cadeia de Suprimentos; Engenharia Logística; Cadeia de Suprimentos na Construção Civil; Melhoria Contínua de Produção e de Produtos.
8	Sustentabilidades: com ênfase no meio Ambiente e a Construção Civil.
9.	As relações entre trajetórias de carreira e empreendedorismo.
10.	Ensino de empreendedorismo na graduação brasileira.
11	Estilos comportamentais de proprietários de micro e pequenas empresas.
12.	Estilos de empreender: motivações e características de empreendedores de diferentes grupos.
13.	Mapas teóricos em gestão de pessoas.
14.	Mapas teóricos em Intraempreendedorismo.
15.	O papel dos centros de empreendedorismo na formação de empreendedores no ambiente universitário.
16.	Orientação empreendedora nas organizações brasileiras.
17.	Ponderação de critérios decisoriais.
18.	Racionalidade nas Micro e Pequenas Empresas: um estudo dos modos e métodos.
19.	Sentidos do Trabalho do Empreendedor e implicações para a dinâmica das Organizações.
20.	Educação, Tecnologia e Políticas Públicas.
21.	Linguagem, Cultura e Formação de Educador.
22.	Estratégias de competitividade em manufatura nas micro e pequenas empresas.
23.	Estudos dos fatores competitivos nas micro e pequenas empresas. Gestão do conhecimento no âmbito dos APLs.
24.	Governança e Gestão Estratégica para Empresas Familiares, Cooperativas.
25.	Incorporação Tecnológica e Produtividade.
26.	Modelos de Gestão das micros e pequenas empresas.
27.	Responsabilidade Socioambiental no contexto das Micro e Pequenas Empresas.

28.	Trajetórias de pequenas empresas de longa permanência no mercado.
29.	Técnicas e modelos da computação.
30.	Promoção da saúde: estuda estratégias de educação em saúde, voltadas para o empoderamento da comunidade em relação às práticas de promoção da saúde.
31.	Atenção primária à saúde: estuda estratégias que melhorem as práticas de saúde no âmbito da atenção primária.

3.9.1 Política de Iniciação Científica (PIC)

A Política de Iniciação Científica – PIC, da IES está sob os auspícios da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que cuidam de todo o processo de seleção e de acompanhamento dos bolsistas.

Finalidade

A iniciação científica é uma atividade de investigação em todas as áreas do conhecimento que deve contribuir para a coesão interna, assim como, para a inserção externa, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, sob orientação adequada, individual e continuada por pesquisador qualificado, que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos e o desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

Os projetos culminam em um trabalho final avaliado e valorizado, fornecendo retorno imediato ao acadêmico bolsista, com vistas à continuidade de sua formação acadêmica, de modo particular nos programas de pós-graduação.

Dos Objetivos do Programa

Em relação aos orientadores:

1. estimular docentes a engajarem-se no processo acadêmico;
2. estimular o aumento da produção científica dos docentes;
3. incentivar o envolvimento de docentes em atividades de iniciação científica.

Em relação aos acadêmicos:

1. . despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;
2. proporcionar ao acadêmico bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos, bem como estimular o desenvolvimento

- do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
3. despertar uma nova mentalidade em relação às atividades científicas;
 4. preparar o estudante participante de programa de bolsa de iniciação científica para o acesso à pós-graduação;
 5. aumentar a produção acadêmica dos discentes bolsistas;
 6. proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos e o estímulo ao desenvolvimento científico e da criatividade;
 7. alargar os horizontes dos acadêmicos, incentivando-os a ter um olhar mais analítico-crítico sobre a realidade social que estão inseridos e da qual fazem parte;
 8. relacionar o prazer em produzir cientificamente o conhecimento com o prazer de se formar como profissional, unindo competências advindas desses processos.

Em relação à Instituição:

1. contribuir para a sistematização e institucionalização da iniciação científica na IES;
2. propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;
3. tornar as ações institucionais intensamente ativas e competitivas na construção do saber;
4. possibilitar a implementação otimizada das atividades interdisciplinares;
5. possibilitar maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
6. assegurar suporte qualitativo da formação profissional dos estudantes da IES.

3.9.2 Programa de Iniciação Científica - PIC - Gestão do PIC

O gerenciamento do PIC ficará a cargo da Coordenação de Iniciação Científica. Os membros da Coordenadoria serão nomeados por ato do Diretor Geral da IES. A Comissão do PIC será constituída pelo Coordenador de Pesquisa, que a presidirá, e por 02 (dois) docentes da IES, com titulação *Stricto Sensu*, indicados pelo Diretor Geral.

A Comissão do PIC terá como objetivo fornecer diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas, nos casos de renovação.

Tal Comissão poderá solicitar ao Diretor Geral, que decidirá sobre sua conveniência, a colaboração de consultores *ad hoc*, tanto do corpo docente da IES, quanto de outras IES, desde que necessária, em razão do caráter especializado dos processos em análise.

3.9.3 Programa de Bolsas de Iniciação Científica concedidas por Agências de Fomento à Pesquisa

A Coordenação de Iniciação Científica empreenderá esforços para adequar as condições da instituição aos requisitos necessários para pleitear cota de bolsas de iniciação científica junto às agências de fomento à pesquisa, notadamente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

No caso do CNPq, essas cotas de bolsas de iniciação científica são concedidas a instituições que desenvolvem atividades de pesquisa conduzidas por pesquisadores titulares de bolsa de Produtividade Científica daquela agência. Assim, constitui parte integrante da política de iniciação científica da IES o incentivo aos docentes da instituição para que constituam grupos de pesquisa e produzam resultados acadêmicos consistentes com os requisitos do CNPq para a concessão de bolsa de Produtividade Acadêmica, possibilitando, assim, que se tente a cota de bolsa de iniciação científica para os alunos desta instituição.

3.10 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) teve seu início no ano de 2000 tendo como objetivo apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida, através da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica desenvolvida na instituição.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o responsável pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes, por sua vez, tornam-se bolsistas a partir da indicação de seus respectivos orientadores.

A bolsa consiste em desconto de 50% na mensalidade do aluno, contabilizando uma duração de 12 meses. Para a concessão da mesma, é necessário que o candidato tenha um bom desempenho acadêmico, este evidenciado pelo histórico escolar.

Ressalta-se, ainda, que o programa PIBIC disponibiliza um total de 50 bolsas.

A responsabilidade pelo projeto de pesquisa cabe ao orientador, contudo devendo o candidato estar envolvido em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa.

No tocante aos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, estes devem ser submetidos ao programa PIBIC, concomitante com a submissão, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição – CEP.

Aos alunos contemplados pela bolsa cabe a participação também no Encontro Anual de Iniciação Científica, momento no qual a produção realizada na instituição é divulgada para a comunidade, contribuindo, desta forma, para socialização do conhecimento produzido.

3.10.1 Programa de Iniciação Voluntária

O Programa de Iniciação Voluntária também tem como objetivo apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida na IES. No entanto, nesse programa, especificamente, o desenvolvimento da pesquisa é realizado pelo aluno voluntário, sem a concessão de bolsa.

O período da iniciação, neste caso, também é de 12 meses, sendo que o processo de avaliação dos projetos segue o mesmo padrão da avaliação dos projetos com bolsa BIC.

3.11 Encontro de Estudantes de Iniciação Científica – ENEIC

No mês de setembro de todos os anos, o ENEIC é promovido pela Coordenadoria de Iniciação Científica da IES. O evento tem como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas de iniciação científica para a comunidade interna e externa, o estímulo à produção de conteúdo científico, além de favorecer a criatividade e a geração de conhecimento, contribuindo para a socialização do conhecimento. Os trabalhos são avaliados na instituição, em seminário onde são apresentados os resultados do projeto aprovado, em exposição oral e/ou sob a forma de painel. Os trabalhos são avaliados pelos Comitê Interno e Externo de Pesquisa. Vale ressaltar a exigência da presença dos orientadores no momento da apresentação dos bolsistas, que são avaliados individualmente. A avaliação é realizada através do:

- Comitê interno de pesquisa: formado por professores pesquisadores, mestres e doutores das grandes áreas, vinculados a IES. É um órgão colegiado, interdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem por objetivo a centralidade e a fiscalização do processo de pesquisa no âmbito da IES. Possui regulamento próprio. Formado pelo presidente, coordenador e professores colaboradores.
- Comitê externo de pesquisa: será realizado o convite aos membros do Comitê Externo, devendo ser estes pesquisadores nível I do CNPq, cujo número, por área/subárea do conhecimento, dependerá do número de bolsistas de cada instituição.

3.12 Anais do evento

Os Anais do Evento serão o veículo através dos quais serão divulgados os resumos expandidos dos resultados obtidos pelos bolsistas, conforme seu plano de trabalho. Nos resumos devem constar a introdução, hipótese, objetivo, a metodologia, os resultados, discussão, conclusões e referências. Esses devem ser encaminhados à coordenação do programa na instituição, acompanhados de documentação contendo a assinatura do bolsista e do orientador.

Caberá ao Comitê Local a análise dos resumos, e se verificará se os mesmos apresentam condições de serem publicados. O Comitê dispõe de autonomia para recusar os trabalhos sem resultados ou inadequados às normas. As instruções para a elaboração dos resumos serão divulgadas com antecedência, no site da IES, com objetivo de padronizar a sua escrita.

3.13 Da Política de Extensão e Responsabilidade Corporativa

A IES, desde 2009, destaca-se como Instituição Socialmente Responsável por seus Projetos de Extensão e ação social desenvolvidos no âmbito da graduação e pós-graduação, tendo recebido o **Selo de Entidade de Ensino Responsável**, que vem reiterar seu compromisso com a qualidade da Educação Superior que oferece à comunidade.



Figura 2 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2015 - 2016.

A Responsabilidade Corporativa, por sua vez, assume uma importante ferramenta para qualquer organização. No IES essa pauta adquire importância capital, diretamente vinculada à administração estratégica como um processo irreversível e contínuo.

Nesse contexto, o IES pauta-se nas seguintes Políticas de Extensão e de Responsabilidade Corporativa:

- sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais, embasadas em valores éticos que devem orientar a prática profissional;
- articulação entre cursos de diferentes níveis de ensino para desenvolvimento de ações interdisciplinares que agreguem valor à formação profissional do estudante e desenvolva sua consciência sobre as demandas da comunidade, em especial aqueles relacionados aos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais;
- respeito à diversidade cultural e à identidade, apoiando a ação e memória dos diferentes segmentos étnicos regionais, valorizando os seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais;
- promoção do bem-estar social como estratégia de desenvolvimento institucional, tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade na qual se insere;
- incentivo ao empreendedorismo e à criação de proposições inovadoras para diagnosticar e buscar resolver problemas emergentes na sociedade;
- criação de núcleos e grupos de reflexão permanentes que busquem continuamente agregar estudantes, docentes e voluntários em geral para criar estratégias de ação para implementação das atividades extensionistas e de responsabilidade corporativa;

- relacionamento com entidades do poder público, privado e terceiro setor para o estabelecimento de parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado nos princípios da justiça e igualdade social;
- execução das ações extensionistas e de responsabilidade corporativa através de programas comunitários, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço à sociedade, elaboração e difusão de publicações entre outros produtos e serviços acadêmicos;
- exercício de ações transparentes perante a sociedade, ampliando o diálogo e estabelecendo diferentes canais de interlocução interna e externa.

Cumpra esclarecer que as políticas de responsabilidade corporativa são focadas em cinco dimensões. São elas:

- inclusão social;
- desenvolvimento econômico;
- gestão socioambiental;
- memória e patrimônio cultural;
- saúde integral, esporte e lazer.

A FACCAMP está inserida em projetos de ação social de iniciativa dos governos federal, estadual e municipal, de setores empresariais ou de outras entidades da sociedade civil. Além dos programas dessa natureza, a Extensão se dedica à prestação de serviços à comunidade, por intermédio de programas atrelados aos cursos. Está presente também na disseminação e transferência de conhecimentos por meio de atividades de pesquisa e de Extensão, vinculadas aos programas interdisciplinares de cunho social, econômico administrativo ou ambiental, e nas atividades culturais, artísticas, desportivas e nos estágios não obrigatórios.

As áreas que consubstanciam o aprendizado prático como princípio pedagógico adotado na IES têm grande relevância e contribuem para o fortalecimento das competências dos estudantes e da interação Faculdade com a comunidade externa, que nela busca e encontra solução para problemas de natureza diversa.

A FACCAMP, tomando como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolve atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas vinculados aos cursos ofertados e pretendidos. Incentiva a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor, mediante a elaboração de instrumentos de contratos e convênios, tendo como prioridade o desenvolvimento de

atividades acadêmicas de aprofundamento de temas que envolvam, a um só tempo, interesse local e interesse acadêmico de docentes e discentes, marcados pela interdisciplinaridade.

Esta IES entende a atividade de extensão como um meio de prestação de serviços à comunidade, realimentação da instituição e, em decorrência, a integração de ambas, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade, tendo como políticas de extensão:

- busca do máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social;
- tradução para o campo operativo dos conhecimentos desta IES, por meio de um corpo docente com competência para a produção de conhecimento científico e técnico e com habilidades necessárias à socialização desses conhecimentos aos grupos sociais;
- articulação do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, mantendo uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, busque contribuir para o seu processo organizativo de forma que sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como à preservação do meio ambiente;
- priorização dos segmentos da população excluídos que não têm acesso aos conhecimentos científicos e técnicos necessários para equacionar problemas que dizem respeito às necessidades básicas para a sobrevivência humana, assim como para equacionar necessidades na esfera da cultura que se mostrem relevantes para a autonomia e organização destes segmentos;
- manutenção do programa de bolsas que favoreça a presença de estudantes nos projetos/programas, possibilitando dar nova ênfase à formação científica e técnica do discente;
- realização das atividades extensionistas como práticas dialógicas entre a IES e a sociedades beneficiárias, que devem estar interligadas ao ensino e à pesquisa, de modo a produzir e democratizar os conhecimentos oriundos da comunidade acadêmica;
- a extensão como instrumento para a problematização e o equacionamento de demandas e desafios contemporâneos: sociais, econômicos e políticos da sociedade, em especial os vivenciados pela população-alvo e respectiva interlocução;

- a extensão como ação distinta de assistencialismo;
- articulação entre o saber difuso existente na sociedade com o saber sistematizado na academia;
- reflexão e a produção de conhecimento na área de atuação do docente e seus desdobramentos para a pesquisa e extensão;
- reflexão e a orientação por valores e diferentes visões de mundo;
- garantia de uso do princípio norteador para as atividades de extensão com a exaustiva conjugação entre teoria e prática;
- contribuição para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos docentes e discentes;
- a intervenção por meio da aproximação com os segmentos sociais e as necessidades globais, para agir localmente no meio social;
- incentivo à formação de grupos de trabalho interdisciplinares;
- promoção de parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e a igualdade;
- contribuição para a constante (re)definição dos currículos dos cursos, de modo a incorporar a extensão como atividade rotineira da comunidade acadêmica, principalmente para o discente;
- realização da extensão sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, sem distinção ou especificidades entre as modalidades presencial e a distância.

São objetivos da extensão na IES:

- institucionalizar e consolidar a extensão como parte integrante indissolúvel do trabalho acadêmico e promover a participação da comunidade acadêmica nas práticas extensionistas;
- democratizar o conhecimento acadêmico acumulado pela IES;
- consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, a partir da atuação de órgão responsável;
- estabelecer vínculo com a CPA visando à avaliação institucional permanente das atividades de extensão;
- intensificar e otimizar as relações de intercâmbio em via de “mão-dupla” entre o IES e a sociedade;

- disponibilizar o conhecimento de domínio IES a serviço da sociedade em que se insere, contribuindo na realização de suas atividades;
- produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social;
- avaliar as contribuições IES para o desenvolvimento regional e da sociedade;
- produzir conhecimentos a partir da utilização de metodologias ativas de aprendizado, proporcionando uma complementariedade entre o ensino presencial e a distância;
- promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da IES com a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de via-dupla, ou seja, da IES em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; assistência social; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado; e outros serviços cabíveis) e, reciprocamente, da sociedade para a IES (acolhimento e reflexão acerca dos saberes e experiências da sociedade civil, participação e aprendizagem junto às políticas públicas e às manifestações culturais, atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);
- contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;
- colaborar, no âmbito das competências extensionistas da IES, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional;
- contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira da IES .

Ao promover a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas, os projetos de extensão explicitam as maneiras como será garantida a indissociabilidade entre iniciação científica, ensino e extensão, inclusive nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados.

Para o apoio ao desenvolvimento das ações e projetos de extensão, existe a Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias. Esta Pró-Reitoria possui as seguintes atribuições:

- implementar a Política de Extensão;

- promover a articulação e a integração entre extensão, ensino e pesquisa em várias áreas, objetivando abrir espaços para apresentação de alternativas, provenientes da pesquisa e do ensino, para soluções dos problemas e atendimento das necessidades da sociedade;
- articular o diálogo permanente com instituições públicas, privadas e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias e convênios;
- estimular o desenvolvimento de Projetos de Extensão que contemplem a efetiva participação de estudantes, favorecendo a formação do profissional como cidadão;
- promover convênios de cooperação nacional e/ou internacional em extensão;
- subsidiar a integração das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e cursos de pós-graduação da IES;
- manter contatos com os órgãos de fomento, visando ao financiamento de programa e de projetos de extensão;
- apresentar à comunidade universitária e à sociedade em geral, os propósitos da Instituição para com a sustentabilidade, mediante estratégias de Gestão Ambiental baseadas em ações de educação e comunicação ambiental, prevenção e controle ambiental e recuperação ambiental, aplicados a cada setor/atividade demandada;
- realizar periodicamente, eventos acadêmicos que promovam a diversidade étnico-racial;
- ofertar cursos de extensão para comunidade interna e externa sobre direitos humanos, consolidando a construção de uma cultura de paz e de respeito, valorização das diferenças culturais e visando a contribuir para a redução da violência escolar; .
- ofertar cursos de extensão comunitária para com deficiência no intuito de promover a inclusão social;
- criar catálogo de extensão para divulgar todos os cursos e atividades;
- emitir certificados participantes de atividades de extensão;
- manter registros dos projetos e relatórios parciais ou finais das atividades de extensão realizadas.

As atividades poderão ser desenvolvidas na forma de programa, projeto, curso, prestação de serviços, evento e publicações.

As ações, na dimensão da Extensão Universitária, são realizadas em conformidade com as diretrizes emanadas da Política de Extensão Universitária, em seu desenvolvimento e apontam para os seguintes objetivos:

- promover a interação transformadora entre a IES, a sociedade e o ambiente;
- contribuir para o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental;
- incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica;
- estimular e promover o respeito à diversidade cultural;
- contribuir para a formação acadêmica, fomentando atividades de extensão nos currículos.

Orientando-se pelos objetivos estabelecidos, a gestão da extensão pauta o desenvolvimento de seu trabalho nos aspectos que garantam: o cumprimento da metodologia institucional “Interdisciplinaridade, aprendizagem da teoria à prática”; a sistematização dos dados da extensão com o uso de novas tecnologias da informação e a representação da IES nos órgãos e fóruns de discussão, que visam ao aprimoramento das ações do campo da Extensão Universitária no cenário educacional brasileiro.

A extensão na IES oferece cursos à comunidade interna e externa em diversas áreas, intentando para a proximidade da academia com a comunidade, contribuindo assim, com o desenvolvimento da região e dos cidadãos.

Cursos voltados à Educação a Distância como Formação de Tutoria, Formação de Professores Conteudistas, Matemática, Informática, Laboratório Forense, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Excel, entre outros, são oferecidos à comunidade.

3.14 Da Política de Educação a Distância

Desde 2009, a Instituição vem se instrumentalizando para incorporar a educação a distância entre as modalidades de ensino em que atua, tendo implementado as seguintes iniciativas:

- iniciou, em 2009, a aplicação da Portaria nº4.059, de 10/12/2004, com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais já reconhecidos pelo MEC na modalidade EAD;
- implantou o Campus Virtual FACCAMP, que promove a capacitação contínua de professores e alunos para atuarem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a oferta de atividades de ensino a distância;
- aguarda visita de autorização para credenciamento para EAD do MEC;

- a sociedade está em constante busca de novas formas de comunicação, informação e interação através das tecnologias. Na dimensão educacional não poderia ser diferente e a educação a distância emerge como uma possibilidade de conciliar formação e acompanhamento das tendências.

Nesse contexto, o IES compreende que o uso das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação aplicadas à educação, em diferentes níveis de ensino, é uma realidade que não se restringe apenas aos cursos oficialmente oferecidos na modalidade a distância. Torna-se um instrumento poderoso na democratização, integração, e difusão do conhecimento, tanto dentro da própria instituição, quanto da instituição para a sociedade.

Para o desenvolvimento do modelo educacional a distância da IES, é imprescindível que se tenha clareza sobre as partes e suas atribuições:

- o docente é um mediador, orientador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem cabendo-lhe contribuir para a superação das dificuldades do estudante, atuando no âmbito afetivo e na formação de conceitos, valores e atitudes;
- o estudante é sujeito de sua aprendizagem, porquanto é facultada a liberdade para escolher os momentos mais convenientes para estudos, privilegiando-se da sua autonomia intelectual;
- a sala de aula ultrapassa as barreiras convencionais escolares e vai além, dentro de ambientes virtuais de aprendizagem, com a utilização de ferramentas de interação colaborativa;
- a tecnologia passa a fazer parte da rotina e contexto educacional dos estudantes e está a serviço da aprendizagem;
- os conteúdos curriculares são flexíveis, dinâmicos e coadunam-se com tendências do mundo do trabalho e do relacionamento interpessoal;
- os estudantes assumem o desafio de estudar por motivação e a instituição de integrar ações educativas que promovam a motivação;
- a instituição deixa de ser um espaço burocrático para transformar-se em um espaço de construção colaborativa.

A IES acredita que, através da educação a distância, pode-se colaborar, decisivamente, para o processo de transformação política, social e econômica da sociedade.

Dessa forma, propõe as seguintes **políticas de educação a distância**:

- universalização e democratização do acesso à informação, do conhecimento e da educação;
- capacitação docente para atuação em EAD – tutoria e conteudista;
- formação continuada de professores e tutores para EAD;
- credenciamento em parceria em EAD;
- oferta de cursos em EAD;
- compartilhamento de experiências em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA);
- desenvolvimento de parcerias que possibilitem a oferta de cursos em âmbito nacional e internacional;
- fomento de ações que fortaleçam o debate sobre EaD e os paradigmas educacionais emergentes, socializando e divulgando esses conhecimentos com foco no envolvimento e comprometimento da comunidade acadêmica e sociedade em geral;
- integração às políticas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras compatíveis com a necessidade, que desenvolvam cursos na modalidade a distância;
- contribuição com a democratização da educação brasileira, diminuindo o *deficit* educacional entre os núcleos urbanos de diferentes portes, através da oferta de cursos a distância de alta qualidade;
- desenvolvimento de cursos, eventos, ações entre outras atividades acadêmicas, através da metodologia de educação a distância que favoreça a capacitação profissional do estudante a um processo de acesso e inclusão digital;
- desenvolvimento de cursos, em todos os níveis de ensino, com modelo metodológico e pedagógico que priorize a qualidade acadêmica, que estejam pautados nas recentes discussões e tecnologias pedagógicas sobre EaD de forma criativa e inovadora, e que privilegiem a aprendizagem do estudante de forma significativa;
- utilização de estratégias de ensino-aprendizagem mediadas por equipe multidisciplinar de inquestionável qualificação técnica e acadêmica, compatíveis com a modalidade EaD, que promovam a reflexão crítica e criativa, bem como favoreça a aplicação do conhecimento na prática pessoal, profissional e acadêmica do estudante;

- fomento ao desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante através da produção e uso de materiais, recursos, ferramentas e tecnologias didático-pedagógicas criativas, inovadoras, interativas e adequadas aos projetos de EaD;
- criação de mecanismos multidisciplinares de formação, qualificação e capacitação profissional de sua comunidade acadêmica e administrativa;
- implementação de estratégias de avaliação com foco na aprendizagem do estudante, consoantes às diretrizes institucionais e que atendam, com rigor, às exigências legais do sistema federal de ensino;
- incentivo à produção e intercâmbio do conhecimento científico com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais que aperfeiçoe a visão sobre essa modalidade de ensino.

Enfim, com essas políticas a IES firma o compromisso de formar profissionais aptos a assumir os desafios educacionais e tecnológicos de uma sociedade em constante mudança, atendendo às necessidades regionais e às tendências socioeconômicas das brasileiras. A IES assume a mudança de paradigma necessária na ação docente no sentido de redimensionar as estratégias de ensino, a fim de contribuir para a interatividade no ambiente virtual. Para subsidiar as ações instituídas na Política de EAD, criou-se o Sistema AVA, que tem por finalidade organizar, administrar, implementar e avaliar os projetos envolvendo o uso de tecnologias no ensino, sejam eles na forma de cursos de extensão, graduação ou pós-graduação.

A IES solicitou o credenciamento para oferta de cursos de Educação a Distância ao término da vigência do atual PDI (2016-2020). Para esse período, demonstram o cronograma de implantação dos respectivos cursos em EaD propostos:

Tabela 22 - Cronograma de implantação dos cursos de graduação EaD

CURSO	ANO
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2016
ADMINISTRAÇÃO	2017
GESTÃO AMBIENTAL	2017
GESTÃO EM LOGÍSTICA	2017
MATEMÁTICA	2017
PEDAGOGIA	2017
LETRAS LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS	2018
PROCESSOS GERENCIAIS	2018
SAÚDE COLETIVA	2018

BIBLIOTECONOMIA	2018
ENGENHARIA CIVÍL	2019
ENGENHARIA MECÂNICA	2019
GESTÃO DA QUALIDADE	2019
GESTÃO FINANCEIRA	2019
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2020
ENGENHARIA DA PRODUÇÃO	2020

Tabela 23 - Cronograma de implantação dos cursos de *lato sensu* EaD

CURSO	ANO
FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR	2016
FORMAÇÃO DOCENTE EAD	2017
GESTÃO DE PROJETOS ORGANIZACIONAIS	2017
GESTÃO DE PESSOAS	2017
GESTÃO ESCOLAR	2018
CIÊNCIAS CRIMINAIS	2018
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2018
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER, MATERNA E NEONATAL	2019
PSICOPEDAGOGIA	2019
ENGENHARIA AMBIENTAL	2019
FORMAÇÃO DE TUTORES PARA EAD	2017
FORMAÇÃO CONTINUADA PROFESSORES CONTEUDISTAS EAD	2017
LABORATÓRIO FORENSE	2020

Tabela 24 - Cronograma de implantação dos cursos de extensão EaD

CURSO	ANO
INGLÊS	2017
ESPAÑHOL	2017
EXCEL	2017
LIDERANÇA	2018
SUSTENTABILIDADE	2018
MEIO AMBIENTE	2018
MATEMÁTICA	2019
PORTUGUÊS	2019
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	2020

De acordo com a demanda regional serão abertos os cursos na modalidade EAD.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, objetiva-se:

- fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EaD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;

- ampliar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;
- ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela da sociedade carente de qualificação profissional.

Para tanto, propõem-se as metas a seguir:

- desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- ampliação de equipes multidisciplinares responsáveis pela proposição de cursos e atividades nas modalidades a distância, semipresencial ou presencial com uso de recursos tecnológicos digitais;
- produção de material instrucional específico para as modalidades;
- garantia de infraestrutura de apoio necessária ao desenvolvimento dos cursos e atividades;
- adequação do modelo de gestão acadêmico-administrativa à modalidade;
- avaliação periódica dos cursos e atividades, com vistas ao seu constante aprimoramento.

As políticas de EAD, aprovadas pelos colegiados superiores, fundamentam-se nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- atendimento às demandas de formação continuada à comunidade, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;
- valorização das atividades de EAD, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela IES;
- articulação e integração da Coordenadoria de EAD com as unidades acadêmicas de Graduação e Pós-Graduação e Educação Continuada, visando à assessoria para proposição, acompanhamento e avaliação dos cursos;
- formação continuada de recursos humanos da IES (docentes, gestores, funcionários, comunidade);

- organização de sistemas operacionais em consonância com a presente proposta acadêmica, do planejamento estratégico e do orçamento a ser delimitado, buscando articulação e integração com a administração da IES;
- incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;
- monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.

Embasadas na missão institucional, as políticas e práticas de Educação a Distância (EAD) foram estabelecidas para atender às demandas geradas pela sociedade contemporânea, que privilegia, entre outros fatores, o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no ensino, na pesquisa e na extensão.

Nessa perspectiva, em 2009, iniciou-se, na IES, um estudo que visava a estabelecer políticas de EAD, principalmente, em relação à instauração de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e *softwares*), capacitação de recursos humanos (docentes, funcionários técnico-administrativos, bem como suporte técnico para informática), produção de pesquisa e criação de cursos via Internet.

Assim, desde 2009, o *CAMPUS VIRTUAL FACCAMP* buscou sensibilizar a comunidade acadêmica para o uso de TICs no ensino presencial; empenhou-se em oferecer disciplinas para alunos em dependência na modalidade semipresencial e, por fim, em promover a capacitação contínua de professores e alunos para atuarem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA.

Essa capacitação e formação continuada deu-se por meio de cursos de extensão em Formação de tutoria; Formação de professores conteudistas; *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Superior; Formação de Professores tutores e conteudistas; Informática aplicada à educação, entre outros.

A capacitação e a atualização do corpo docente para o uso das TICs na educação acontecerão no *CAMPUS VIRTUAL FACCAMP*. Anualmente, no período que antecede a Semana de Planejamento, serão promovidos para os docentes da IES cursos de capacitação e atualização intensivos para uso dos ambientes virtuais de aprendizagem - AVA. Além disso, também serão oferecidos cursos de atualização e extensão aos professores e alunos dos programas de mestrado durante todo o ano letivo.

A formação de conteudistas e tutores para cursos a distância é realizada por meio de cursos de *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Superior e os de extensão, oferecidos a cada semestre, gratuitamente, para todo o corpo docente da IES.

A capacitação e atualização dos funcionários técnico-administrativos são realizadas de acordo com as demandas da instituição.

As Políticas para a Educação a Distância da IES, constantes deste PDI, contemplam a formação de convênios e parcerias, em âmbito nacional e internacional, para oferta de seus cursos de graduação e pós-graduação a distância. A modalidade de convênio entre instituições é denominada de Polo.

Um polo é uma instituição/organização, não necessariamente de educação superior, que ofereça as seguintes condições básicas:

- a) sala com dimensões apropriadas para o número de alunos da região, para instalação do equipamento receptor de teleconferência via satélite e um microcomputador para interação síncrona;
- b) serviço básico de recepção ao estudante distante local e regional;
- c) sala para realização periódica de avaliações presenciais;
- d) computadores ligados à internet em banda larga;
- e) responsável local.

Os recursos financeiros para instalação dos equipamentos serão de responsabilidade da Instituição e as salas e instalações necessárias para realização das atividades do curso são alocadas por meio de contrato específico para esse fim.

Destaque-se que todas as atividades referentes ao curso – formação de tutores, seleção de candidatos, matrículas, acompanhamento dos alunos, serviços de secretaria, geração de conteúdos – serão realizadas pela IES.

Para se constituir como um Polo de EAD, a Instituição deverá assinar um termo de parceria técnico-científica, com termo aditivo específico para oferta de curso(s) de graduação e/ou pós-graduação a distância, nos quais haverá os requisitos e obrigações de ambas as partes, respeitadas as necessidades do curso a distância, dos estudantes, da IES e da Instituição Polo.

Inicialmente, a IES terá como Polos as outras IES da Mantenedora, a saber: Faculdade de Tecnologia Francisco Morato – FFRAMO; Faculdade de Tecnologia Porto das Monções – FAMO; Faculdade de Paulínia – FACP.

3.15 Política para a Educação Inclusiva

A proposta de apoio didático-pedagógico e psicopedagógico para inclusão educacional na Educação Superior da IES tem por objetivo principal, dar atendimento aos

alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais; também atua na esfera de preservação dos direitos e auxílio aos professores que trabalham com esta clientela especial, além de promover ações de inclusão em sua comunidade. O Programa PIIASHA contempla projetos e ações voltadas para esse atendimento. Desde o início de suas atividades, a Instituição sempre se preocupou com a questão do bom atendimento e da qualidade de ensino que oferece à sua comunidade acadêmica e ao entorno, dando atendimento à sua missão.

Para a operacionalização das ações, conta-se com uma equipe administrativa que presta atendimento direto e de rotina.

As políticas de acesso e manutenção do discente já se mostram bastante efetivas para incluir alunos que, por questões financeiras, são excluídos da educação superior. As políticas de bolsas da IES têm o objetivo de inserir esse aluno no processo de formação de terceiro grau de qualidade.

Mesmo para aqueles que têm condições de arcar com os custos da formação superior, mas que, por algum motivo, apresentam deficiência na sua formação básica e não conseguem acompanhar as exigências de um curso superior, a IES tem políticas de nivelamento que procuram suprir as lacunas diagnosticadas nos alunos ingressantes.

Outro ponto fundamental para uma educação inclusiva diz respeito à criação de condições de aprendizagem para com necessidades educacionais especiais. Com o novo cenário que se instaura nas instituições de ensino, em virtude das políticas públicas que incentivam e investem na questão da inclusão nos diferentes níveis de ensino, a IES tem buscado ampliar e qualificar o espaço institucional e os profissionais de ensino que a compõe no intuito de acolher e atender às necessidades dos sujeitos com necessidades especiais. Para tanto, a instituição segue, rigorosamente, a legislação que especifica em seus artigos o assunto.

Dessa forma, compreendendo a inclusão enquanto um processo sócio-histórico-cultural que tem por objetivo inserir as pessoas com necessidades especiais nos diferentes espaços de convivência, aprendizagem e trabalho, a IES busca garantir não apenas os meios de integrar essas pessoas no contexto educativo através de atividades de socialização, mas, sobretudo, incluí-los enquanto participantes ativos do cenário educacional. Em outras palavras, entre ações administrativas e pedagógicas, a pretensão é favorecer o desenvolvimento, a socialização de habilidades e a construção de competências para o mercado de trabalho e para a vida.

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, acesso à infraestrutura, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificados. Visam a atender o princípio de que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender.

Para os estudantes com deficiência física, a instituição oferece livre circulação nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas e barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Para os estudantes com deficiência visual, a IES poderá proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: impressora *braille Juliet Pro 60* acoplada a computador; sistema de síntese de voz; gravador; acervo bibliográfico em áudio; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal, utilização de materiais concretos, táteis para que o acadêmico cego possa construir seu próprio entendimento daquilo que vem sendo tratado. Além disso, os docentes serão orientados a adequarem suas aulas expositivas de uma forma mais explicativa para os deficientes visuais, porém, sem se esquecer dos videntes que convivem no mesmo espaço. Os recursos didáticos precisam ser concretos, atrativos e construídos com os acadêmicos, pois os recursos contribuem para o estudo e a participação ativa dos acadêmicos e, com a participação dos docentes, torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva, a IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o mesmo conclua o curso:

- a) propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas;
- b) adotar flexibilidade na correção das provas escritas;
- c) estimular o aprendizado da língua portuguesa;
- d) proporcionar aos docentes acessos à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

Destaca-se ainda que, de acordo com legislação, a disciplina de Libras está inserida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, e como disciplina optativa para os demais cursos de graduação.

Para auxiliar no desenvolvimento da Política para a Educação Inclusiva foi criado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista, de acordo com a Portaria nº 3284/2003 e o Decreto nº 7611/2011, que tem por objetivo oferecer condições de acessibilidade e permanência às pessoas com necessidades especiais no espaço acadêmico da IES, bem como propor e intervir em situações de conflito e dificuldades de aprendizagem que envolve estudantes, docentes e demais profissionais da IES. Esse núcleo está vinculado à Diretoria Acadêmica e, em conjunto com o Núcleo de Coordenação Pedagógica, realiza o acompanhamento psicopedagógico aos estudantes, objetivando reintegrá-los à vida acadêmica normal; auxiliando-os na busca de soluções de fatores subjacentes às atividades cotidianas.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista é responsável por:

- identificar as dificuldades e as necessidades especiais concernentes ao processo de ensino-aprendizagem como mobilidade reduzida, deficiência visual, auditiva, dentre outras apresentadas pelo estudante;
- propor recursos e estratégias que reduzam ou eliminem as dificuldades e demandas especiais identificadas junto ao estudante, tutores, docentes e demais profissionais da instituição envolvidos nesse contexto;
- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino;

Ademais, cabe ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista colaborar com os demais setores da IES, principalmente com o administrativo e patrimonial, no que diz respeito às orientações para:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Essas ações do Núcleo associadas a um trabalho de mediação junto aos colegiados de curso e demais docentes inseridos na situação, priorizarão o bem-estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como a melhoria das condições indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até o final de sua trajetória acadêmica.

O trabalho realizado pelo Núcleo tem ciência de que a IES não é uma instituição com fim terapêutico, e que, no entanto, esta deverá zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

É função do Núcleo realizar, partindo de uma análise e discussão, o planejamento e o acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, que se tornem Necessidades Educacionais Especiais, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

A análise do planejamento e o acompanhamento do estudante partirão dos dados referidos no ingresso à instituição, isto é, desde o processo seletivo, através do preenchimento da informação a respeito da deficiência, que deverá constar no formulário de inscrição ao vestibular, direcionando-o para quais necessidades educacionais especiais ele precisará, conforme descrição abaixo:

- Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto às deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

- Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
- Transtornos de aprendizagem - Dificuldade para aprendizagem é uma incapacidade para aprender, na ausência de condições neurológica, sensorial, mental e psicológica que a justifique. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) há três tipos de transtornos específicos da aprendizagem: da leitura (dislexia), de matemática (discalculia) e da escrita (disgrafia e disortografia).
- Altas habilidades/superlotação-Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: alta capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora.
- Deficiência Intelectual - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas às duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
- Deficiência Múltipla - é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa.
- Transtorno do Espectro Autista - é a associação, no mesmo indivíduo, dos três seguintes *deficits*: Problemas de interação social ou emocional alternativo; graves problemas para manter relações e Problemas de comunicação não-verbal.

Em relação às pessoas com transtorno do espectro autista, a IES se dispõe a realizar a interlocução com a área clínica, quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento, flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares, acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização, aquisição de conhecimentos teórico-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos. Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Para promover a permanência do aluno e sua posterior conclusão acadêmica, estão previstas ações, como o treinamento da equipe técnica, a formação continuada docente, a existência de uma equipe interdisciplinar que contribua com o atendimento especializado. Não obstante, os discentes serão incentivados a realizarem pesquisas e projetos de extensão relacionados à acessibilidade, bem como se pretende realizar atividades culturais e artísticas, para com isso sensibilizar a comunidade interna e externa na perspectiva inclusiva.

Diante do exposto, cabe esclarecer que após realização da caracterização do estudante a ser incluído no curso, é preciso esclarecer as necessidades educacionais especiais e o apoio institucional adequado. O responsável pelo recebimento e efetuação da matrícula, assim como, o docente ou coordenador do curso devem encaminhar o estudante ou este, independentemente, pode requerer o seu acompanhamento em qualquer ocasião: na inscrição ao processo seletivo, na matrícula inicial ou durante o curso, mediante o preenchimento de um requerimento específico. Após esta requisição, o encaminhamento será analisado e o estudante, docentes e demais envolvidos com o processo serão contatados pelo Núcleo, a fim de que se dê início ao atendimento necessário para a efetivação do processo de inclusão na instituição.

Como ação diretiva primeiro, é preciso acolher o estudante e verificar as solicitações de acordo com o quadro de necessidades apresentadas (remoção de barreiras atitudinais, comunicação, físicas e arquitetônicas, licenças especiais, programas especiais de avaliação, entre outras). Em seguida, será necessário avaliar as necessidades especiais, procurando detectar as dificuldades já instaladas, bem como outras que poderão surgir.

Posteriormente, como ações não diretivas terão

- Discussão com os coordenadores de curso, docentes e demais funcionários sobre a importância da inclusão e a relevância social da Instituição, preocupada com a temática, mediação junto aos polos presenciais para a efetivação dos apoios institucionais especiais necessários para a acessibilidade à experiência acadêmica, bem como aos espaços da instituição;
- Análise de aquisições ou adaptações de recursos educacionais necessários às adaptações no processo de ensino-aprendizagem;
- Contato com os profissionais que acompanham o estudante;
- Intercâmbio com outras instituições, visando à troca de experiências sobre procedimentos, processo e resultados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no educação superior;
- Entrevistas periódicas com o estudante e com as pessoas envolvidas no processo; e, se necessário, eventualmente, visitas aos diferentes espaços ocupados pelo estudante, durante a sua trajetória acadêmica;
- Proposição de discussões para adequações, quando for necessário, nos documentos internos da instituição, como estatuto, regimento e resoluções;
- Assessoramento na adequação e funcionalidade dos projetos de reformas, nas dependências da instituição, necessárias à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas.
- Realização de cursos e palestras para coordenadores, docentes, tutores e demais funcionários da instituição sobre temáticas que envolvem a diversidade, a acessibilidade e a sociedade inclusiva, visando à eliminação de barreiras atitudinais.

Ademais, a IES contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas conforme disposto no Regimento Geral. Ressalta-se que o apoio pedagógico aos discentes com deficiência se dará por meio do Núcleo de Apoio

Psicopedagógico e Espectro Autista em conjunto com os serviços ofertados pelo Núcleo de Coordenação Pedagógica.

Não obstante, nota-se que sempre será considerada a especificidade de cada necessidade de cada indivíduo, porém, por mais semelhantes que possam parecer, cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações sejam delineadas, para que, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões e possam comprometer o real aprendizado do estudante e o seu direito ao diploma.

Assim, prezar-se-á para jamais negligenciar a proposta de formar um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade.

A Instituição conta com programa de atendimento ao Autista e o Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI, que tem por finalidade estabelecer as políticas institucionais destinadas aos acadêmicos, docentes, agentes universitários e estagiários da IES com necessidades especiais, visando à eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação, programática, atitudinais, instrumental, metodológicas e de transportes que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional no IES.

Tem como marcos legais o Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004; Lei no. 12.764, de 27 de dezembro de 2012; os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliações *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2013, entre outros.

São atendidos pelo PAI, em suas implicações no processo de ensino-aprendizagem e funcionais, os discentes, os docentes, os agentes universitários e os estagiários que compõem a comunidade acadêmica da IES, que apresentam necessidades educacionais especiais, transitórias ou permanentes, previstos na política do MEC de educação especial e na política de proteção dos direitos da pessoa com espectro autista demandando atenção específica. O programa também abrange ações inclusivas relacionadas aos candidatos de processos seletivos para ingresso no IES, na forma de vestibular, testes seletivos e seleção de estagiários, bem como com a permanência e terminalidade de estudos de toda essa clientela da educação especial.

Medidas Pedagógicas

Em sua política de ações inclusivas para a educação superior o Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI – entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais

são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- I. Altas Habilidades e Superdotação.
- II. Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos.
- III. Transtornos Globais, entre eles o espectro autista.
- IV. Mobilidade reduzida.
- V. Transtornos de Aprendizagem.

Assim, cabe aos professores e ao coordenadores atentarem-se aos casos que os discentes aparentam ser simplesmente omissos ou faltosos, mas que podem estar se sentindo discriminados ou temerosos frente à mudança de vida escolar e/ou familiar. Por isso, sugere-se que em situações parecidas, o chefe do departamento recorra ao PAI, para que juntos possam desenvolver ações pedagógicas adaptativas a cada caso e encaminhamentos a profissionais da saúde, quando necessário.

Considerar que os/as discentes com necessidades educacionais especiais têm o direito de 50% a mais de tempo para apresentação de provas e trabalhos.

No que tange aos docentes cabe a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com as famílias, dentre outros.

Esse “novo modo de ser professor” confronta as práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino até então, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham como referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal.

Portanto, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos e no papel desempenhado na FACCAMP pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico em parceria com o Núcleo de Coordenação Pedagógica. Esses dois núcleos serão fundidos quando a IES passar a ser Centro Universitário passando a ser chamado de Núcleo de Acessibilidade e Espectro Autista. Os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Acessibilidade e Espectro Autista deverá contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial, acessibilidade e inclusão, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos.

3.15.1 Atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A FACCAMP realiza atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, cada qual com sua característica, conforme descrito acima, que inclui:

- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdas e cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas acima;
- divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador nos locais, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;
- a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas acima, possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva.

3.15.2 Normas institucionais sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência

A Instituição proporciona condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida,

inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

As normas institucionais da FACCAMP atendem à legislação específica da seguinte forma:

Cumpra as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação, previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica.

Colocará à disposição de docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e, seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado aos docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Em relação ao processo seletivo de docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência serão considerados três momentos distintos:

- na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo candidato no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do que irá realizar a correção;
- no momento das avaliações, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo candidato;
- no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada sujeito com deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

3.15.3 Política de Atendimento Discente

No ato da inscrição, o discente passará por uma triagem, e, caso seja verificada alguma necessidade especial, serão encaminhadas demandas aos departamentos responsáveis, e cada área e coordenador terão informações das ações e políticas implantadas em cada demanda.

Para concessão de bolsas, serão atendidas por meio das políticas de bolsas, cuja decisão cabe ao CONSUP, juntamente com o perfil de cada discente. Após a secretaria montar as referidas demandas, os órgãos competentes irão determinar as ações para cada caso, de acordo com a viabilidade econômica e uma melhor forma de atendimento às necessidades dos discentes.

3.15.4 Formas de Acesso e Programas

O acesso à IES é conquistado por meio da aprovação em exame de processo seletivo eliminatório e classificatório. O exame é composto por parte objetiva e redação. Esse processo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

As inscrições para o processo seletivo serão abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

O processo seletivo, idêntico para todos os cursos e unificado em sua realização, abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade. Os candidatos serão avaliados em provas escritas, ou outra forma disciplinada pelo Conselho de Coordenação.

A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluindo os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo edital do concurso.

Outra forma de ingresso, destina-se aos alunos oriundos de outras IES (transferência), o que depende da existência de vagas e de análise curricular, para efeito de aproveitamento de estudos. Há ainda o ingresso de candidatos portadores de diploma de graduação, ou de ex-alunos, que pretendem cursar a 2ª graduação; a estes é dado incentivo na forma de desconto nos valores dos cursos.

3.15.5 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O apoio pedagógico da IES está orientado à oferta de outras fontes de estudo, além daquelas da biblioteca. Dentre tais fontes, são consideradas as orientações feitas por meios eletrônicos, artigos de orientação específica para cada área do conhecimento, fóruns virtuais, palestras e debates. Além destes, a Instituição mantém à disposição dos

acadêmicos um banco de imagens (vídeos/DVDs) que poderão ser consultados, objetivando uma compreensão maior de determinados fenômenos relacionados à área de formação de cada um deles.

Também são organizadas, anualmente, semanas específicas relacionadas às áreas de formação de cada um dos cursos, além de *workshops* para apresentação de trabalhos.

A Instituição conta, também, com Programa de Apoio Psicopedagógico, Apoio Pedagógico para atendimento das necessidades dos discentes.

Uma das medidas de apoio pedagógico se dá por meio do apoio financeiro destinado aos monitores (que acontece em forma de bolsas num montante de 50% do valor da mensalidade paga). Além desse apoio, também incentiva a participação de seus alunos em eventos científicos ligados à área de conhecimento de cada um deles, cuidando, para isso, do reembolso e despesas relacionadas à inscrição, alimentação e hospedagem.

Além de tais apoios, a Instituição também oferta bolsas de estudos a fundo perdido, restituíveis, com ressarcimento que se pode dar até após a conclusão do curso, além de estar associada a programas como o FIES, o PROUNI e o Programa Escola da Família do governo do estado de São Paulo.

Outra atitude direcionada ao amparo ao discente é o Estímulo à Permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico).

A Instituição dispõe de programas para estímulo à permanência (que podem ser verificados nas disciplinas oferecidas) com a intenção de nivelamento por professores titulares, em dias distintos das atividades regulares da Instituição. Além disso, estão à disposição dos alunos monitores selecionados dentre o corpo discente que apresentem um bom rendimento.

Portanto, com o objetivo de disponibilizar orientação psicopedagógica aos estudantes da graduação, a Instituição mantém um programa de Apoio Psicopedagógico. O programa busca acompanhar estudantes nas suas necessidades de aprendizagem, relacionamento intra e interpessoal, orientação profissional e condições de acessibilidade, objetivando colaborar com o equilíbrio de seus acadêmicos e um real aproveitamento das oportunidades oferecidas pela Faculdade.

3.15.6 Atendimento ao Aluno

Em função do constante aprimoramento das práticas de atendimento ao aluno, buscase sua permanência na educação superior.

Um dos importantes elos entre o discente e a IES é a Secretaria, que presta o atendimento ao aluno, contribui com o aprimoramento das relações do alunado e seus órgãos representativos com a Instituição e desta com a comunidade; além de apoiar iniciativas de inserção do aluno no IES, bem como acompanhar o atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).

Programas de acompanhamento do aluno serão implantados, visando a desenvolver ações que atendam às demandas, não só dos PNEE, mas também daqueles que têm necessidades psicológicas e pedagógicas que possam interferir no desenvolvimento de seus estudos.

Além do atendimento presencial, a Secretaria, por meio do Sistema Acadêmico, coloca o aluno numa conexão virtual com o IES, facilitando as ações de solicitação de documentos, acompanhamento de processos e recursos, além da visualização do desempenho acadêmico, com o acesso a seu histórico escolar.

Compete à Secretaria receber as solicitações para atendimento especial, fazendo os devidos encaminhamentos às instâncias de competência, contando, também, com o serviço de Ouvidoria, mediante o qual o aluno pode manifestar suas opiniões, críticas e sugestões, que são encaminhadas diretamente ao Ouvidor, este designado por meio de Portaria.

3.15.7 Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Central dos Estudantes, conduzido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Faculdade, sendo vedadas atividades de natureza político-partidárias, bem como a participação em entidades alheias à Faculdade.

É de competência do Diretório Central de Estudantes indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da Faculdade, vedada a acumulação da representatividade.

3.15.8 Ouvidoria

A comunidade dispõe de um meio de comunicação direta com o IES por intermédio da Ouvidoria. As informações deixadas por e-mail são encaminhadas ao Ouvidor, e imediatamente, aos setores responsáveis. Os dados são tabulados, apontando o

andamento do processo, em prazo máximo de 24 horas. O Ouvidor acompanha o processo, apontando soluções, providências a serem tomadas, procedimentos e rotinas para a conclusão do caso. Quando da solução, o setor e o prazo de realização são computados.

Todos esses dados tabulados são enviados à CPA, para geração de dados avaliativos e de gestão institucional.

3.15.9 Estratégias de Comunicação

A gestão da comunicação institucional da IES encontra-se sob a responsabilidade do setor de Publicidade e Mídia Digitais, que atua com todas as áreas acadêmicas e administrativas.

O objetivo geral deste setor é participar das ações de comunicação de todas as áreas e setores da Instituição, procurando atender suas necessidades de comunicação, zelar pela imagem e pelo posicionamento institucional nas comunidades interna e externa, bem como contribuir para a concretização da missão institucional.

São seus objetivos específicos:

- Apresentar, para aprovação, peças de comunicação nos meios físico e virtual (portal, cartazes, *facebook*, murais, entre outros);
- Desenvolver e coordenar campanhas de divulgação do processo seletivo dos cursos de graduação e pós-graduação e anúncios de oportunidade;
- Definir a linha de comunicação institucional;
- Promover a interlocução com a assessoria de imprensa, criando e atendendo a demanda para os veículos de comunicação;
- Contribuir para a criação, identificação e otimização de diferenciais da Instituição, bem como para o monitoramento do mercado educacional.

3.16 Acompanhamento dos Egressos

A IES tem acompanhado a vida profissional dos egressos, não só para sua permanente integração à comunidade acadêmica, mas também como uma dimensão do processo de autoavaliação. O que se observa, comumente, é o retorno de muitos egressos para continuidade dos estudos em nível de pós-graduação; alguns passam a prestar serviços à própria Instituição como colaboradores e professores, o que se constitui numa ação com repercussão social, pela valorização do egresso.

Para manter o egresso em constante contato com as atividades acadêmicas, utilizam-se vários canais de comunicação, por meio de programas, semanas de curso, oficinas de extensão, cursos de pós-graduação, bem como para acompanhamento da sua carreira profissional.

O próprio Portal da IES disponibiliza, pesquisa com egressos, por meio do link <http://www.psxportalacademico.com.br/faccamp/index.php>. Esse canal permite que o egresso participe do processo avaliativo da Instituição e que aponte dados sobre sua carreira; da importância da formação acadêmica em seu mundo do trabalho; quais são as expectativas de sua formação continuada; em quais cursos estaria interessado em fazer na pós-graduação *lato e stricto sensu*; a visibilidade da Instituição na sociedade; bem como a melhoria de suas condições financeiras e sociais, advindas de sua formação; e também, quais seriam suas contribuições para ajudar na gestão da IES e de suas ações futuras.

Esse canal permite manter um banco de dados com informações atualizadas sobre o desenvolvimento profissional e acadêmico curricular dos egressos e constitui-se, ainda, em uma meta a ser ampliada. Pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Manter vínculo dos egressos com a Instituição;
- Oferecer oportunidades de educação continuada;
- Promover a integração e o intercâmbio entre graduandos e egressos;
- Promover o aperfeiçoamento profissional dos egressos e o intercâmbio de experiências e informações discutindo a questão da empregabilidade;
- Divulgar oportunidades profissionais e empreendedoras, de interesse de alunos e egressos.

O acompanhamento do egresso também ocorre por meio de carta-resposta, malá-direta e convites para atividades socioculturais, conforme área de formação acadêmica do aluno. Esse acompanhamento tem como objetivo precípua manter um vínculo mais próximo e efetivo com a comunidade acadêmica. Utilizam-se vários canais de comunicação para manter o egresso em constante contato com as atividades acadêmicas, por meio de programas, semanas de curso, em oficinas de extensão, em cursos de pós-graduação, bem como para acompanhamento da sua carreira profissional.

A Instituição promove um levantamento de dados, junto aos egressos de seus cursos, na intenção de compreender suas dificuldades e evolução, sendo também um mecanismo para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos. Por meio de tais encontros, a Instituição irá mensurar as reais necessidades de ajustes de suas

políticas e modelos pedagógicos e também, avaliará a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

No que se refere a programas, o destaque é para um questionário no site do IES para os egressos responderem, que tem por objetivo acompanhar e registrar a evolução profissional e pessoal do formando, bem como auxiliá-lo no aprimoramento do desempenho em sua área de atuação, além de ampliar seus contatos profissionais e continuar com o contato destes.

A FACCAMP propõe ações de valorização do egresso ao:

- Dar destaque às promoções, premiações e outras conquistas dos egressos (os casos são relatados em matérias, notas e entrevistas, e periodicamente veiculados no jornal da Instituição);
- convidar e envolver os egressos em bancas de trabalhos de conclusão de curso, estimulando o seu retorno ao meio acadêmico, a valorização do seu currículo e a sua possibilidade de ascensão;
- convidar egressos para compor mesas e ministrar palestras em semanas acadêmicas e eventos institucionais que envolvam estudantes regulares;
- contratar formados como colaboradores em diversas áreas acadêmicas e administrativas;
- organizar eventos com egressos, por área. Essa ação objetiva o retorno dos formados à Instituição e o envolvimento dos participantes com demais colegas e professores;
- promover as ações de estímulo à empregabilidade com intuito de inserção no mercado de trabalho.

Como ações já estabelecidas e futuras, pretende-se instituir um programa de colocação do egresso no mercado de trabalho, auxiliando-o na inserção do mesmo, envolvendo as seguintes atividades:

- a) Pesquisa de monitoramento - resultados preliminares indicam que 70% dos formados pela FACCAMP encontram-se empregados e 18% têm cursos de pós-graduação;
- b) Parcerias- foram estabelecidas e consolidadas parcerias com empresas e instituições, visando à divulgação permanente de vagas e à priorização do graduado da IES, desde que este possua a qualificação técnica e perfil requerido para a posição. As oportunidades recebidas são organizadas e enviadas semanalmente, ao e-mail aos egressos, das mais diversas áreas;

- c) Oficinas - foram oferecidas aos ex-alunos oficinas para o desenvolvimento ou o aprimoramento de conhecimento em idiomas como inglês e espanhol. Também foram ofertadas oficinas de elaboração de currículo, comportamento em entrevista e desenvolvimento da comunicação oral;
- d) Planejamento de Carreira - pretende-se implantar o serviço de orientação no Planejamento de Carreira a ser utilizado por egressos que desejam planejar a sua trajetória e ascensão profissional, ou por aqueles que encontrarem dificuldades de atuar em sua área. Representará um apoio importante e se pretende que tenha forte adesão e reconhecimento entre o público;
- e) Política de preços - política de preços especiais para participação dos egressos em cursos de extensão e pós-graduação. A política contempla a oferta de desconto em todos os cursos da pós-graduação e extensão para estudantes laureados e não-aureados;
- f) Acesso - oferta e estímulo do acesso do egresso aos serviços de biblioteca *on-line*;
- g) Estímulo à formação - estímulo à formação de um núcleo de egressos, a partir de sites de redes sociais, a fim de manter um diálogo constante com e entre eles. Esse núcleo deverá levantar informações sobre a vida profissional do egresso, que sirvam de indicadores para uma melhor adequação dos cursos oferecidos pelo IES às exigências do mercado;
- h) Palestras - levar, por meio de palestrantes renomados, informações privilegiadas de mercado de trabalho e desenvolvimento de carreira. Deve-se trabalhar com a possibilidade de convidar organizações públicas e privadas para cadastramento de profissionais, oferta de serviços complementares e divulgação de processos seletivos para *trainees* e concursos públicos;
- i) Recadastramento - campanha de recadastramento de egressos antigos da IES, visando a recuperar dados perdidos ao longo do tempo pelo portal do aluno;
- j) Redes Sociais - campanha de estímulo à utilização de Sites de Redes Sociais para fins de relacionamento e trocas de informação. Apesar de o serviço estar disponível, compreende-se a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos e de atrair maior número de usuários, com excelentes perspectivas de retorno para os envolvidos;

- k) Relacionamento - ampliar o relacionamento institucional da IES com empresas privadas e de recrutamento. Vislumbra-se, neste caso, a organização de treinamento para melhorar o desempenho dos profissionais formados pelo IES nos processos seletivos e a captação de informações sobre competências e novas áreas a serem exploradas pelos formados;
- l) Convite à participação - convidar egressos a palestrar sobre suas experiências e vivências no mercado de trabalho em semanas de curso e eventos;
- m) Organizar as fotografias das formaturas e disponibilizá-las no site e nas redes sociais.
- n) Intercâmbio - viabilizar intercâmbio para curso de extensão.

3.16.1 POLÍTICA DE EGRESSOS

3.16.1.1 Apresentação

A concepção que fundamenta os processos de ensino e aprendizagem descritos na missão institucional Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP tem como objetivo a formação de profissionais ativos, éticos, capazes de interpretar a realidade e contribuir para as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias à construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, torna-se essencial a utilização e implantação de estratégias que possibilitem o acompanhamento e a avaliação continuada da formação, do perfil profissional do egresso, de sua inserção no mundo do trabalho e possibilidades de atualização.

Desse modo, consideramos que a implementação da Política de Acompanhamento de Egressos é indispensável para o planejamento, delimitação e reorganização das ações e políticas educacionais da instituição, especialmente aquelas relacionadas à extensão. Ao ser estabelecido, o Programa de Acompanhamento de Egressos possibilitará o levantamento de informações diversificadas sobre a formação proporcionada e sua aplicabilidade no mundo do trabalho, além de geração de base de dados que irá fundamentar o planejamento de ações específicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e marketing institucional.

3.16.1.2 Objetivos

O Programa de Acompanhamento de Egressos da FACCAMP tem como objetivos:

- a) Cadastrar os egressos e mantê-los informados sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição;
- b) Subsidiar a avaliação contínua das metodologias e conteúdos incluídos no processo de ensino aprendizagem;
- c) Conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo trabalho dos egressos associada à formação profissional;
- d) Verificar a adequação entre a formação ofertada no curso e as necessidades do mercado do trabalho;
- e) Reunir informações para o atendimento das necessidades dos egressos em relação à oferta de cursos de educação continuada;
- f) Promover a integração entre os egressos nos níveis de graduação a pós-graduação.

3.16.1.3 Programa de Acompanhamento dos Egressos

O programa de acompanhamento dos egressos trata da criação de mecanismos de verificação constante de sua atuação na sociedade, de seu desempenho profissional e da continuidade de sua formação, considerando que estes são aspectos fundamentais para a avaliação do desempenho dos Cursos e da Instituição. Acredita-se que tal ação pode subsidiar mudanças e melhorias no planejamento pedagógico e administrativo da Instituição. O programa desenvolve as seguintes ações atividades:

- Atendimento aos alunos no momento final de seus cursos. Oferta de orientação extra para os Trabalhos de Conclusão de Curso e promoção da intermediação com os diretores, orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso e docentes, numa fase de visível pressão para os discentes.
- Orientação dos alunos concluintes quanto ao encaminhamento profissional por meio de atendimentos individuais e palestras coletivas, abrangendo, desde a postura em entrevistas nas empresas, até as possibilidades de atuação no campo profissional, com dicas para aumentar o campo de atuação e/ou aumentar a empregabilidade.
- Realização de pesquisa, junto aos concluintes, sobre a satisfação com o curso e instituição e as perspectivas de atuação, o que fornece subsídios quantitativos e qualitativos, fonte de pesquisa para a Graduação, Extensão, Especialização e Avaliação Institucional.

- Cadastramento e recadastramento permanentes, que possibilitem a atualização do Banco de Dados dos Egressos e aproveitamento de ex-alunos no Corpo Funcional da Instituição.
- Disponibilização de carteirinha estudantil de ex-aluno, que estende aos ex-alunos os programas e serviços oferecidos aos discentes da Instituição (Biblioteca, Eventos Culturais, Cursos Especiais etc.).
- Realização, no decorrer do ano, de encontros de egressos em parceria com os vários cursos, inclusive com resgate da memória histórica dos egressos, possibilitando que estes divulguem suas atuações profissionais e estimulem aos discentes.
- Realização de pesquisas sobre a inserção profissional dos egressos da FACCAMP com os seguintes objetivos: verificar se o perfil do egresso em seu campo de atuação profissional é coerente com o perfil proposto no projeto pedagógico; analisar as dificuldades encontradas pelos egressos no exercício profissional em função da sua capacitação; analisar o grau de satisfação no exercício profissional, bem como os elementos que indicam e classificam essa satisfação; e, identificar a influência da Instituição e sua responsabilidade social na capacitação dos profissionais egressos.

As informações obtidas a respeito dos ex-alunos quanto ao seu trabalho e à sua localização na sociedade, bem como as trocas de experiências vivenciadas, serão importantes subsídios para o desenvolvimento de ações cujo objetivo principal é a melhoria da qualidade do ensino.

Os resultados obtidos com o programa de acompanhamento dos egressos são ferramentas extremamente valiosas para a Instituição. Possibilita a identificação de possíveis falhas no processo de ensino aprendizagem levando à reestruturação de suas ações e mudança de percurso. Esse permanente contato com os egressos possibilita à IES identificar a pertinência dos conteúdos das disciplinas, a adequação das suas propostas pedagógicas, se são compatíveis com as exigências do mercado do trabalho, e se estão, efetivamente, sendo assimilados pelos alunos. A partir da identificação de possíveis falhas as mudanças são sugeridas mudanças na condução do processo educativo e será proposta a revisão dos projetos pedagógicos.

Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade laboral do egresso se constitui de fundamental importância para eventuais modificações no processo de planejamento da instituição, de sua gestão e na avaliação periódica do seu desempenho. A troca de

experiências e de conhecimentos entre instituição e egressos certamente permitirá construir um relacionamento benéfico para ambos os lados.

O programa de acompanhamento dos egressos será absorvido e ampliado pela Faculdade de Campo Limpo Paulista e terá como objetivos principais identificar o tipo de profissional que a Instituição está colocando no mercado do trabalho, de que forma estes profissionais estão atuando, em que setores da sociedade estão inseridos e que dificuldades estão encontrando para se colocarem no mercado.

Este diagnóstico permite à Instituição encontrar formas de ajudá-los a crescer profissionalmente e a desenvolver as suas potencialidades, por meio de cursos, seminários, palestras e encontros com os docentes, entre outras atividades. Além disso, permitirá também à Instituição identificar o seu papel na sociedade, a sua vocação e a sua contextualização de modo a direcionar esforços, desenvolvendo projetos e cursos em áreas que atendam às necessidades do mercado e da sociedade na qual está inserida.

Assim, o relacionamento com os egressos receberá atenção especial e se constituirá em uma das principais políticas para o desenvolvimento do ensino e da extensão na Instituição.

CAPÍTULO 4 - POLÍTICA DE GESTÃO, POLÍTICA DE PESSOAL, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA IES E GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.

A política de gestão da Instituição, que inclui o planejamento e as ações voltadas para o pessoal do corpo docente e técnico administrativo e também, ao funcionamento da Instituição como um todo, considerando inclusive a sustentabilidade financeira, pretende estabelecer diretrizes que conduzam ao melhor uso dos recursos disponíveis para o atendimento à missão e aos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nesse propósito, o presente capítulo traz as escolhas que pretendem selecionar o instrumental que se considera mais adequado para uma gestão eficiente.

4.1 Política de Gestão

A política de gestão da FACCAMP está articulada com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta a realidade da IES, do corpo docente, a sustentabilidade de seus processos e a realidade da região, de oferta dos cursos, bem como as políticas para os docentes e técnicos - administrativos.

4.1.1 Políticas e Diretrizes Gerais

A política para a organização institucional passa pela análise objetiva do cenário interno e externo da FACCAMP e evidenciam as fragilidades (pontos fracos) e as potencialidades (pontos fortes) que esta detém para estabelecer quais são suas competências distintas no cenário competitivo.

Esta política deve considerar, principalmente, os pontos fortes, que são as características internas da FACCAMP, que lhe propiciam condição favorável no processo competitivo ou frente ao ambiente onde ela se insere.

Para tanto, definem-se estratégias, ou seja, regras e diretrizes para a tomada de decisões traduzidas como elementos de manobra que permitem à FACCAMP, maior mobilidade para fazer frente às variações mercadológicas e internas. As estratégias são os caminhos ou as maneiras pelas quais esta busca atingir seus objetivos e metas.

A FACCAMP acredita que a estratégia é uma questão de visão e de aprendizado. A visão compreende o conhecimento das forças que interferem em determinado processo, incluindo a realidade mercadológica externa e as condições internas da IES. Destaca que o aprendizado no campo da gestão é um processo heurístico, balizado pelos dados colhidos pelas avaliações internas e externas: assim como e pelas ações da instituição em que se procuram avaliar os resultados e selecionar os procedimentos positivos, visando a preparar melhor a próxima ação, solucionar as fragilidades, reavaliar as ações, em um processo contínuo de aprimoramento. O foco principal do aprendizado é a capacidade de gerenciar as mudanças.

A FACCAMP tem presente que a gestão institucional é o caminho mais adequado para se alcançarem as metas e os objetivos propostos. Desta forma, as políticas descritas a seguir pautam-se em:

- maximizar as oportunidades ou minimizar as ameaças e os riscos;
- valorizar as ações acadêmico-administrativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão para aproveitar os pontos fortes e buscar soluções com novas ações para corrigir os pontos fracos.

4.1.2 Gestão Acadêmica e Administrativa

Atendendo à missão da Instituição, a gestão acadêmico-administrativa deve ser pensada, tendo por pressupostos 1) o fortalecimento da democratização dos processos do ensino, e 2) a produção e disseminação do conhecimento, garantindo o exercício da corresponsabilidade dos sujeitos no processo de decisão. Tal gestão exige a capacidade de pensar o futuro e dar respostas aos problemas, substituindo a visão fragmentada por uma visão globalizada da instituição. Nessa perspectiva, a política de gestão deve buscar a modernização administrativa nos diversos setores da FACCAMP, visando a promover maior qualidade e eficiência nos serviços, em respeito à comunidade acadêmica e ao público externo – de maneira a se ter por pressuposto a construção da cidadania.

A política de gestão acadêmico-administrativa da IES prevê o estabelecimento de um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, amplie parcerias, desenvolva a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, tendo em vista respostas mais qualificadas às novas demandas e aos desafios do nosso tempo.

São diretrizes da política de gestão acadêmico-administrativa da IES:

- a) implementar avaliações como processo sistemático, formativo e democrático, que favoreça o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento do desempenho institucional;
- b) produzir, ágil e continuamente, informações gerenciais, de modo a possibilitar a identificação de problemas e subsidiar as alternativas de solução dos dirigentes;
- c) avaliar a administração acadêmica e o planejamento global da instituição, corrigindo rumos e melhorando a qualidade da gestão;
- d) promover a agilização e flexibilização administrativa e acadêmica;
- e) integrar e articular os processos e as atividades de planejamento;
- f) articular, em rede, todas as formas de planejamento e avaliação realizadas no IES;
- g) aprimorar base de dados institucionais, para subsidiar o gerenciamento e a avaliação das políticas acadêmicas, mediante o uso dos recursos tecnológicos que facilitem a circulação de informações e integrem os processos de gestão;
- h) estruturar setores de suporte às atividades acadêmicas.

4.1.3 Gestão de Pessoas

Toda e qualquer organização depende, em maior ou menor grau, do desempenho dos seus funcionários para seu sucesso. Por esse motivo, organiza-se para gerenciar e orientar o comportamento humano no seu ambiente de trabalho. Assim, a IES contempla, em suas atividades e no seu planejamento estratégico, as políticas de gestão de pessoas.

Neste sentido, a FACCAMP elaborou um conjunto de políticas e diretrizes gerais que delimitam as ações da gestão para o corpo docente, funcionários técnicos-administrativos e corpo discente. Ficou compreendida pelos gestores dessa instituição que o processo de normatização das políticas de gestão de pessoas, dentro da IES, é uma atividade estratégica. Desta maneira, entende-se que, ao definir essas políticas, a FACCAMP está enviando à sua comunidade acadêmica e funcional, mensagens que dizem respeito às crenças e aos valores mais profundos dos seus gestores.

Nesta perspectiva, a política que norteou a IES na estruturação de um corpo de recursos humanos orgânico à filosofia institucional teve como base as seguintes diretrizes gerais:

- manter o corpo docente e os funcionários técnico-administrativos comprometidos com a missão da IES;

- manter um ambiente agradável e harmonioso de relacionamento respeitoso, valorizando a confiança, a lealdade e a ética profissional;
- assegurar processos de seleção e promoção baseados nos princípios da competência e do perfil do profissional da IES;
- promover o desenvolvimento e a capacitação do corpo docente e dos funcionários técnico-administrativos por meio de programas e cursos internos e externos de treinamento/aperfeiçoamento;(cursos de Brigada de Incêndio, Primeiros Socorros, cursos da SEMESP e ABMES).
- manter políticas de remuneração e benefícios de acordo com as boas práticas do mercado de trabalho;
- aprimorar a aplicação dos planos de carreira docente e pessoal técnico-administrativo, tendo em vista, assegurar o enquadramento na categoria, na classe e no nível adequados;
- manter um ambiente de trabalho harmonioso, oferecendo os recursos necessários para um bom desenvolvimento profissional;
- incentivar o trabalho em equipe, proporcionando um ambiente participativo que estimule a atuação dos profissionais na realização de suas tarefas, instrumentalizando-os para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como, a iniciação científica, serviços e gestão acadêmica da IES;
- assegurar que todos os funcionários da IES devem trabalhar para atuar com responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade;
- proporcionar segurança e qualidade de vida no trabalho a todos que participam da execução das atividades da IES.

4.1.4 Bem-Estar

A FACCAMP está consciente de que o bem-estar dos colaboradores (professores e funcionários técnico-administrativos) é tão importante quanto o bem estar dos alunos, uma vez que, isso, faz parte da cultura do Mantenedor e da Direção, desde o início.

Assim sendo, melhorar a qualidade de vida desses colaboradores é um dos alvos a serem atingidos pela IES. Isso implica nas seguintes diretrizes:

- a) manter um clima agradável que se traduza num bom ambiente para trabalhar e fazer amigos;

- b) proporcionar aos funcionários encontros como festas mensais de confraternização, almoços, viagens por mérito e tempo de trabalho, que propiciem crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando sua segurança e autoconfiança;
- c) buscar e implementar medidas para a redução dos fatores que desencadeiam o estresse;
- d) ouvir os colaboradores mediante instrumentos de autoavaliação, apresentando e discutindo os resultados obtidos e solucionando os problemas passíveis de solução;
- e) fazer da reorganização dos setores de trabalho um fator permanente de bem-estar dos colaboradores, reavaliando-a, periodicamente, com vistas à correção de desvios e barreiras ao bom desempenho e à criação de um clima favorável ao exercício profissional;
- f) manter a tradição de ser uma Instituição, na qual o clima de respeito entre os gestores e os colaboradores e destes com seus colegas de trabalho é uma realidade, incentivando-os a trabalhar em grupo, a participar de equipes e grupos de trabalho e a investir na troca e na ajuda mútua, com vistas à obtenção de melhores resultados.

4.2 Política de Pessoal

A Política de Pessoal da Instituição abrange o planejamento e as ações que visam ao aprimoramento dos quadros docente/tutores e do pessoal técnico-administrativo, os quais devem atuar na consecução dos objetivos e desígnios da Instituição.

Esta política fundamenta-se em pressupostos que devem nortear o crescimento, a renovação e a qualidade das atividades acadêmicas, as quais contemplam como diretrizes para a organização administrativa e de gestão:

- a integração entre os coordenadores de cursos e programas no desempenho das suas funções como gestores;
- o comprometimento com a responsabilidade social e posturas pautadas na educação, na ética e na liberdade de expressão;
- uma gestão participativa colegiada;
- o aprimoramento contínuo de pessoal mediante treinamentos, eventos e cursos.

Além disso, as metas e as ações gerais de organização administrativa do período deste PDI são:

- manter e dar continuidade ao plano de capacitação permanente do pessoal docente e técnico administrativo;
- realizar encontros periódicos com dirigentes e representantes dos docentes e técnico-administrativo para debater o desempenho institucional;
- desenvolver mecanismos de envolvimento do corpo docente e do pessoal técnico- administrativo no processo de planejamento;
- disseminar a cultura da avaliação continuada interna e externa com ações que conduzam a comunidade interna a compreender seu papel nesse processo.

A seguir, são apresentadas as políticas voltadas à gestão dos recursos desses dois segmentos da Instituição.

4.2.1 Política do Pessoal Docente

A política do pessoal docente/tutores da IES é regida por atos internos que regulam a matéria, que inclui o Quadro de Carreira do Pessoal Docente, aprovado em 2014 e protocolado no Ministério do Trabalho, sob no. 462550016182012, conforme documento a ser disponibilizado na visita *in loco*.

4.2.1.1 Política de Contratação do Pessoal Docente

A contratação do pessoal docente/tutor da IES ocorre mediante concurso aberto aos interessados que atendam às condições previstas no respectivo edital e no Quadro de Carreira Docente. O respectivo edital é aberto pelo Diretor da Faculdade, no qual há a especificação das vagas e sua quantidade.

Os interessados em participar do processo seletivo para docente/tutor da IES que atenderem aos requisitos do edital, devem protocolar, no setor de Recursos Humanos, o *curriculum vitae* e cópias dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos.

A contratação de professores/tutores segue um planejamento que atenda à demanda de novos recursos humanos, conforme a implantação de novos cursos e a necessidade por profissionais do magistério que atendam às expectativas de qualificação e experiência, de acordo com o edital de contratação dos docentes.

Sem comprometer os níveis mínimos esperados de titulação, experiência profissional e experiência no magistério para a oferta de um ensino de qualidade, a IES contrata professores/tutores que tenham titulação docente adequada com os critérios estabelecidos no plano de carreira e nos editais, inclusive para se tornar Centro Universitário.

4.2.1.2 Política de Formação e Capacitação do Pessoal Docente

Com a finalidade de atender os docentes/tutores em suas necessidades de atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional, a IES conta com o programa de capacitação docente (PCD), que oferece incentivo e auxílio à participação em eventos, capacitação continuada e qualificação. O programa oferece auxílio financeiro aos docentes/tutores em duas modalidades:

I – PCD-Eventos

II – PCD-Estudos

Os programas PCD-Eventos e PCD-Estudos objetivam, respectivamente, apoiar a participação em eventos nacionais/internacionais e a participação em programas de mestrado e doutorado.

As solicitações para participação nesses programas devem ser enviadas à direção da IES, sendo que o docente/tutor poderá solicitar auxílio para participação em eventos.

O auxílio poderá envolver o pagamento da taxa de inscrição e/ou hospedagem e/ou deslocamento, conforme regulamento do PCD.

Os seguintes critérios aplicam-se à análise de pedidos para participação no programa PCD-Eventos:

- VI. a quantidade de recursos disponíveis;
- VII. a importância do evento para atuação do docente em sua área;
- VIII. o parecer do coordenador do curso em que o docente atua;
- IX. a carga horária de dedicação do docente/tutor na faculdade;
- X. o tempo de contratação do docente/tutor, sendo exigido um mínimo de um ano;
- XI. a avaliação da participação em programas anteriores.

As solicitações referenciadas para participação no programa PCD-Eventos deverão ser efetuadas em formulário, próprio com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias).

Os seguintes critérios aplicam-se à análise de auxílio à participação no programa PCD-Estudos:

- VI. quantidade de recursos disponíveis;

- VII. contribuição do programa de pós-graduação para atuação do docente/tutor na sua área;
- VIII. situação do programa de pós-graduação perante os órgãos de avaliação competentes (autorização, reconhecimento, credenciamento);
- IX. parecer do coordenador do curso em que o docente/tutor atua;
- X. carga horária de dedicação do docente/tutor na IES;
- XI. tempo de contratação do docente/tutor;
- XII. avaliação da participação em programas anteriores.

4.2.1.3 Política de Substituição Eventual do Pessoal Docente

Existindo a necessidade de substituição eventual decorrente de não comparecimento do professor à aula, o docente/tutor deverá comunicar, com antecedência, ao coordenador do curso e ao setor responsável pelos docentes, o qual verificará a possibilidade de substituição por outro professor/tutor.

Na impossibilidade da substituição por outro professor/tutor, o professor/tutor ausente deverá encaminhar previamente uma atividade para ser aplicada à turma, que contará com um mediador (auxiliar de ensino) para aplicação da atividade. Após a aplicação, a atividade será encaminhada ao professor/tutor para correção e posterior devolução à turma.

Na hipótese de substituição definitiva do professor/tutor será designado, imediatamente, novo profissional que assumirá a disciplina até o fim do semestre letivo. Esta substituição levará em consideração os mesmos critérios da Política de Atribuição de Disciplinas.

4.2.1.4 Política de Atribuição de Disciplinas do Pessoal Docente

A atribuição de disciplinas ao pessoal docente/tutor, que visa à qualidade do ensino que oferece, obedece aos seguintes critérios:

- adequação do conteúdo da disciplina com a prática profissional do docente/tutor e sua formação acadêmica;
- adequação das disciplinas que adotem metodologias conhecidas pelos docentes/tutores nomeados.

Além disso, a IES zela para que o docente/tutor leccione apenas disciplinas que tenham proximidade temática, ou seja, que integrem a mesma matéria ou sejam da mesma área.

4.2.1.5 Política de Regime de Trabalho do Pessoal Docente

O docente/tutor da IES é contratado sob o regime de tempo integral, tempo parcial ou tempo especial, conforme carga horária estabelecida a cada semestre.

O regime de tempo integral caracteriza-se pela contratação de 40 horas de trabalho semanais, das quais são dedicadas, no máximo, 20 horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência, tais como: orientação, pesquisa e outras afins. Para Centro Universitário, segue normativa específica para esse ato autorizativo.

O regime de tempo parcial se caracteriza pela contratação mínima de 12 horas de trabalho semanais, as quais são dedicadas, no máximo, 75% das horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência.

O regime de tempo especial é aquele que não se caracteriza como de tempo integral ou de tempo parcial, de maneira a contemplar também o regime horista.

4.2.1.6 Política de Progressão na Carreira do Pessoal Docente

A progressão na carreira docente/tutor ocorrerá, alternadamente, a cada ano, por merecimento e antiguidade, mediante solicitação do docente/tutor e conforme vagas existentes no quadro da carreira docente, divulgadas mediante edital no mês de outubro de cada ano.

As promoções por merecimento ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria e de uma categoria para outra. As promoções por antiguidade ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria.

As solicitações de progressão na carreira serão protocoladas no setor de Recursos Humanos, conforme o edital e serão acompanhadas de documentação que fundamente o pedido. A avaliação e a classificação dos interessados serão feitas pela Comissão de Seleção e Avaliação Docente. Os benefícios decorrentes da promoção na carreira serão pagos pela Mantenedora, a partir de fevereiro do ano seguinte ao concurso.

São critérios para a progressão na carreira docente/tutor, conforme a categoria funcional: diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; certificado de curso de especialização obtido nos termos da legislação vigente; tempo de experiência no magistério superior; experiência profissional fora do magistério superior, na área de conhecimento pretendida; frequência ou, conclusão dos créditos ou,

conclusão do curso de mestrado; frequência ou, conclusão dos créditos ou, conclusão do curso de doutorado, na área de atuação acadêmica.

Integram ainda, os critérios para a progressão na carreira docente/tutor a avaliação individual do desempenho em sala de aula e tutoria, no âmbito da avaliação institucional.

4.2.2 Política do Pessoal Técnico-Administrativo

A política do pessoal técnico-administrativo da IES é regida por atos internos que regulam o assunto, que inclui o Quadro de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, aprovado em 2014 e protocolado no Ministério do Trabalho, sob no. 462550026092014, a seguir apresentada.

4.2.2.1 Política de Contratação do Pessoal Técnico Administrativo

A contratação do pessoal técnico-administrativo da IES ocorre mediante concurso aberto aos interessados que atendam às condições previstas no edital e no Quadro de Carreira respectivos. No edital, amplamente divulgado e disposto no portal da Instituição, há a especificação das vagas e quantidade, garantindo visibilidade e acesso aos interessados.

Os interessados em participar do processo seletivo que atenderem aos requisitos do edital, devem protocolar, no setor de Recursos Humanos, o *curriculum vitae* e cópias dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos.

A contratação do pessoal técnico-administrativo segue um planejamento que atenda à demanda de novos recursos humanos, conforme o desenvolvimento da IES e as necessidades por profissionais que atendam às expectativas de qualificação e experiência.

São critérios para a contratação do pessoal técnico-administrativo: adequação da formação acadêmica do candidato para a vaga pretendida; adequação da formação em cursos gerais e livres para a vaga pretendida; tempo de experiência profissional na atividade pretendida e conhecimento técnico da área pretendida, a ser mensurado mediante entrevista e/ou avaliação escrita.

4.2.2.2 Política de Formação e Capacitação do Pessoal Técnico Administrativo

A IES oferece Plano de Formação e Capacitação do pessoal técnico-administrativo que inclui o incentivo e auxílio para a frequência aos cursos, palestras e outros eventos que contribuam para o aprimoramento profissional e pessoal.

A participação nas ações desse plano é custeada pela IES e prevê cursos de línguas, inclusive, da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Ainda, integra o Plano nos termos da Convenção Coletiva de Trabalho, a concessão de bolsa de estudo integral em cursos de graduação e pós-graduação de instituição da Mantenedora.

Essas bolsas estão limitadas a duas e, no caso da pós-graduação, o curso a ser frequentado deve integrar área correlata à de atuação do beneficiário. As bolsas são mantidas durante os períodos de afastamento remunerado e haverá perda da mesma em caso de reprovação no período letivo. As disciplinas cursadas em dependência não integram a bolsa e esta será novamente concedida, após aprovação no respectivo período letivo de reprovação.

4.2.2.3 Política de Progressão na Carreira do Pessoal Técnico- Administrativo

No que concerne à progressão na carreira horizontal e vertical do pessoal técnico-administrativo ressalta-se que esta ocorre, alternadamente, a cada ano, por merecimento e antiguidade, conforme vagas existentes no quadro da carreira.

No tocante às promoções por merecimento, estas ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria e de uma categoria para outra. Já as promoções por antiguidade ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria.

As solicitações de progressão na carreira serão protocoladas no setor de Recursos Humanos, conforme o edital e serão acompanhadas da documentação que fundamente o pedido. A Comissão de Seleção e Avaliação fará a análise dos pedidos de progressão na carreira. Quanto aos efeitos pecuniários e funcionais, decorrentes da promoção na carreira, ocorrerão a partir de fevereiro do ano seguinte ao concurso.

São critérios para a progressão na carreira do pessoal técnico-administrativo: atendimento às qualificações exigidas pelo cargo; produtividade; conhecimento técnico do serviço; qualidade do trabalho; relacionamento interpessoal; comunicação; organização; cumprimento de prazos; cumprimento de metas; pontualidade do horário de serviço; assiduidade ao trabalho; interesse e dedicação.

Os critérios para a progressão na carreira são apurados mediante avaliação de desempenho, realizada em conjunto entre o candidato e o superior hierárquico.

4.3 Cronograma de Expansão do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico- Administrativo

Quadro 3 - Metas de Capacitação Pessoal Docente/Tutor

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE/TUTOR				
	2016	2017	2018	2019	2020
Doutorado	0%	0%	1%	1%	1%
Mestrado	0%	1%	1%	1%	1%
Especialização	1%	1%	1%	2%	2%
Aperfeiçoamento	2%	2%	2%	2%	2%
Treinamento	5%	5%	5%	5%	5%
Eventos Diversos	5%	7%	7%	7%	7%

Quadro 4 - Metas do Plano de Carreira Docente

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DOCENTE/TUTOR				
	2016	2017	2018	2019	2020
Tempo Integral	25%	25%	25%	25%	25%
Tempo Parcial	35,7%	35%	35%	35%	35%

Quadro 5 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 1/2016 – Por Titulação

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	%
Doutor	57	29,1%
Mestre	68	34,7%
Especialista	71	36,2%
TOTAL	196	100%

Quadro 6 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 1/2016 – Por Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	%
Tempo integral (40h)	50	25,5%
Tempo parcial (12h a 40h)	70	35,7%
Horista	76	38,8%
TOTAL	196	100%

Quadro 7 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Titulação

TITULAÇÃO	QUANTIDADE DE DOCENTES/TUTORES A SEREM CONTRATADOS POR ANO					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Doutor	3	2	2	2	2	11
Mestre	2	3	3	3	3	14
Especialista	3	3	3	3	3	15
TOTAL	8	8	8	8	8	40

Quadro 8 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE DE DOCENTES/TUTORES A SEREM CONTRATADOS POR ANO					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Tempo Integral	3	2	2	2	2	11
Tempo Parcial	2	3	3	3	3	14
Horista	3	3	3	3	3	15
TOTAL	8	8	8	8	8	40

Quadro 9 - Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

FUNÇÃO/CARGO/ATIVIDADE	QUANTIDADE/ANO					TOTAL
	2016	2017	2018	2019	2020	
Funções previstas no Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo	12	12	12	12	12	60

Quadro 10 - Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL				
	2016	2017	2018	2019	2020
Doutorado	0%	0%	0%	0%	0%
Mestrado	0%	0%	0%	0%	0%

Especialização	1%	1%	1%	2%	2%
Graduação	2%	2%	2%	2%	2%
Aperfeiçoamento	5%	5%	5%	5%	5%
Treinamento	5%	7%	7%	7%	7%
Eventos Diversos	1%	1%	1%	2%	2%

4.4 Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira da instituição permite realizar os seus programas de investimentos. As metas e ações apresentadas neste PDI deverão ser feitas de acordo com os investimentos em recursos humanos e infraestrutura. A instituição utiliza recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, de modo que, sendo necessário, poderá haver um aporte por parte da entidade mantenedora da instituição e também, recursos de financiamentos junto às instituições financeiras (BNDES, bancos, etc).

Apesar das dificuldades (inadimplência, evasão, etc) encontradas na geração de receitas, pode-se afirmar que a sustentabilidade financeira será suprida com a capacidade da instituição em gerar receitas na forma de mensalidades, emolumentos e serviços (combatendo a inadimplência, elaborando formas de manter o aluno na instituição e ampliando a sua oferta de serviços na comunidade), para manter suas atividades e projetos em andamento, visando a produzir resultados (realizando sua missão, alcançando metas, ações e objetivos).

4.4.1 Aspectos Financeiros e Orçamentários

A Instituição tem utilizado o orçamento, a execução orçamentária e financeira como instrumentos gerenciais capazes de orientar e subsidiar a administração na tomada de decisão.

Também, no intuito de maximizar os recursos orçamentários disponíveis para o atendimento de necessidades para a implementação das ações e metas previstas neste PDI, bem como os investimentos direcionados às diversas áreas, estabeleceu-se, como estratégias para a gestão orçamentária e financeira:

- a) priorização dos recursos orçamentários e financeiros às atividades que possibilitem a sustentabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- b) racionalização e acompanhamento rígido dos gastos com custeio, evitando-se o desperdício de recursos e contribuindo com a sustentabilidade ambiental e financeira;

c) desenvolvimento de parcerias com instituições, busca de recursos em agências de fomento, visando à maximização de resultados e diminuição de custos;

d) priorização dos projetos e atividades conforme cronograma estabelecido neste PDI e disponibilidade orçamentária.

4.4.2 Políticas de Sustentabilidade Financeira

São políticas de sustentabilidade financeira:

- criar estratégia de gestão, visando a racionalizar os recursos financeiros para implementação das ações e metas previstas na vigência do PDI;
- incentivar a busca de recursos financeiros em agências de fomento;
- buscar parcerias com empresas e instituições;
- alcançar bons índices avaliativos no ENADE e avaliações externas para ampliação de número de bolsas FIES e Escola da Família⁷;
- ampliar o número de bolsas FIES e PROUNI;
- trabalhar a visibilidade da Instituição por meio de seus índices avaliativos e conceitos de curso;
- divulgar a imagem da Instituição, visando divulgação e captação de alunos;
- criar estratégias de contratação do corpo docente qualificado e melhorar as condições de ensino, pesquisa e extensão, como forma de garantir a visibilidade das ações da IES e sua divulgação;
- priorizar os investimentos em material permanente e equipamento, diversificando os recursos para o atendimento de todas as áreas;
- otimizar recursos orçamentários para o atendimento às todas as necessidades relacionadas às obras de melhoria e de expansão da infraestrutura, bem como ampliações e novas construções de instalações físicas, laboratórios, áreas administrativas que atendam às demandas dos cursos e núcleos da Instituição;
- otimizar, por meio de equipe própria, serviços de manutenção;
- priorizar as obras necessárias ao desenvolvimento da instituição;

⁷<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>
<http://www.faccamp.br/site/bolsas/programa>

- buscar a captação de alunos para os cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- criar mecanismos de retenção dos discentes;
- contribuir para a sustentabilidade ambiental, otimizando uso e gasto com materiais de escritório como papel, lápis e tinta para impressora;
- otimizar o uso de equipamentos elétricos, como impressoras;
- incentivar o uso sustentável de energia elétrica;
- elaborar campanhas para otimização do uso de recursos hídricos;
- ampliar a visibilidade da Instituição por meios de programas e ações de extensão, entre outros.
- realizar uma projeção de acordo com as demandas regionais para a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, após estudos de viabilidade financeira.

4.4.3 Mecanismos de Definição do Orçamento da Instituição

A definição do orçamento da Instituição, bem como da alocação dos recursos, é elaborada a partir das metas, objetivos e cronograma de expansão da Instituição.

Com base em documentos avaliativos e metas avaliativas elaborados pela CPA e disponibilizados no site da IES, <http://www.faccamp.br/site/cpa/principal>, são colhidas informações junto aos egressos, sociedade civil, ouvidoria, entre outros, e elaborados planos gestores para definir a alocação dos recursos, a gestão orçamentária e as ações e metas propostas no PDI. Esses planos gestores são elaborados em conjunto com a mantenedora, setores administrativos, financeiro e com a direção acadêmica.

4.4.4 Política de Alocação de Recursos

O plano de investimento é feito através de orçamento e depende das receitas da instituição e dos índices da economia como um todo. Os investimentos necessários à instituição visam a consolidar e a expandir a oferta de cursos e vagas, a atingir o plano de ação e metas, além de possibilitar a ampliação com qualidade das atividades da instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão. Para isto, é destinado um aporte de recursos que deverá ser suficiente para cobrir as necessidades de custeio, pessoal e investimentos. As ações de investimento para a instituição terão como princípio as diretrizes do PDI, desenvolvido no âmbito da instituição. Este tem como fator principal o enquadramento do

plano de ações e metas e o planejamento de infraestrutura em concordância com as necessidades pedagógicas.

4.4.5 Metas e Ações

As metas e ações garantem tanto a sustentabilidade financeira da instituição como permitem realizar os seus programas de investimentos. As metas e ações apresentadas neste PDI deverão ser feitas de acordo com os investimentos em recursos humanos e infraestrutura. A instituição utiliza recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, de maneira que, caso necessário, poderá haver um aporte por parte da entidade mantenedora da instituição e também recursos de financiamentos junto às instituições financeiras (BNDES, bancos, etc).

Apesar das dificuldades (inadimplência, evasão, etc) encontradas na geração de receitas, a Instituição tem como metas a serem cumpridas: suprir a capacidade da instituição em gerar receitas na forma de mensalidades, emolumentos e serviços (combatendo a inadimplência, elaborando formas de manter o aluno na instituição e ampliando a sua oferta de serviços na comunidade), para manter suas atividades e projetos em andamento, visando a produzir resultados (realizando sua missão, alcançando metas, ações e objetivos).

4.4.6 Estratégia da gestão econômico-financeira

A Instituição trabalha com o conceito de que o orçamento é mais do que uma simples previsão de receitas e estimativa de despesas. O orçamento moderno transformou-se em um mecanismo de administração composto por inúmeras funções, que têm como objetivo fundamental orientar e subsidiar a administração na tomada de decisão em relação às ações acadêmico-administrativas.

As instituições de educação superior particulares têm como principal fonte financiadora, senão única, as mensalidades dos alunos, portanto, o planejamento e gerenciamento administrativo, contábil e financeiro também têm o escopo de maximizar os recursos orçamentários disponíveis para o atendimento de uma gama de necessidades tanto de custeio, quanto de investimentos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. Tendo em vista, estes princípios básicos, a Instituição definiu suas estratégias para a gestão econômico-financeira, para vigência deste PDI, conforme segue:

- disponibilização de recursos orçamentários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- racionalização e acompanhamento dos gastos com custeio, evitando-se o desperdício de recursos;
- estímulo à elaboração de projetos que possibilitem a captação de recursos em agências de fomento às atividades de pesquisa e extensão;
- desenvolvimento de parcerias, visando a captação de recursos e redução dos custos.

Todo planejamento financeiro será previsto e executado na vigência deste PDI, com as respectivas dotações orçamentárias para áreas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade presencial e EAD.

4.4.7 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

Tabela 25 - Demonstrativo Financeiro 2016

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2016	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 26 - Demonstrativo Financeiro 2017

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2017	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 27 - Demonstrativo Financeiro 2018

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2018	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 28 - Demonstrativo Financeiro 2019

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2019	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 29 - Demonstrativo Financeiro 2020

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPESAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2020	
RECEITAS	
DESPESAS	
TOTAL GERAL	

A projeção para o quinquênio 2016 a 2020, apresentada na tabela acima, embora se baseie nos estudos de planejamento estratégico que subsidiaram a elaboração deste documento, depende, para sua concretização, do cenário macroeconômico brasileiro e, em decorrência da globalização, dos setores de prestação de serviço em âmbito mundial.

Para dar sustentabilidade financeira ao projeto de expansão da Instituição, o gerenciamento e planejamento orçamentário devem garantir o crescimento da receita, por

meio da captação de novos alunos de graduação e de pós-graduação, bem como da manutenção da mensalidade média dos cursos e geração de *superavit* para subsidiar investimentos. O **Quadro 11** a seguir, traz a previsão orçamentária de receita líquida, investimentos, custeio e manutenção para o período de 2016 a 2020.

Quadro 11 - Previsão das Receitas de Anuidades e Projeção do Corpo Discente para o Quinquênio 2016/2020

RECEITA COM MENSALIDADES						
Ano	Cursos de Graduação		Cursos Pós-Graduação		TOTAIS	
	Estud.	R\$	Estud.	R\$	Estud.	R\$
2016	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-
2019	-	-	-	-	-	-
2020	-	-	-	-	-	-

* Receita

** Abreviatura de estudante

Além das receitas com mensalidades dos cursos de graduação e de pós-graduação, a Instituição conta ainda com a receita proveniente das Taxas de Matrículas, Inscrições, Convênios e Outras Receitas, que são apresentadas no **Quadro 12** a seguir, onde também são demonstradas as Bolsas de Estudos e a Inadimplência para graduação e para a pós-graduação, sendo que a evasão já considerada (deduzidas) diretamente nas matrículas totais de cada ano.

Quadro 12 - Receitas Totais Anuais

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Graduação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós- Graduação: Especializações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subtotal Receita Operacional:</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas Graduação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA BRUTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bolsas de Estudo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- **Custeio e Despesas**

Os valores são planejados com base na remuneração do pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo, aprovados pela Mantenedora. À remuneração são acrescidos os encargos sociais e trabalhistas. A previsão dos valores para o quinquênio em planejamento é apresentada a seguir, no **Quadro 13**.

Quadro 13 - Custeio de Recursos Humanos

CUSTEIO E DESPESAS COM PESSOAL	2016		2017		2018		2019		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal Docente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Técnico- Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

As atividades institucionais demandam de recursos para o custeio e para as despesas operacionais e de manutenção da infraestrutura, sendo estas representadas pelo **Quadro 14**, a seguir.

Quadro 14 - Custeio e Despesas em Geral

CUSTEIO E DESPESAS COM PESSOAL	2016		2017		2018		2019		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Capacitação Docente e dos Técnicos-Administrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e Conservação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Gerais Administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Laboratório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel e IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propaganda e Anúncios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Gráficos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa, Extensão e Iniciação Científica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

4.5 Plano de Investimentos

Os resultados positivos, entre a receita total e as despesas e custeio, são aplicados em investimentos, na forma especificada neste plano.

Os investimentos em biblioteca, laboratórios (máquinas e equipamentos) e informática (atualização tecnológica e ampliação de *hardware* e *software* para os laboratórios de informática e demais setores e equipamentos em constante evolução tecnológica), são prioritários para a Instituição.

Todos os investimentos são realizados com recursos alocados a partir dos resultados financeiros apurados ano a ano, como se infere nos demonstrativos apresentados. A Mantenedora, na eventualidade de resultados anuais desfavoráveis, garantirá os investimentos necessários ao desenvolvimento e crescimento institucional, através das suas reservas, como é demonstrado a seguir.

O quadro geral de investimentos é apresentado a seguir, no **Quadro 15**.

Quadro 15 - Quadro Geral de Investimentos

INVESTIMENTOS	2016		2017		2018		2019		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Materiais Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática (Equipamentos e Programas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório (Máquinas, Equipamentos, Móveis)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo Bibliográfico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e Readaptação de Prédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em conclusão, como se depreende dos quadros e das demonstrações apresentadas, a Instituição reúne condições financeiras adequadas para os cursos, programas e projetos aos quais se propõe, restando ainda, ao final de cada exercício, um saldo positivo que é destinado à formação de um prudente fundo de reserva, administrado pela Mantenedora para garantia institucional.

4.6 Política de manutenção do acervo acadêmico

Todo o acervo sob guarda da IES é permanentemente organizado e está em condições adequadas de conservação, fácil acesso, pronta consulta, conforme as normativas do MEC, da Portaria MEC nº 1224/2013, apontando para o fato de que a FACCAMP possui uma política devidamente implantada para a manutenção e guarda do acervo acadêmico.

E no tocante à organização do acervo acadêmico está prevista a pronta disponibilidade de consulta averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão, bem como da CPA.

A comprovação de existência de documento de indicação do “Depositário do Acervo Acadêmico” (DAA) ao MEC, em cumprimento ao art 3º da Portaria do MEC nº 1224/2013, foi enviada a SERES em 05 de maio de 2014, pela Portaria IECLP Nº 01_05/2014, indicando o fiel depositário.

CAPÍTULO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

No Eixo 5, está descrita a Infraestrutura Física e que corresponde à dimensão 7 do SINAES.

5.1 Políticas para Infraestrutura

A IES tem por política oferecer modernidade e funcionalidade em relação à infraestrutura, proporcionando à comunidade acadêmica maior conforto e eficiência na execução das propostas pedagógicas.

Os equipamentos são atualizados em função das necessidades dos cursos e do avanço tecnológico. A manutenção preventiva dos equipamentos é realizada através de técnicos, contratados pela instituição e a corretiva é terceirizada às empresas especializadas.

A construção dos prédios e instalações é realizada por empresas de comprovada competência. Do mesmo, a manutenção e conservação das instalações físicas são terceirizadas, sendo realizadas por empresas especializadas.

Mediante o exposto, A IES tem como políticas balizadoras da gestão da infraestrutura:

- adequação da infraestrutura aos padrões de qualidade definidos para as diversas áreas de atuação da Instituição;
- processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura;
- pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão;
- não duplicação da infraestrutura para o mesmo fim;
- manutenção regular e constante.

O *Campus* que constitui a Instituição está instalado em uma área de aproximadamente 14.000 m². Hoje, transcorridos mais de 16 anos, a Instituição conta com instalações necessárias ao funcionamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos espaços que abrigam toda a sua administração e serviços de apoio técnico.

Com o crescimento de suas atividades e, em especial, o aumento de cursos, o *campus* tem, segundo orientação da Mantenedora, buscado racionalizar e otimizar seus recursos físicos.

Vale destacar que se objetiva a implantação de um sistema acadêmico único, a centralização dos cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* no *Campus*, Já que a IES mantém sua política de manutenção e melhor adequação de sua infraestrutura com vistas a atender as demandas atuais e futuras.

Uma vez que as instalações foram planejadas para a oferta de cursos em nível superior, o *campus* funciona em um complexo de prédios e anexos. Todas as instalações são modernas, bem como sua manutenção e conservação são constantes, buscando-se a contínua adequação dos espaços físicos às necessidades acadêmicas e ao bem-estar dos usuários. Sobre as instalações, cabe, ainda mencionar que: atendem de forma ampla às normas de iluminação para ambientes internos, acústica e ventilação; possuem rotina de limpeza, fato que proporciona um ambiente agradável e saudável para sua comunidade; atentam aos critérios de acessibilidade e de segurança.

Na tabela a seguir, apresenta-se um resumo da Instituição e de suas respectivas áreas construídas e na sequência, um resumo da estrutura física.

Tabela 30 - Resumo da Estrutura Física

PRÉDIOS	Salas de Aula	Biblioteca	Anfiteatro	Lab. Biológicas e Químicas	Lab. Informática/ Pedagogia	Lab. Engenharia e Física	Sanitários	Sanitários PNE	Lab. Aeronaves	Lab. Comunicação
Prédio 1	15						4	4		
Prédio 2	7						6			4
Prédio 3	14					1	8	1		
Prédio 4	1			11		3	6	1		
Prédio 5					6		6	2		
Prédio 6	9		1				6			
Prédio 7	23	1		1	1		8	8		
Prédio 8	18						4			
Prédio 09						5	2	2	1	
Prédio 10 Sala de Música	1						2			
Prédio 13	13						6	3		
TOTAL	101	1	1	12	7	9	58	21	1	4

- Prédio 1 (15 salas de aula com média de 64m², 8 banheiros; *hall* de convivência, corredores e escadarias).
- Prédio 2 (07 salas de aula com média de 74m², secretaria geral, gabinetes de professores, sala dos professores, tesouraria, sala da CPA, 02 salas da direção, sala de reunião da direção, 1 laboratório de rádio, TV e internet, 1 laboratório de fotografia, 1 estúdio de TV, 1 laboratório multimídia, 6 banheiros, lanchonete, espaços de convivência e corredores).
- Prédio 3 (14 salas de aula com média de 83m², laboratório de engenharia civil com 50 m², núcleo de assistência jurídica, salas de apoio psicopedagógico, cozinha para funcionários, almoxarifado, corredores, 8 banheiros, 1 sanitário PNE, área de convivência e lanchonete).
- Prédio 4 (3 salas de aula com média de 60,5m², 1 laboratório de enfermagem, 1 laboratório de morfologia humana, 1 laboratório de química geral e dos solos, 1 laboratório de química geral; 1 laboratório de química orgânica e segurança no trabalho, 1 laboratório de farmacotécnica, 1 laboratório de eletroterapia, 1 laboratório de microbiologia, 1 laboratório de cinesioterapia, 1 laboratório de microscopia, 1 laboratório de engenharia civil, 1 laboratório de instalações elétricas, 1 laboratório de pneumática e automação industrial, 1 laboratório de análises clínicas, *hall* de convivência, 6 banheiros, 1 banheiro PNE, escadas, corredores e 2 lanchonetes).
- Prédio 5 (6 laboratórios de informática com média de 66m², 6 banheiros, 2 sanitários PNE, *hall*, corredores e escadas).
- Prédio 6 (9 salas de aula com média de 67m², 1 anfiteatro com 450 m², 6 banheiros, *hall*, corredores e escadarias).
- Prédio 7 (23 salas de aula com média de 73m², 1 laboratório, 1 biblioteca com laboratório de informática com 700m², 8 banheiros, 8 sanitários PNE, *hall* e rampas acessíveis).
- Prédio 8 (secretaria de pós-graduação *lato e stricto sensu*, gabinetes de pesquisador, gabinetes individuais de pesquisa para alunos, sala de pesquisa de aluno, sala de reunião, salas de convivência, 18 salas de aula com média de 50m², 4 banheiros, corredores e escadas).

- Prédio 09 (2 laboratórios de física, 2 laboratórios de eletrônica, 1 laboratório de aeronaves, 1 laboratório de mecânica, 2 banheiros, 2 sanitários PNE, corredores e escadas).
- Prédio 10 (sala de música e 2 banheiros).
- Prédio 11 (Publicidade)
- Prédio 12 (Núcleo de Educação à Distância).
- Prédio 13 (13 salas de aulas com média de 80m², sala verde, brinquedoteca, sala multidisciplinar, 6 banheiros, 3 sanitários PNE, espaço de convivência, lanchonete, corredores e escadarias).
- 05 estacionamentos.

Sanitários

As instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, contendo 59 sanitários para público em geral e 21 para sujeitos com necessidades especiais. Ambiente com boa limpeza, iluminação, ventilação e segurança. Possui plano de limpeza diária, bem como plano de conservação.

Sala dos professores:

Localizada no prédio 2, possui estrutura que permite uma convivência entre professores e coordenadores dos diversos cursos. Nesse ambiente são disponibilizados: armários para os professores, estantes para guarda dos diários, além de computadores com acesso à internet. Possui gabinetes individuais para atendimento ao aluno, contando, também, com espaço onde é disponibilizado café, suco e lanche, os quais são diariamente repostos. Ressalte-se que o ambiente conta, ainda, com acústica e iluminação artificial adequada, controle da temperatura por meio do ar condicionado e ventiladores, os quais proporcionam um ambiente agradável, confortável e seguro, além de possuir um plano de limpeza diária e de conservação do mobiliário, mas, destacando-se, principalmente, no tocante aos critérios de acessibilidade.

Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral.

Os gabinetes para professores em tempo integral conta com ponto de acesso à internet, com acústica e iluminação artificial adequada, controle da temperatura climatizado, que proporcionam um ambiente agradável, confortável e seguro, possui plano de limpeza diária e de conservação do mobiliário, além de atender aos critérios de

acessibilidade, e, principalmente, atendendo à quantidade de professores de tempo integral.

Espaços para atendimento aos alunos.

A IES conta com gabinetes individuais para atendimento aos alunos, não sendo necessário o agendamento para o uso. Possui ambiente com acústica e iluminação artificial adequada e controle da temperatura climatizado, fatores estes que proporcionam um ambiente agradável, confortável e seguro. Possui plano de limpeza diária e de conservação do mobiliário.

CPA

A CPA dispõe de sala própria, localizada no prédio 2, equipada de computador, impressora, mesas e armários para as reuniões, atendendo de forma excelente a demanda da IES.

A Instituição dispõe das salas de aula e laboratórios, em período integral, adequados e suficientes ao número de alunos e para plena utilização dos professores no desenvolvimento das atividades acadêmicas, com a capacidade média de 60 alunos, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta, com uso de recursos tecnológicos instrucionais, sempre que necessários e solicitados. Estas possuem iluminação condizente, climatização, sendo mobiliadas com carteiras tipos escolares, mesa e cadeira para o professor, equipamentos audiovisual: projetor multimídia e computadores nas salas, telas para projeção, lousa, caixa de som, microfone, depósitos de lixo em lugares estratégicos, limpeza e arrumação efetuada após término de cada turno. Destaque-se que as salas de aula são compatíveis com as condições de acesso aos alunos de necessidades educacionais especiais.

A FACCAMP conta ainda com alojamento docente masculino e feminino e instalações para os departamentos administrativos.

Adicionalmente, a Instituição ainda se beneficia das instalações do adjacente Colégio Cosmos de Campo Limpo Paulista, local onde pode fazer uso de salas de aula, quadra poliesportiva e piscina.

Anfiteatro

A FACCAMP dispõe de Anfiteatro para 330 pessoas que atende plenamente às necessidades dos cursos e ao número de alunos, quando há desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O Anfiteatro possui boa audição interna, ventilação, com uso de ar-condicionado ou natural, adequado às necessidades climáticas, com iluminação artificial e cujas condições de higiene e segurança são totalmente satisfatórias às ações de ensino. Atende às normas de acessibilidade.

Infraestrutura Acadêmica e Tecnológica

A gestão da política de infraestrutura acadêmica e tecnológica para apoio às atividades acadêmicas são realizada pelos Setores Acadêmicos e de Tecnologia da Informação (NTI). O NTI trabalha integradamente com a área acadêmica.

5.1.1 Biblioteca

Constitui objetivo maior da Biblioteca disseminar informações especializadas, em prol da formação e aprimoramento do conhecimento técnico-científico de estudantes, professores e colaboradores da Instituição, de forma a subsidiar pesquisas e a oferecer suporte pedagógico, documental e informacional adequado.

A unidade de atendimento da biblioteca é assim estabelecida:

Biblioteca FACCAMP

Endereço: Rua Guatemala, 270 – Jardim América – Campo Limpo Paulista/SP –
CEP: 13231-230

Local: Prédio 7

Telefones: (11)4812.9400 / (11)9-4714.0195

Horário de funcionamento: segunda a sexta: 07h10min às 22h20min / Sábado:
08h10min às 12h50min.

No período de férias acadêmicas, o funcionamento da biblioteca poderá adotar horário diferenciado.

5.1.1.1 Espaço Físico

A Biblioteca oferece um ambiente agradável, com excelente luminosidade, climatização e comodidade, favorecendo o convívio entre usuários e informação em prol da construção do conhecimento.

A estrutura física da Biblioteca está distribuída em uma área de 700m². O espaço destina-se ao armazenamento do acervo, atendimento, recepção, área de consulta, sala para coordenação e processamento técnico, terminais de consulta *online*, salão de leitura com instalações específicas para estudos individuais e em grupos.

Todo o ambiente oferece mobiliário moderno e confortável, o que contribui para que a Biblioteca não seja somente um espaço para estudo, mas também o local onde o estudante fará, enquanto pesquisador, grandes descobertas e se familiarizará com os autores relevantes de sua área de formação e tantos outros que desejar.

Tabela 31 - Distribuição do Espaço Físico da Biblioteca

Distribuição do espaço físico	
Serventia	Área útil (m²)
Área do Acervo	282,96
Área para Leitura	349,85
Área para Recepção / Atendimento	43,50
Administração	17,48
Processamento Técnico	6,21
Total	700m ²

Espaço	Especificação estantes / mesas	Nº assentos
Acervo	Estantes simples (252) Expositores (1) Mapoteca (0)	-
Atendimento	Entrada (1) Guarda-volumes (0) Balcão (2)	-
Leitura individual	5 mesas individuais	5
Estudo em grupo	9 mesas (6 lugares) 36 mesas (4 lugares)	250
Internet	30 mesas (1 lugar)	30
Processamento técnico / direção	1 estação de trabalho	14
Circulação	Depósito Circulação Sanitários	-

5.1.1.2 Instalações para o acervo

O armazenamento do acervo é efetuado em estantes de aço com prateleiras reajustáveis, devidamente sinalizadas. Cada obra da coleção encontra-se etiquetada, apresentando informações inerentes ao endereço da publicação nas estantes. Nas proximidades foram dispostos extintores de incêndio para casos emergenciais.

Quanto ao acesso às coleções é adotado o formato de acervo fechado. Sendo disponibilizado seu catálogo através do site da Instituição, com terminais de consulta nas dependências da biblioteca.

Assim como em toda a estrutura da Biblioteca, o ambiente possui excelentes condições de higiene, iluminação e climatização. Não há presença de mofo, umidade e similares.

5.1.1.3 Instalações de sala de estudos individuais

O salão de leitura da Biblioteca FACCAMP possui oito gabinetes para estudo em grupo, 45 mesas e 250 cadeiras, além de espaço apropriado para pessoas com necessidades especiais. Trinta computadores com acesso à internet e rede *wi-fi*.

5.1.1.4 Recursos Materiais

Com o objetivo de manter uma Biblioteca moderna, ágil e atualizada, a Instituição definiu e implementou, a partir de sua instalação, uma política de renovação e ampliação permanentes do atual acervo de livros e periódicos e também uma política de investimentos em novas tecnologias da informação e comunicação.

A política de renovação é orientada por duas diretrizes básicas. A primeira, a de dotar a Biblioteca de um amplo acervo de obras de referência, compreendendo os campos fundamentais do saber humano e destinada a assegurar os recursos e instrumentos considerados básicos para o trabalho acadêmico. A segunda, a de ampliar e atualizar constantemente, o acervo para manter e expandir sua adequação aos serviços de ensino dispensados, tendo como instância de orientação as bibliografias utilizadas nas disciplinas ministradas e as indicações e sugestões adicionais dos docentes.

A política de investimentos em novas tecnologias busca satisfazer o propósito de plena integração da Biblioteca FACCAMP à rede mundial de informação e comunicação, mediante o oferecimento de instrumentos e recursos que permitam o acesso dos usuários ao conhecimento mundial disponível onde quer que ele se encontre.

5.1.1.5 Acervos

O acervo bibliográfico da Biblioteca está tecnicamente organizado, segundo o Sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). A catalogação é normalizada pela AACR2.

O material bibliográfico encontra-se à disposição de docentes e discentes, corpo técnico-administrativo e pessoal de apoio da Instituição, bem como da comunidade local.

5.1.1.6 Constituição e Desenvolvimento do Acervo

O crescimento e desenvolvimento do acervo da Biblioteca ocorreram sempre em paralelo ao próprio crescimento da Instituição, estando sua área de concentração condicionada aos cursos oferecidos pela Instituição.

A coleção geral compreende livros, manuscritos, vídeos, normas técnicas, publicações periódicas e trabalhos acadêmicos, pertencentes aos mais diversos campos do conhecimento, sendo grande a predominância de títulos nas áreas dos cursos ministrados pela Instituição.

A seleção dos títulos adquiridos para este acervo prioriza a proposta pedagógica dos cursos. Há, além da preocupação com a qualidade e diversidade da coleção, o compromisso com a aquisição do número de exemplares por título, em quantidades que realmente atendam à demanda dos discentes.

O acervo de periódicos é bastante diversificado. Os critérios de seleção das assinaturas buscam cobrir os diversos ramos do conhecimento, desde generalidades até as ciências da saúde, exatas, biológicas, agrárias, sociais e humanas, engenharias, linguística e outras, conforme os quantitativos abaixo discriminados (dados de dezembro de 2015):

Tabela 32 - Distribuição atual do acervo de livros e periódicos da Biblioteca por área de conhecimento (Classificação Decimal Dewey)

ÁREA DE CONHECIMENTO	LIVROS		TCC's		Periódicos	Vídeos	CD's
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares			
Ciências Exatas e da Terra	2.384	7.587	54	58	480	4	173
Ciências Biológicas	592	1.772	80	81	138	10	123
Engenharia / Tecnologia	924	3.241	170	172	498	18	36

Ciências da Saúde	408	1.420	55	56	55	54	0
Ciências Agrárias	11	36	0	0	2	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	3.597	8.986	305	497	418	147	106
Ciências Humanas	6.646	14.738	153	156	777	163	348
Linguística, Letras e Artes	3.951	9.822	10	10	135	223	452
Multidisciplinar	219	438	0	0	130	0	0
Total	18.732	48.040	830	1.030	2.633	619	1.238

Para o acesso ao acervo de inúmeros periódicos especializados estrangeiros, além de contar com a coleção existente, o leitor pode ampliá-lo através do acesso à base de dados de periódicos eletrônicos multidisciplinar ACM, IEEE, CAPES, EBSCO e LTR. Encontram-se disponíveis em texto completo, sendo permitido salvar os artigos pesquisados e enviá-los por e-mail.

5.1.2 Política de Aquisição e Atualização do Acervo

A política de aquisição de obras e atualização permanente do acervo obedecerá aos delineamentos previstos no documento institucional nomeado de Política de Formação e Expansão do Acervo. Situações não previstas nessas diretrizes deverão ser encaminhadas à bibliotecária responsável.

5.1.3 Tecnologias e Redes de Informação

A Biblioteca está devidamente informatizada, para fornecer informações rápidas e acuradas aos seus usuários. Tal procedimento oferece as vantagens de disseminação seletiva da informação, compilação de bibliografias em menor tempo, obtenção de dados para avaliação quantitativa do acervo, controle de empréstimos etc. Desta forma, evidencia-se a importância da automação na melhoria de eficiência dos serviços prestados pela Biblioteca.

Para a informatização do acervo, é utilizado um sistema desenvolvido na própria Instituição.

O gerenciamento dos serviços relativos à circulação e consulta de obras, empréstimos (locais e domiciliares), devolução, renovação e reserva bibliográfica é totalmente controlado pelo sistema. Todas as coleções de livros, publicações periódicas e multimídia encontram-se cadastradas nesse sistema. Os usuários da biblioteca, através do site da FACCAMP, podem realizar consultas ao acervo por autor, título e assunto, via Internet, necessitando informar sua matrícula e senha, caso deseje acessar os serviços relacionados aos empréstimos de publicações, assim como reservas e renovações.

Somando-se à automação da Biblioteca, a Internet e o Serviço de correio eletrônico instalados, permitem o acesso e obtenção de informações na rede mundial de computadores e comunicação rápida com outros usuários. A Biblioteca apresenta grau muito satisfatório de informatização.

5.1.4 Recursos Humanos

Para realizar o trabalho técnico e prestar atendimento aos usuários, a Biblioteca conta com um quadro de 10 profissionais, como descrito a seguir.

Quantidade de profissionais alocados na biblioteca, por função e grau de formação.

	Bibliotecários		Quadro auxiliar / Assistente		Estagiários, Aprendizes	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
			1			
			8			
	1					
	1		9			

Esse quadro de pessoal deverá ser ampliado, tendo em conta o crescimento do acervo, a ampliação e a diversificação dos serviços oferecidos pela Biblioteca e o crescimento esperado do número de usuários em decorrência da instalação do Centro Universitário.

5.1.5 Serviços Oferecidos

Como biblioteca moderna, dotada de recursos tecnológicos atualizados, a Biblioteca oferece aos seus usuários um conjunto de serviços como mencionados nos itens a seguir.

5.1.6 Consulta

À comunidade acadêmica e ao público em geral (este apenas para consulta interna) é garantido o livre acesso a todos os documentos que integram o acervo de consulta da Biblioteca.

Na busca do item desejado, além de contar com as facilidades provenientes das atividades de processamento técnico da coleção, os leitores podem contar com a orientação de pessoal devidamente treinado para atender aos seus propósitos de pesquisa.

5.1.7 Empréstimo de Publicações

Desde que devidamente cadastrados no sistema da Instituição, estudantes, professores e colaboradores podem usufruir deste serviço, retirando publicações para leitura, consulta e pesquisa em seu domicílio por um prazo pré-determinado. Para tanto, é conveniente que o usuário conheça o Regulamento interno da Biblioteca. Todos os itens emprestados estão sujeitos às regras previstas no documento, no que concerne à devolução, renovação, reserva e pagamento de multas.

Excetuando-se as obras de referência (enciclopédias, dicionários), o exemplar de consulta de cada título pode ser retirado para empréstimo.

5.1.8 Reserva Bibliográfica

É permitido reservar até 02 livros, no balcão de atendimento ou Internet, desde que todos os exemplares do título desejado não esteja(m) emprestado(s). O requerente é avisado via e-mail ou telefone quanto à disponibilidade do material solicitado.

5.1.9 Orientação Bibliográfica aos Leitores

Serviço que objetiva orientar o usuário quanto aos recursos informacionais disponíveis na Biblioteca, ensinando-o a utilizar as fontes de pesquisa existentes, tais

como: catálogos, bases de dados, Internet etc., e auxiliando-o na localização dos documentos desejados.

5.1.10 Levantamento Bibliográfico

Destinado aos membros da comunidade acadêmica, esse serviço consiste, basicamente, no levantamento da bibliografia sobre um determinado assunto ou autor, segundo as especificações definidas pelo próprio solicitante: idiomas, tipo de material, palavras-chave etc.

5.1.11 Autoatendimento

Primando pela autonomia na busca da informação e do serviço desejado, o leitor, no ambiente interno da Biblioteca, pode utilizar-se dos serviços Web, disponibilizados através do site da FACCAMP, onde é possível a consulta pública a todo acervo por autor, título e assunto.

A verificação do *status* das transações de empréstimo e solicitações de renovação e reservas é viabilizada mediante preenchimento dos campos de MATRÍCULA e SENHA.

5.1.12 Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

Para auxiliar a elaboração dos trabalhos acadêmicos quanto à sua normalização, encontra-se inserido, na página de cada curso da Instituição, um *link* com o Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

5.2 Planos de Expansão

5.2.1 Expansão das Instalações

Levando-se em conta a ampliação da oferta de ensino planejada para a FACCAMP, de seu alunado e de seu quadro de docentes e a conseqüente e necessária expansão de seus recursos bibliográficos, a Instituição planejou a ampliação da área física de sua Biblioteca, conforme abaixo discriminado.

Tabela 33 - Projeção de expansão da área física da biblioteca de 2016 a 2020

SERVENTIA	Área útil (m ²)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Acervo	135	135	190	282,96	282,96
Leitura	120	120	250	349,85	349,85
Recepção e Atendimento	25,30	25,30	43,50	43,50	43,50
Administração e Processamento	17,48	17,48	23,69	23,69	23,69
Total	297,78	297,78	507,19	700	700

5.2.2 Expansão dos Recursos Humanos

Para fazer face ao incremento de recursos e ao aumento da demanda pelos serviços oferecidos pela Biblioteca, é a seguinte, a expansão projetada para o corpo de colaboradores que nela atuam:

Tabela 34 - Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo da biblioteca de 2016 a 2020

CARGOS E FUNÇÕES	2016	2017	2018	2019	2020
Bibliotecário	1	1	1	1	1
Assistente	0	0	0	0	0
Auxiliar de Biblioteca	10	9	9	9	10
Prestador de Serviços	0	0	0	0	0
Estagiário	0	0	0	0	0
Total	11	10	10	10	11

5.2.3 Expansão do Acervo

Considerando-se a expansão projetada para a oferta de novos cursos durante a vigência deste PDI, a projeção para o crescimento do acervo da Biblioteca da FACCAMP é a que segue:

Tabela 35 - Plano de expansão do acervo da biblioteca (exemplares) de 2016 a 2020

ACERVO INICIAL	2016	2017	2018	2019	2020
Expansão do acervo total presencial e EaD	Total Atual 43.541	Mais 10% 46.956	Mais 10% 49.555	Mais 10% 53.560	Mais 10% 58.910

5.3 Laboratório de informática, recursos multimídia e recursos tecnológicos

A Instituição possui Laboratórios Didáticos de Informática(LDI), disponíveis para os alunos, que têm acesso amplo e irrestrito aos laboratórios durante o dia, pois permanecem abertos para uso, com suporte técnico especializado. Somente no horário noturno, na maioria dos laboratórios, o acesso é restrito às aulas.

Os recursos disponibilizados nos Laboratórios Didáticos de Informática envolvem computadores de última geração. As versões mais recentes de programas de apoio (*softwares*) e os programas específicos para as áreas de concentração dos discentes permitem atender às áreas que utilizam processamento de dados.

Por meio dos LDI, os estudantes têm acesso às redes de comunicação e base de dados e acesso à Internet, de uso livre aos estudantes.

5.3.1 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática

Na Instituição, os LDIs foram planejados para atender a todas as áreas, portanto, sua concepção é de atendimento a todo o corpo discente e docente da Instituição que necessitem deste recurso.

Para que os alunos tenham acesso à *internet* e produzam seus trabalhos acadêmicos, a Faculdade Campo Limpo Paulista disponibiliza laboratórios de informática, todos ligados à *internet*, que atendem os alunos em quantidades suficientes, da mesma forma que atende às questões de acessibilidade.

Todos os computadores estão ligados através de uma rede estruturada e interligados com a *internet*.

Os laboratórios contam com técnicos que auxiliaram os alunos nas suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e *softwares*. O técnico também é responsável pelo controle de entrada e saída dos alunos, assegurando o cumprimento das normas de segurança dos laboratórios pelos alunos.

Além do exposto, os alunos dispõem de computadores na Biblioteca, em alguns laboratórios específicos, dentre outras salas. A gestão de uso destes laboratórios está contemplada em regulamento próprio, sendo de responsabilidade do Núcleo de Tecnologia e Informática - NTI.

Os referidos laboratórios de informática consistem em ambientes equipados com bancadas para microcomputadores, projetores multimídia, tela de projeção e lousa.

Saliente-se que todo mobiliário respeita as condições ergonômicas para seu uso e todos os computadores estão ligados através de uma rede estruturada e interligados com a *internet*.

Quanto ao horário de funcionamento, a política de uso e acesso e a manutenção e conservação dos equipamentos (tais como: qualidade do serviço, estado de conservação, plano de expansão e atualização, mecanismos de reparo e de aquisições), explanamos abaixo:

a) Horário de Funcionamento: os laboratórios asseguram acessos diários de 2ª à 6ª feira, no horário das 7h30min às 22h40min e aos sábados, no horário das 8h às 12h50min, para que os docentes e discentes tenham condições de desenvolvimento de suas pesquisas, trabalhos e consultas;

b) Política de Acesso e Uso: a utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios. As atividades em laboratório podem ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal de apoio;

c) Plano de Conservação e Atualização Tecnológica: a conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio, coordenadores de curso e demais professores envolvidos, além do auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificam a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes. A atualização dos *softwares* é feita também através de análise periódica do pessoal técnico do NTI, consideradas as sugestões de professores que utilizam os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

d) Plano de Manutenção: a manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, é assegurada pelo pessoal técnico do NTI ou através de contratos com os fornecedores e/ou consultorias para os equipamentos. A reposição de materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre;

e) Pessoal Técnico de Apoio: o pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais selecionados pelo NTI, tendo como responsabilidades a formação técnica/tecnológica, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, manutenção da gerência de redes (no caso de informática), biblioteca e demais setores, para que a Faculdade esteja sempre adaptada às novas tecnologias e consiga manter a qualidade de seus cursos.

5.3.2 Recursos Audiovisuais e Multimídia

Para dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, a FACCAMP possui os seguintes recursos audiovisuais:

Tabela 36 - Recursos Visuais

PRÉDIO / LOCAL	DATASHOW	CAIXA DE SOM	CPU	MICROFONE	VHS	TELA TRIPÉ	PROJETOR	LOUSA DIGITAL	EXTENSÃO	MICROFONE DE LAPELA
Audiovisual	17	7	-	34	-	-	-	-	-	2
1	1	4	4	2	-	1	1	-	4	-
2	6	5	3	2	-	-	-	3	3	-
3	13	8	10	4	-	-	2	-	1	-
4	5	4	5	-	-	2	-	-	6	-
5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	9	7	4	2	-	2	3	-	3	-
7	22	13	12	-	8	-	-	-	11	-
8	14	12	12	-	-	2	-	-	11	-
09	-	1	1	-	-	1	-	-	1	-
10	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-
11	-	2	2	-	-	-	-	-	3	-
13	6	2	2	-	-	-	-	3	-	-
Anfiteatro	1	2	-	8	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	68	56	52	8	8	6	3	47	2

Buscar-se-á ampliar os recursos audiovisuais disponíveis, uma vez que a FACCAMP tem como meta equipar todas as salas de aulas com projetores multimídia, conforme Tabela 34.

Tabela 37 - Projetores fixos em sala.

RECURSOS	2016	2017	2018	2019	2020
Projetores Multimídia Fixos*	100	110	120	130	150

(*) Todas as salas de aula e laboratórios.

5.3.3 Laboratórios Específicos

A Instituição disponibiliza 34 laboratórios específicos de cursos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 38 - Localização dos Laboratórios Específicos.

LOCALIZAÇÃO	LABORATÓRIOS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	LABORATÓRIOS INFORMÁTICA/REDES	LABORATÓRIOS ENGENHARIA E FÍSICA	LABORATÓRIOS AERONAVES	LABORATÓRIOS COMUNICAÇÃO
Prédio 2					4
Prédio 3			1		
Prédio 4	11		3		
Prédio 5		6			
Prédio 7		1			
Prédio 09			5	1	
TOTAL	11	7	09	1	4

5.4 Metas e Ações

Para atender ao crescimento institucional previsto no presente plano de desenvolvimento, a IES tem as seguintes metas e ações previstas:

Quadro 16 - Instalações Físicas Implantadas em 2014

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	8	50,0	400,0
Coordenações de curso	4	12,0	48,0

Quadro 17 - Instalações Físicas implantadas em 2015

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	2	50,0	100,0
Coordenações de curso	2	12,0	24,0

Quadro 18 - Instalações Físicas a implantar em 2016

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	6	70	420
Coordenações de curso	4	6	24
Lanchonete/restaurante (ampliação)	2	4	8
Brinquedoteca	1	-	-
Reprografia (ampliação)	-	-	-

Quadro 19 - Instalações Físicas a implantar em 2017

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	6	70	420
Coordenações de curso	6	6	36
Atendimento aos estudantes (ampliação)	4	4	16
Sala de docentes (ampliação)	-	-	-

Quadro 20 - Instalações Físicas a implantar em 2018

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	4	80	320
Coordenações de curso	4	64	24
Loja de conveniência	1	25	25
Biblioteca (ampliação)	-	-	-
Serviços de apoio (ampliação)	-	-	-

5.5 Infraestrutura Física

A seguir, a relação de instalações físicas existentes e implantadas na instituição.

Quadro 21 - Instalações Físicas Existentes e Implantadas.

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Alojamento Feminino	1	181,78	181,78
Alojamento Masculino	1	216,08	216,08
Assistente de Diretoria Acadêmica	1	32,09	32,09
Assistente de Diretoria Financeira	1	28,00	28,00
Audiovisual	1	16,24	16,24

Biblioteca (acervo)	1	282,96	282,96
Biblioteca (cabines de estudo em grupo)	9	7,5	67,5
Biblioteca (Leitura e pesquisa internet)	1	349,85	349,85
Biblioteca (Processamento Técnico)	1	6,21	6,21
Biblioteca (Sala da Bibliotecária)	1	17,48	17,45
Coordenação de Administração e G. Marketing	1	7,72	7,72
Coordenação de Ciência da Computação, Redes de Computadores e Sistemas de Informação	1	4,00	4,00
Coordenação de Ciências Contábeis	1	3,60	3,60
Coordenador de Ciências Biológicas	1	3,80	3,80
Coordenação de Direito	1	3,80	3,80
Coordenação de Educação Física	1	3,80	3,80
Coordenação de Enfermagem	1	4,00	4,00
Coordenação de Eng. Civil	1	4,00	4,00
Coordenação de Eng. Eletrônica e Eng. Mecânica	1	4,00	4,00
Coordenação de Eng. Materiais, Química.	1	3,80	3,80
Coordenação de Eng. Produção	1	3,80	3,80
Coordenação de Farmácia	1	3,80	3,80
Coordenação de Gestão Ambiental	1	3,80	3,80
Coordenação de Gestão Financeira	1	3,00	3,00
Coordenação de Letras e Música	1	3,80	3,80
Coordenação de Pós-graduação	4	5,00	20,00
Coordenação de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e de Rádio, TV e Internet	1	3,80	3,80
Coordenação dos Tecnólogos	1	4,00	4,00
Copa (Secretaria)	1	16,20	16,20
Diretoria Acadêmica	1	-	-
Diretoria Administrativa	1	27,89	27,89
Diretoria Financeira	1	20,18	20,18
Diretoria Geral	1	-	-
Jurídico	1	15,05	15,05
Manutenção	1	150,00	150,00
Núcleo de Apoio ao Professor (NAP)	1		
Patrimônio	1	14,00	14,00
Sala de reunião	2		68,81
Secretaria de Pós-Graduação	1	58,96	58,96

Secretaria Geral	1	89,43	89,43
Setor de Cobrança	1	25,00	25,00
Setor de Compras	1	36,00	36,00
Setor de Contabilidade	1	13,53	13,53
Setor de Contas à pagar	1	11,32	11,32
Setor de NTI	1	28,50	28,50
Setor de Recepção	1	138,88	138,88
Setor de RH	1	67,83	67,83
Setor de Telefonia e Vestibular	1	44,62	44,62
Setor de Tesouraria	1	149,14	149,14

Quadro 22–Instalações Físicas - Laboratórios a disponibilizar para a oferta dos cursos de Graduação

LABORATÓRIOS E SERVIÇOS	2016	2017	2018	2019	2020
Laboratório especializado em redes de computadores.	X				
Laboratório de arquitetura de computadores e sistemas digitais	X				
Laboratórios de computação	X				
Laboratório Multidisciplinar de Comunicação	X				
Laboratório de Química Experimental	X				
Laboratório de Química Orgânica	X				
Laboratório Microscopia	X				
Laboratório de Análises clínicas e toxicológicas	X				
Laboratório de Farmacotécnica	X				
Laboratório de Microbiologia	X				
Laboratórios de Física	X				
Laboratório de Morfologia Humana	X				
Laboratório Multidisciplinar em Saúde	X				
Laboratório de Eletrônica	X				
Laboratório de Instalações Eletrônicas	X				
Laboratório Automação Industrial	X				
Laboratório de Automação Hidráulica e Pneumática	X				
Laboratório de Mecânica dos Solos	X				
Laboratório de Mecânica dos Solos e Fenômenos de Transporte	X				
Laboratório Fenômenos de Transporte	X				
Laboratório de Topografia	X				

Laboratório de Estruturas	X				
Laboratório de Manutenção de Aeronaves	X				
Brinquedoteca	X				
Laboratório Botânica		X			
Laboratório Multidisciplinar: Zoologia e Biologia		X			
Laboratório de Cinesioterapia		X			
Laboratório Multidisciplinar: Eletroterapia e Fisiologia do exercício.		X			
Laboratório de Psicologia Clínica e da saúde			X		
Laboratório de Cozinha Pedagógica e Nutrição				X	
Laboratório de Bar e Salão				X	
Laboratório de Confeitaria, Panificação e Cozinha				X	
Laboratório de Desenhos.				X	
Laboratório de Dança e Expressão Corporal				X	
Laboratório de Modelos e Ensaios					X
Laboratório de Avaliação Nutricional					X

5.5.1 Infraestrutura - Laboratórios

I. Laboratório especializado em redes de computadores

O Laboratório de redes de computadores é um laboratório especializado que objetiva servir a experimentos de redes no nível de *hardware* e *software*. É possível, neste laboratório, realizar experimentos com redes locais e simular redes de longa distância. Experimentos básicos de observação do comportamento de protocolos, instalação de equipamentos, instalação e administração de redes, são alguns exemplos de atividades que podem ser realizadas neste laboratório.

II. Laboratório de arquitetura de computadores e sistemas digitais

Os laboratórios de Arquitetura de Computadores objetivam servir à prática da disciplina Arquitetura de Computadores e a alunos com trabalhos de diplomação ou projetos extracurriculares de iniciação científica ou tecnológica. O laboratório conta com painéis e cartões didáticos, especialmente desenvolvidos para a prática de arquitetura de computadores, osciloscópios, geradores de onda, *software* para simulação de circuitos digitais, além de um *kit* para produção de Circuitos Integrados, o MAXPLUS II da Altera Inc. O acesso ao laboratório é concedido mediante solicitação de chave na secretaria.

III. Laboratórios de computação

Os oito laboratórios de computação são preparados com *software* adequado à agenda de uso, utilizados para trabalhos e experimentos com *software*. Os laboratórios de 2 a 10 têm entrada supervisionada por técnicos e funcionam, ordinariamente, durante a noite e no final de semana.

Plano de atualização dos laboratórios de informática.

OBJETIVOS: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos dos laboratórios de informática visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Plano de atualização dos materiais

Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos *softwares* e equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE;

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção;

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva, e também podem ser solicitadas pelos docentes, diretamente ao NTI;

A Manutenção Preventiva é realizada pelo NTI, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos e *softwares* dos laboratórios de informática;

A Manutenção Corretiva interna é realizada pelo NTI e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva.

IV. Laboratório Multidisciplinar de Comunicação

Localizada no prédio II, engloba o estúdio de rádio, estúdio de TV, ilhas de edição, Estúdio de Fotografia e Sala de Multimídia.

- **Estúdio de Rádio**

Conta com um espaço que comporta em média 30 alunos. Neste espaço são produzidos programas de rádio, *spots* publicitários, *jingles* musicais e *podcasts*. Além de atender a todo o curso de comunicação (Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e internet), o estúdio de rádio também atende à demanda de produções da própria Instituição, assim como de outros cursos de graduação. Um dos projetos realizados no estúdio é o ***DropsFaccamp***, onde os alunos de comunicação produzem uma rádio *online* com transmissões ao vivo através do Canal *YouTube*.

- **Estúdio de TV**

Conta com um espaço que comporta em média 40 alunos. Neste espaço são produzidos programas de televisão, comerciais, entrevistas, telejornal e programas de auditório. Além de atender a todo o curso de Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e internet), o estúdio de TV, também, atende à demanda de produções da própria Instituição e de outros cursos de graduação. Um dos projetos realizados no estúdio é o ***Zine Cult***, uma web TV produzida pelos alunos de jornalismo e rádio e TV. Nela, os alunos produzem diversos tipos de programas para o canal do Comunique 3 no *YouTube*.

- **Ilhas de edição**

O estúdio possui 7 ilhas de edição e conta com 4 profissionais da área para atender os alunos e a instituição. Duas ilhas são separadas especialmente para o aluno editar seu próprio material, as outras 4 são utilizadas pelos técnicos do laboratório para acompanhar, juntamente com os alunos, os trabalhos produzidos.

- **Estúdio de Fotografia**

Espaço separado, exclusivamente, para produção de fotografias publicitárias e jornalísticas. O setor comporta cerca de 10 alunos (em produção), além de um camarim para os alunos e convidados se produzirem.

- **Sala de Multimídia**

A sala de multimídia tem um espaço que atende até trinta alunos. Nesse espaço, os alunos desenvolvem seu potencial criativo, trabalhando e desenvolvendo atividades de uma Agência Experimental de Comunicação, assim como realizam pesquisas. Na

sala Multimídia funciona a Agência Experimental de Comunicação. Nessa área, os alunos realizam, semestralmente, as atividades ligadas à Publicidade e Propaganda, no atendimento aos Clientes Externos e Internos. Para incentivar a participação e a vontade de cada vez mais aprimorar mais as suas atividades e prepará-los para o mercado de trabalho, a Agência adotou o sistema de Concorrência (no final de cada semestre), e as Agências criadas pelos alunos, que apresentam, numa primeira etapa para uma banca de professores e, posteriormente, apresentam as suas campanhas para o Cliente que fará a sua escolha pela campanha que melhor se adequar ao seu negócio.

V. Laboratório de Química Experimental

Situado no prédio IV, sala 4, com área de 71,98 m². Em função de sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança e a condição dos equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita em atender às disciplinas de Química Analítica Quantitativa e Qualitativa e Química Orgânica, Físico-Química aplicada aos Fármacos, Química Geral e Inorgânica, Química Farmacêutica e Síntese de Fármacos, Farmacognosia e Fitoterapia, Controle de Qualidade Físico-Químico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos. É o espaço para a realização das aulas práticas das disciplinas citadas, momento no qual, o docente demonstra o conteúdo teórico desenvolvido em sala de aula, possibilitando o aprendizado experimental e prático ao discente. As atividades são específicas de cada conteúdo disciplinar, discriminadas no Plano de Ensino.

VI. Laboratório de Química Orgânica

Situado no prédio IV, sala 5 com área de 70 m². Mediante sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança e a condição dos equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita atender às disciplinas de Química Analítica Quantitativa e Qualitativa e Química Orgânica, Físico-Química aplicada aos Fármacos, Química Geral e Inorgânica, Química Farmacêutica e Síntese de Fármacos, Enzimologia e Tecnologia das Fermentações, Farmacognosia e Fitoterapia, Controle de Qualidade Físico-Químico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos.

Plano de atualização dos laboratórios de química.

Objetivos

A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de química visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a

infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento, a fim de implementar as aulas e atividades relacionadas aos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo.

Periodicidade

Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de equipamentos pelo coordenador de curso e NDE e técnico, sendo validados pelo representante técnico. Semestralmente, o técnico do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas, como por exemplo, vidrarias, reagentes, materiais gerais e equipamentos.

A manutenção é dividida entre Geral e Específica, sendo Geral aquela que não necessariamente tem relação com a Química e Específica, aquela feita em equipamentos e materiais destinados ao uso em Laboratório.

Dentro de cada uma dessas espécies de manutenção há a manutenção preventiva e corretiva, sendo preventiva a ação empregada para reduzir, prevenir ou mitigar o risco de problemas e corretiva, aquela feita após o problema visando a restabelecer a normalidade.

No caso dos equipamentos, a preventiva é feita, periodicamente, com a constante limpeza e conservação dos equipamentos, mas também é feita conforme Calendário de Calibração dos equipamentos, uma vez que estes, constantemente calibrados, tendem a conservar-se em pleno funcionamento por mais tempo.

Por sua vez, caso seja observada alguma anormalidade, o equipamento é posto em quarentena para diagnóstico do problema pelo técnico; caso o problema seja de fácil correção, realiza-se Manutenção Corretiva Específica Interna (pelo próprio técnico da IES); no entanto, caso a solução seja demasiadamente complexa, é acionada a Assistência Técnica para realização de Manutenção Corretiva Específica Externa.

Já no tocante à Manutenção Geral, a preventiva é feita pelo Técnico e Equipe de Limpeza da IES, mantendo tudo sempre limpo e organizado e a corretiva é feita pelo Técnico (quando simples) ou pelos colaboradores do Departamento de Planejamento e Controle da Manutenção.

VII. Laboratório de Análises clínicas e toxicológicas

Situado no prédio 11, com área de 50 m². Com uma estrutura física baseada nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita a atender às disciplinas de Bioquímica Básica e Metabólica, Bioquímica Clínica, Imunologia Clínica, Hematologia Clínica e Toxicologia.

Plano de atualização do laboratório de análises clínicas.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Análises Clínicas, visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE.

Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, vidrarias, reagentes, materiais de esterilização, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Análises Clínicas.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consistindo na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES

VIII. Laboratório Multidisciplinar

Laboratório Microscopia

Possui uma bancada central e lateral em “L”. Sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança, e contando com, aproximadamente, um microscópio para no máximo dois alunos, além dos materiais didáticos específicos para atender às disciplinas de Citologia, Histologia e Embriologia Humana, Farmacobotânica, Microbiologia e

Microbiologia Clínica. Possui laminário de histologia, botânica, zoologia e laminário biológico didático para ensino superior.

Botânica

Possui coleção de plantas em meio líquido, com as principais plantas da região. Possui microscópios binoculares, laminários específicos de botânica. Possui também, exsicata das plantas mais frequentes da região.

O laboratório tem como objetivo desenvolver atividades práticas e pesquisas científicas na área de botânica, anatomia vegetal, ecologia vegetal, bem como com suas interfaces com as demais áreas de conhecimento. Importante ressaltar que também irá propiciar ao aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, conceber e preparar material didático relacionado ao conhecimento de botânica, tal como subsídio para o desenvolvimento de aprendizagem significativa.

IX. Laboratório de Farmacotécnica

Situado no prédio IV, sala 6, com área de 70m². Com estrutura física diferenciada com divisórias para grupos dos alunos, em uma simulação encontrada em farmácias magistrais e nas indústrias farmacêuticas. Possui uma área central com balcão central para a disposição dos reagentes e um balcão lateral, onde ficam dispostas as balanças e placa de aquecimento, além de uma área para lavagem de material que atende às divisórias desprovidas de pia. Todo o laboratório está fundamentado nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, fato que o capacita a atender às disciplinas de Farmacotécnica, Farmacotécnica Magistral, Farmacotécnica Industrial, Cosmetologia, Homeopatia e alguns ensaios realizados nas aulas práticas da disciplina de Controle de Qualidade Físico-Químico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos.

Plano de atualização do laboratório de Multidisciplinar e Farmacotécnica

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório que atendem ao Curso de Farmácia, visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de Aquisição de novos equipamentos pelo Coordenador de Curso, juntamente com o Colegiado e Núcleo Docente Estruturante. Semestralmente, os técnicos dos laboratórios realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado em aula, como por exemplo os reagentes e vidrarias. Além disso, os professores solicitam aos técnicos, previamente, todos os materiais que irão utilizar ao longo do semestre em sua disciplina.

Os técnicos encaminham, de acordo com a demanda, ao setor de compras, as requisições para a cotação e posterior autorização do Coordenador do Curso, Direção e Mantenedora.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e quando necessário, a substituição do mesmo.

Manutenções corretivas: são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao Departamento de Manutenção, após aprovação pelo responsável do laboratório.

Manutenções Preventivas: Realizadas pelos técnicos dos laboratórios da IES. Consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos dos laboratórios que atendem o Curso de Farmácia.

Manutenção Corretiva(interna): Realizada pelo setor da manutenção da IES, Consistindo na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

X. Laboratório de Microbiologia

Situado no prédio IV, sala 8, com área de 70m². Possui bancada central e lateral em “L” e outra que comporta os bicos de *bunsen*. Com estrutura física fundamentada nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, capacita-se a atender às disciplinas de Microbiologia, Controle de Qualidade Microbiológico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos, Bromatologia, Enzimologia e Tecnologia das Fermentações, Farmacognosia e Fitoterapia.

XI. Laboratórios de Física

Os laboratórios de Física estão situados no prédio 10, no 1º andar. Trata-se de dois laboratórios que podem ser utilizados em todas as disciplinas, principalmente em Introdução a Física, Física Estática e Dinâmica, Física Eletrostática e Eletricidade, Óptica, Termodinâmica, Fenômenos de Transporte, Fenômenos Ondulatórios, Didática, e Projetos de Ensino de Física I e II.

Os referidos laboratórios contam com uma área de 60 m² cada, estão equipados com 6 bancadas retangulares, com 8 lugares cada. Sob cada bancada, existem 3 armários, como também um armário embutido com os principais aparelhos e dispositivos experimentais e metodológicos para o ensino da Física Elementar e ainda materiais confeccionados pelos próprios alunos no decorrer do curso. Os dois Laboratórios de Física foram criados com os seguintes objetivos: possibilitar o acesso a informações e materiais de ensino; desenvolver atividades experimentais; produzir material didático experimental; promover discussões que possam contribuir para o Ensino de Física. Enquanto espaço de formação de professores, é utilizado por graduandos da Pedagogia e Licenciatura em Física, alunos da pós-graduação e professores em exercício. Configura-se, portanto, como espaço de incentivo à criação de oficinas pedagógicas para a socialização de conhecimentos e também para criar novas maneiras de ensinar os conteúdos a serem ministrados.

XII. Laboratório de Morfologia Humana

Situado no prédio IV, sala 2, com área de 76,96 m². Sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança e aos materiais e equipamentos didáticos específicos para atender às disciplinas de Morfologia Humana e à disciplina de Citologia, Histologia e Embriologia Humana, Morfologia Humana. Possibilitando ao docente demonstrar o conteúdo teórico desenvolvido em sala de aula, reforçando o aprendizado de forma experimental (prático) ao discente. As atividades específicas englobam a demonstração e manuseio das diversas peças anatômicas.

Plano de atualização do laboratório de morfologia humana.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Morfologia Humana visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novas peças humanas/didáticas e equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, álcool e luvas descartáveis.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Morfologia Humana.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XIII. Laboratório Multidisciplinar em Saúde

Situado no prédio IV, sala 1, visa a atender a disciplina de Semiologia e Semiotécnica, História e Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem na Saúde da Mulher, Enfermagem na Saúde do Adulto, Enfermagem em Unidade Terapia Intensiva, Enfermagem na Pediatria e Neonatologia, entre outras disciplinas específicas. Possui simuladores adulto, infantil, ginecológico, aplicação de intramuscular, aplicação endovenosa, ressuscitação cardiopulmonar, aparelho de eletrocardiograma, entre outros, na qual possibilita a prática da assistência em saúde do adulto, criança, idoso e saúde da mulher.

Plano de atualização do laboratório multidisciplinar em saúde.

Objetivos A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de enfermagem visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos simuladores e equipamentos hospitalares pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas, como por exemplo agulhas, luvas, seringas entre outros

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e, no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos e simuladores do laboratório de enfermagem

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva externa** é realizada por empresa de suporte externa, consistindo na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. Já as manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XIV. Laboratório de Eletrônica

Situado no prédio 10, laboratório 1, esse laboratório tem o objetivo de permitir aos alunos entrarem em contato com técnicas de montagem e verificação de funcionamento de circuitos eletrônicos. Neste laboratório são montados os circuitos eletrônicos propostos em aula, no tocante à verificação prática da teoria aprendida em sala de aula. Este tipo de atividade se reveste de suma importância quanto à possibilidade de montar, testar e compreender os princípios aprendidos.

Plano de atualização do laboratório de eletrônica

Objetivos A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de elétrica visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novas matérias e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório, juntamente com o coordenador do curso, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, resistores, capacitores, circuitos integrados, sensores entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e, no caso destes apresentarem defeitos, a substituição é realizada após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos do laboratório de elétrica.

A **Manutenção Corretiva interna** é realizada pelo setor da manutenção da IES.

Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos de teste, funcionamento, manutenção e aulas práticas são realizados obedecendo a NR 10, NBR 5410, NBR 5413.

XV. Laboratório de Instalações Elétricas

Situado no prédio 10, laboratório 2. Esse laboratório tem o objetivo de permitir aos alunos aprenderem as técnicas de confecção de placas de circuito impresso, bem como colocar as mesmas em funcionamento. A verificação das condições de operação também é analisada com os equipamentos disponíveis (osciloscópios e multímetros). Caso a montagem final da placa não funcione, o aluno conta com as ferramentas necessárias para sanar quaisquer defeitos.

Plano de atualização do laboratório de instalações elétricas.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de eletrônica visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de equipamentos pelo coordenador do curso. Semestralmente, o técnico dos laboratórios, autorizado pelo coordenador, realiza a revisão das necessidades de

reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo resistores, diodos, relés entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pelo técnico de laboratório, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos dos laboratórios.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção.

Todos os processos de teste de equipamentos, manutenção e principalmente aulas práticas são realizadas seguindo as normas: NR10, NBR5410 e NBR5413.

Para futuros projetos acadêmicos e com as matérias relacionadas a robóticas, estão sendo utilizados robôs polares (já foram adquiridos os mesmos para que os alunos das matérias de robótica e micro controladores possam utilizar nas aulas práticas realizadas nos laboratórios) esses robôs têm por finalidade desenvolver a capacidade dos alunos nas áreas industriais e área de Automação (CLP e Micro controlador); trata-se de um braço robótico que desempenha uma função que foi executada ou criada pelo programador, dependendo da área de atuação.

XVI. Laboratório Automação Industrial e Pneumática

Situado no prédio 04, esse laboratório tem o objetivo de permitir ao aluno empregar as técnicas específicas de automação e controle, além de estudos práticos da disciplina Máquinas Elétricas, através do uso de controladores lógico-programáveis (CLP), bem como vários tipos de sensores, atuadores, contadores e motores para o projeto de diversos tipos de sistemas de automação. Permite a realização de

experimentos com os equipamentos disponíveis neste laboratório, o que confere a união entre a teoria e a prática, desenvolvendo no aluno a habilidade necessária em instalações industriais.

Plano de atualização do laboratório de automação industrial.

Objetivos A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de automação visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos materiais e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório, juntamente com o coordenador do curso, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e, no caso de defeitos, a substituição destes é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos, eletrônicos do laboratório de automação.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos de teste, funcionamento, manutenção e aulas práticas são realizados obedecendo a NR 10, NBR 5410, NBR 5413. Solicitamos Robôs polares (2 unidades) e Caixas de Comando (2 unidades)

XVII. Laboratório de Mecânica dos Solos e Fenômenos de Transporte

Nesse laboratório são realizadas as atividades de análise de amostras indeformadas de solos, determinação dos índices físicos do solo, análise granulométrica envolvendo índice de material que passa ou que fica retido em peneiras, comportamento físico-mecânico das amostras.

Nesse laboratório são realizadas as atividades de estudo de gradiente de pressão em tubulações, estudo de perda de carga em tubulações, análise da disposição física dos equipamentos ao longo da tubulação e estudo envolvendo volumes de controle.

Plano de atualização do laboratório de Mecânica dos Solos e Fenômenos de Transporte.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Mecânica de Solos visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos materiais e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório, juntamente com o coordenador do curso realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e , para o caso de defeitos, a substituição deste(s) é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos/eletrônicos, máquinas elétricas, do laboratório de Mecânica de Solos

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos e aulas práticas são realizados obedecendo às Normas Regulamentadoras e NBRs aplicáveis ao caso.

XVIII. Laboratório de Topografia

Nesse laboratório são realizadas as atividades de levantamento geométrico (Poligonal), noções planialtimétricas, mudança de referências, noções básicas de campo para orientações com posicionamentos estratégicos.

XIX. Laboratório de Estruturas

Nesse laboratório são realizadas as atividades de ensaios envolvendo compressão/tração de corpos de prova e barras de aço, respectivamente. Estudo do colapso de estruturas, com abordagem de sua fase plástica, moldagem de corpos de prova de concreto e argamassa, estudo do comportamento das características mecânicas de resistência de concretos, argamassas, aços e materiais compósitos, acompanhamento do processo de "cura" das estruturas moldadas *in loco*, simulação envolvendo estudos de flexão e torção e ensaios com madeiras.

Plano de atualização do laboratório de estruturas

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de estruturas de concreto e resistência dos materiais visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos materiais e equipamentos elétricos pelo coordenador do curso. Semestralmente, o técnico do laboratório, juntamente com o coordenador do curso, realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeitos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos/eletrônicos, máquinas elétricas, do laboratório de estruturas de concreto e resistência dos materiais.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos de Tração, Compressão de corpos de prova, funcionamento, manutenção e aulas práticas são realizados obedecendo a NR 10, NBR 5410, NR 12, NBR 6118, 6123. Solicitamos balança de precisão (1 unidade)

XX. Laboratório de Manutenção de Aeronaves

Os laboratórios específicos são de células, aviônicos e motores. Estes laboratórios encontram-se no prédio 10. O laboratório é utilizado por alunos do Curso de Tecnologia em Manutenção de Aeronaves, para a realização das aulas de prática de célula, aviônicos e motores. Funcionam de segundas às sextas-feiras das 18h30min às 22h 40min e aos sábados das 8h às 14h.

Plano de atualização do laboratório de manutenção de aeronaves.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de manutenção de aeronaves visa a garantir o curso de graduação a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Recentemente, foram elaborados os laboratórios de manutenção de aeronaves, um para célula, bem como a manutenção da aeronave experimental e outro onde consta o acervo de motores e itens nos quais os alunos aplicam uma parte da prática do curso. Tais laboratórios foram criados afim de atender às necessidades práticas da grade curricular dos requisitos DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, **ANAC**. Os equipamentos dividem-se em dois laboratórios básicos principais; no decorrer do semestre os alunos realizam prática em várias áreas da aviação, juntamente com o responsável técnico do laboratório. Na previsão do semestre anterior, é feita a programação, bem como a revisão das necessidades de reposição de

materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo: luvas de procedimento, máscaras simples, óculos de proteção protetor auricular (para proteção dos alunos), bem como os materiais de manuseio - lixas diversas, chapas de alumínio, solventes, materiais químicos, brocas, etc. Toda atividade é supervisionada pelos instrutores e responsável pelo laboratório.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito nos mesmos, é providenciada a substituição ou o reparo, após registro da solicitação do serviço de manutenção, com a supervisão do responsável pelo laboratório, que o encaminha para direção .

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório. A aquisição dos equipamentos e materiais é feito através de solicitação pelo responsável dos laboratórios para com a direção, bem como a aprovação de doações de equipamentos aeronáuticos e remoção dos mesmos, pelos parceiros da FACCAMP na região, as quais trabalham com aviação, devido à dificuldade de aquisição de alguns equipamentos aeronáuticos.

Atualmente, as necessidades do laboratório resumem-se na aquisição de uma girafa para movimentar os motores/equipamentos mais pesados, e dois suportes para dois motores, os quais estão no laboratório de **GMP**, “GRUPO MOTOPROPULSOR”.

XXI. Brinquedoteca

A brinquedoteca tem como objetivo contribuir para a formação dos alunos das licenciaturas, por meio do estreitamento da relação entre teoria e prática, organizar e colocar em prática projetos pedagógicos com as crianças no espaço da brinquedoteca, estimular o jogo e o lúdico como facilitador na construção de aprendizagens, construir brinquedos e brincadeiras que resgatem a cultura brasileira, aproximar a comunidade da Faculdade e favorecer o desenvolvimento da cidadania e do papel social da FACCAMP. Esse espaço é utilizado em diversas disciplinas nos cursos de licenciatura.

Plano de atualização da brinquedoteca

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos objetos lúdicos da brinquedoteca do curso de Pedagogia visa a garantir aos estudantes de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização e manutenção dos brinquedos: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos brinquedos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de curso, sob a presidência da coordenação do curso. Semestralmente, os professores de brinquedoteca realizam a revisão das necessidades de reposição, manutenção ou limpeza de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, jogos, bonecas, carrinhos, livrinhos de histórias, entre outros. No caso da apresentação de defeito em algum item, a substituição é realizada. Tal substituição, bem como a compra de novos brinquedos, acontece por meio da autorização prévia da direção da instituição.

XXII. Laboratório Multidisciplinar: Zoologia e Biologia

- **Laboratório de Zoologia**

Possui bancadas e materiais didáticos para o estudo dos vertebrados e invertebrados. Contém modelos de esqueletos e modelos anatômicos de vertebrados e insetário de resina com *cards* explicativos. Esse laboratório tem como objetivo o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa na área de biologia animal.

- **Laboratório de Biologia**

Possui bancadas e materiais didáticos para o estudo das células animais e vegetais, cortes anatômicos de estruturas vegetais. Esse laboratório tem como objetivo o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa na área de biologia celular.

Plano de atualização do laboratório de biologia

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Biologia visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, simuladores, vidrarias, reagentes, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e simuladores didáticos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Biologia.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XXIII. Laboratório de Cinesioterapia

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Fisioterapia. Atenderá às disciplinas de Cinesiologia, Cinesioterapia e Mecanoterapia Semiologia e Semiotécnica, Práticas Clínicas em Fisioterapia, e nas disciplinas específicas da Fisioterapia, conforme necessidade.

Plano de atualização do laboratório de cinesioterapia.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Cinesioterapia visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do laboratório, realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, géis especiais para cada equipamento, toalhas descartáveis, lençóis descartáveis, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e aparelhos de cinesioterapia e mecanoterapia e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Cinesioterapia.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XXIV. Laboratório Multidisciplinar: Eletroterapia e Fisiologia do exercício

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Fisioterapia e de Educação Física. Atenderá às disciplinas de Eletroterapia, Termoterapia e Fototerapia, Práticas Clínicas em Fisioterapia, Semiologia e Semiotécnica, Recursos Terapêuticos Manuais, Práticas Clínicas em Fisioterapia, e às disciplinas específicas da Fisioterapia, conforme necessidade. No curso de Educação Física, atenderá às atividades direcionadas para Fisiologia do Exercício.

Plano de atualização do laboratório de eletroterapia.

Objetivos: A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Eletroterapia visa a garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

Atualização dos materiais: Anualmente, são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório, juntamente com o responsável técnico do mesmo, realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, géis especiais para cada equipamento, toalhas descartáveis, lençóis descartáveis, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e aparelhos ergométricos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consistindo na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Eletroterapia.

A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa e consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os laboratórios da IES foram planejados como objetivo de atender, de forma plena, a todas as demandas práticas dos cursos que demandem o desenvolvimento de atividades práticas. Os laboratórios atendem às normas de segurança específica de cada área. As normas de segurança ficam disponibilizados em local de fácil acesso, em todos os laboratórios. O espaço físico foi planejado para atender à demanda de cada curso, conta com sistema de iluminação, ventilação, segurança, limpeza e conservação adequados para os cenários práticos. Atendem aos critérios de acessibilidade.

XXV. Refeitório.

A IES mantém um espaço para alimentação e convivência, localizado no prédio 3. O espaço atende à demanda dos funcionários da IES, permitindo que os funcionários realizem suas refeições em um espaço limpo e agradável. O espaço possui rotinas de limpeza diária e de manutenção e conservação dos aparelhos existentes no local. O refeitório é bem ventilado, com iluminação artificial adequada, segundo normas de iluminação de interiores. Do mesmo modo, o espaço segue as normas de segurança da IES.

5.5.2 Laboratórios a serem implantados no período de 2017 a 2020

I. Laboratório de Psicologia Clínica e da Saúde

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Psicologia. Desenvolverá o atendimento psicológico, em diferentes abordagens de saúde para a comunidade. O espaço será utilizado para o cumprimento de alguns módulos de estágio.

II. Laboratório de Cozinha Pedagógica e Nutrição

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Gastronomia e Nutrição para as diversas práticas de cozinha. Será utilizado para o desenvolvimento das diversas técnicas dietéticas.

III. Laboratório de Bar e Salão

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Gastronomia. O laboratório contará com espaço de bar com bebidas fermentadas e destiladas para as práticas de enologia e coquetelaria. Também terá como objetivo o ensino das diversas práticas dos diferentes tipos de serviços e montagens relacionados com bar e salão.

IV. Laboratório de Confeitaria, Panificação e Cozinha

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Gastronomia nas práticas de panificação e confeitaria, técnicas e procedimentos na produção dos diferentes alimentos.

V. Laboratório de Desenhos

Terá como objetivo o atendimento ao curso de *design gráfico*, visando a proporcionar o aprendizado das atividades de desenhos.

VI. Laboratório de Dança e Expressão Corporal

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Educação Artística. O espaço estará direcionado para o desenvolvimento de atividades corporais.

VII. Laboratório de Modelos e Ensaios

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Arquitetura, visando a propiciar o ensino de modelos, seja em escala (maquete), como em escala natural (*mockups*).

VIII. Laboratório de Avaliação Nutricional

Terá como objetivo o atendimento ao curso de Nutrição. O espaço estará direcionado para o atendimento nutricional, em diferentes abordagens de saúde, para a comunidade. O espaço será utilizado para o cumprimento de alguns módulos de estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSOFF, H. Igor. & MACDONNELL, Edward. **Implantando a administração estratégica**. – 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT-NBR 9050 (2004): **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: 2004.

BRASIL. **Norma Técnica**, http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional/nota-tecnica.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Deliberação CEE nº 78, 04 de dezembro de 2008. Fixa normas complementares para a formação dos profissionais docentes em cursos de licenciatura para a educação básica, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior, vinculados ao sistema estadual, ressalvada a autonomia universitária. Diário Oficial do Estado, São Paulo, SP, Seção I, p. 25. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES nº 436/ 2001**. Brasília: CNE/CES. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Resolução CNE/ CP3 18/2002**. Brasília: CNE/CP 3. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES 29/ 2002**. Brasília: CNE/CP. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as

Pessoas Portadoras de Deficiência. Declaração de Guatemala. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>.

BRASIL. **Referenciais De Acessibilidade Na Educação Superior e A Avaliação In Locodo Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (SINAES)**, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>. Último acesso em abril de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13 jul 2001, Seção 1.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Das Relações Étnico-Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira, Africana E Indígena Nos Termos Da Lei Nº 9.394/96, Com A Redação Dada Pelas Leis Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008 E Na Resolução Cne/Cp Nº 3/2004.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14/04/2004, http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 14 jan 2005, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8/2012, aprovado em 6 de março de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Parecer nº 9, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Disponível em: http://www.abmes.org.br/Download/Associados/Legislacao/2001/Parecer/Par_CP_09_080501.htm

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com

Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Disponível em: http://www.abmes.org.br/ Download/Associados/Legislacao/2006/Resolucao/Res_CES_001_20060202.doc.

BRASIL. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014. Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nos 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.

BRASIL. Políticas de Educação Ambiental, Conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, eo Decreto Nº 4.281/2002 E na Resolução CNE/CP Nº 3/2004

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 34/2016.

BRASIL. Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC nº 10/2016

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 23/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP 24 de 12/06/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 31/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 44/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 40/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 031

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 023

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP/CONAES nº 022

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 008-2015

BRASIL. Roteiro de Autoavaliação Institucional – Brasília – DF – 2004
MEC/INEP/CONAES.

http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf

BRASILIA –DF, 2004-Roteiro de Autoavaliação Institucional – MEC/INEP/CONAES.

CERTO, Samuel C & PETER, J. Paul. **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia**. São Paulo: MAKRON Books, 1993.

CPA. <http://www.faccamp.br/site/cpa/principal>

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

EDITORA FACCAMP, 2004.

FLORES Maria Assunção, **Formação e Desenvolvimento Profissional de professores: contributos internacionais/ org..** Coimbra, Portugal: Edições Almedinha, 2014.

GAJ, Luis. **Tornando a Administração Estratégica possível**. McGraw-Hill, 1990.

GLAT, Rosana, OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **Adaptação curricular: educação inclusiva no Brasil**. Banco Mundial – Cnotinfor Portugal. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/entrada_pt.html

HILL, Charles W.L. & JONES, Gareth R. **Strategic Management Theory: an integrated approach**. New York: Boston.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha, LIMA, Lidyane Lilian. *Responsabilidade Social*. Ano 10, n. 7- . Brasília: ABMES Editora, 2015. 248 pg. Disponível em: http://www.abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/revista_er_2013_2014.pdf

IBGE (2009 , 2010,2015)

INEP 2015

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). Quadro de Carreira do Pessoal Docente. 2014.

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). Quadro de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo. 2014.

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). Resolução do Conselho Superior nº01_02/2003, de 03 de fevereiro de 2003. Institui o Programa de Capacitação.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

MARCELINO, Gileno & LIRA, Vitor Henriques. **Como Planejar e estruturar uma organização a partir da Administração Estratégica**. Brasília, mimeo, 2001.

MARCELINO, Gileno . **Seminários de Planejamento e Administração Estratégica**. Brasília: UnB/SPL, 1998

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez. 1995.

MEC, UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. 2003.

NÉRICE, I. G. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: IBRASA. 1992.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia** 16ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001

RESENDE, L. M. G. de. Paradigma – relações de poder-projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer executivo. In: VEIGA, P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus. 2001.

BRASIL. Roteiro de Autoavaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES.
http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004. Institui o Programa Escola da Família. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 8 de jul 2004.

SEADE (2010,2011,2012,2014).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNESCO. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

VASCONCELLOS Filho, Paulo de & PAGNONCELLI, Dernizo. **Construindo Estratégias para vencer**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus,

VEIGA, I.P. A; FONSECA, M. (orgs.) **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas, SP: Papirus, 2001.